



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JULIANE CARLA SILVA

**A VIDA SE MOVE NO SINAL LUMINOSO DE GOIÂNIA: A REALIDADE DOS
TRABALHADORES INFORMAIS NOS SEMÁFOROS**

GOIÂNIA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESSES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Juliane Carla Silva

3. Título do trabalho

A VIDA SE MOVE NO SINAL LUMINOSO DE GOIÂNIA: A REALIDADE DOS TRABALHADORES INFORMAIS NOS SEMÁFOROS.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANE CARLA SILVA, Discente**, em 03/11/2021, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 03/11/2021, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do



art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2461501** e o código CRC **F478BC23**.

JULIANE CARLA SILVA

**A VIDA SE MOVE NO SINAL LUMINOSO DE GOIÂNIA: A REALIDADE DOS
TRABALHADORES INFORMAIS NOS SEMÁFOROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Juliane Carla

A VIDA SE MOVE NO SINAL LUMINOSO DE GOIÂNIA: A REALIDADE DOS TRABALHADORES INFORMAIS NOS SEMÁFOROS [manuscrito] / Juliane Carla Silva. - 2021.

CVIII, 113 f.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Precarização. 2. Vida narrada. 3. Informalidade. I. Chaveiro, Eguimar Felício, orient. II. Título.

CDU 911.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 97 da sessão de Defesa de Dissertação de **Juliane Carla Silva**, que confere o título de Mestra em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**, a partir das **10 horas**, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “A VIDA SE MOVE NO SINAL LUMINOSO DE GOIÂNIA: A REALIDADE DOS TRABALHADORES INFORMAIS NOS SEMÁFOROS”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Rosângela Gaze (UFRJ)**, membro titular externo; Professor Doutor Manoel Calaça (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Eguimar Felício Chaveiro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela Gaze, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Calaça, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 21:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 01/09/2021, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2312260** e o código CRC **0CF1493D**.

Referência: Processo nº 23070.044273/2021-71

SEI nº 2312260

04/11/2021 15:43

SEI/UFG - 2312260 - Ata de Defesa de Dissertação

JULIANE CARLA SILVA

**A VIDA SE MOVE NO SINAL LUMINOSO DE GOIÂNIA: A REALIDADE DOS
TRABALHADORES INFORMAIS NOS SEMÁFOROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), para obtenção do título de Mestra em Geografia, defendida no dia 31 de Agosto de 2021. A banca examinadora foi constituída pelos(as) seguintes professores(as):

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (UFG)
(Presidente da banca e orientador)

Prof. Dr. Manoel Calaça (UFG)
(Avaliador interno)

Profa. Dra. Rosângela Gaze (UFRJ)
(Avaliadora externa)

Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (Fiocruz)
(Suplente externo)

Dedico esta Dissertação a minha mãe, Rosa Campos da Silva (*in memoriam*), a pessoa mais amorosa, sábia, humilde, esforçada e guerreira que já conheci. Obrigada pelo privilégio de ter tido uma mãe como à senhora, por ter me gerado e formado para a vida. Um dia nos encontraremos na eternidade, enquanto esse dia não chega, vai olhando por mim aí de cima, mãe. Te amarei para sempre minha linda Rosa!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus por seu amor, cuidado e promessas em minha vida, ela não seria a mesma sem as provas e bênçãos concedidas por Ele. A mim, por não ter desistido do meu sonho de cursar um mestrado, mesmo diante de tantas dificuldades que tiveram que ser enfrentadas. Agradeço a Deus também pelas pessoas que colocou em meu caminho para segurarem minha mão e caminharem lado a lado, como meu orientador, Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro; e meu querido professor Dr. Manoel Calaça, que me abraçou com palavras doces quando a dor invadia meu coração. Aos professores Dra. Rosângela Gaze e Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, aos quais tenho profundo respeito e admiração e que chegaram a minha vida como presentes divinos. A todos vocês, o meu muito obrigada pelo carinho e acolhida.

Agradeço ao meu pai, Washington Carlos da Silva, e a minha mãe, Rosa Campos da Silva (*in memoriam*), a quem eu dedico esta dissertação. Agradeço aos meus irmãos de sangue, Jean Carlos da Silva e Jackeline Carla Silva por estarem comigo chorando, sorrindo e me dando forças para que não desistisse do meu sonho. Agradeço aos meus cunhados, Elisângela Cristina Guilherme da Silva e Johnathan Pereira da Silva, por me acolherem e me consolar nos dias mais difíceis. Agradeço aos meus sobrinhos, Gabriel Lourenço Guilherme da Silva, Luís Gustavo Silva Pereira, Helena Lourenço Guilherme da Silva e Anna Luísa Silva Pereira, eu amo vocês.

Aos meus amigos irmãos que a vida me deu, Paula Graciely, Aryane Guedes, Lorena Ribeiro, Luana Feldmann, Rodrigo Araújo, Fernanda Pires e Everton Vale, sem vocês a caminhada não seria tão leve como tem sido.

Aos meus colegas da Pós-Graduação e do grupo de estudo Dona Alzira, Daisy Nascimento, Wildes Rodrigues, Aline Marques, Valdir Specian, Donizete Soares, João Stacciarini, Ana Paula Corrêa, Diego Antônio, Marcos Antônio, Helena Bernardes, Raquel Mendes, Jaqueline Gomes, Kássio Ribeiro, Roberta Marques, Rherison Almeida, Charles Calisto, Rafael Veloso, Paulo Henrique, Joedil Neto, Paula Jesus, Thiago Borges e Josy Dayanny; vocês são um presente que levarei para a vida.

Aos meus familiares que Deus me deu e aos que a vida me presenteou, Camila Braz, Roger Alex, Ana Carolina Inácio, Rosileide Mendes, Jean Carlos Mendes, Kamilla Mendes, Dona Beth (Elisabeth), Janaína Leite, Adenil Campos, Wilma Silva, Edson Braz, Tio Nilson Araújo, Tia Maria Conceição (Tia Ceição), Tia Maria Lúcia (Lúcia), Jéssica Ribeiro,

Tia Elenilda Vieira, Tia Marlene Costa, Donizete Cândido, Giselle Vieira, Karlla Vieira, Carlos Júnior Vieira e Jeordana Bernardes; amo todos vocês.

Agradeço aos meus novos amigos que fizeram possível a escrita desta dissertação, Tatiane, Francisco, Fernando, Dona Selma, Aécio, Cristiano, João, Diogo, e todos os trabalhadores informais com quem pude dialogar e me permitiram conhecer sua intimidade; gratidão.

Agradeço também aos que sempre me incentivaram a alcançar meus objetivos e seguir minha trajetória acadêmica, mas Deus os escolheu para o seu jardim e hoje moram em minhas mais doces memórias, dindinho Manoel Rodrigues e dindinha Eleuza Lopes, meu eterno tio gordinho Divino Mariano e minha avó Deraldina Campos, que me dizia que mulher tem que estudar e trabalhar para não depender de marido. Amarei vocês para sempre.

“Não há pedra em teu caminho, não há ondas no teu mar, não há vento ou
tempestade, que te impeçam de voar [...]

(DONA, 1985)

RESUMO

A cada dia é crescente o número de pessoas desocupadas, segundo pesquisas recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente o país tem cerca de 14,8 milhões de pessoas nesta situação. De modo a manterem suas despesas familiares com alimentação, remédio, moradia, entre outros, homens e mulheres de distintas idades se destinam a prática da informalidade. Atividades que não possuem quaisquer vínculos empregatícios e que o patrão e o funcionário são um só, fazendo seu horário e jornada de trabalho. A venda de café de manhã no ponto do ônibus, o flanelinha que vigia o carro, os lavadores de carros nas praças, o ambulante que parece uma vitrine humana com tantos produtos expostos em seu corpo, tudo isso gera renda. A presente dissertação aborda a temática do trabalho informal com recorte para os homens e mulheres que comercializam produtos nos semáforos em centros urbanos. Goiânia foi a cidade escolhida para realização da pesquisa, pois está inserida no contexto da fragmentação do trabalho com suas esquinas, cruzamentos de avenidas e tantos outros locais destinados ao trânsito que se (re)configuram. Com o objetivo de compreender a dinâmica das transformações no mundo do trabalho e como a fragmentação do mesmo promove o trabalho informal, escolheu para análise a categoria dos vendedores que atuam nos semáforos de importantes avenidas da capital. Após o levantamento bibliográfico para inteirar e conhecer a parte teórica do trabalho informal, destinou o olhar para a observação da rotina desses trabalhadores em alguns pontos da capital. Foi a partir de então que a vida de homens e mulheres foram de configurando, surpreendendo a cada fala com voz embargada e olhar distante. Aspectos como a saúde, o preconceito, os diversos motivos que os levaram a estar ali e os sonhos saíram em suas narrativas. Essas narrativas se dividiram em três capítulos, em que são apresentadas as transformações no mundo do trabalho, seguido pela saúde do trabalhador informal dos semáforos e finalizando pelos relatos de como é a vida, a renda e a territorialização dos locais por eles apropriados.

Palavras-chave: Precarização. Vida narrada. Informalidade.

ABSTRACT

The number of unemployed people is growing every day, according to recent surveys by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Currently, the country has about 14.8 million people in this situation. In order to maintain their family expenses with food, medicine, housing, among others, men and women of different ages are destined to practice informality. Activities that do not have any employment relationship and that the boss and the employee are one, working their hours and working hours. The morning coffee sale at the bus stop, the flannel guarding the car, the car washes in the squares, the street vendor that looks like a human shop window with so many products displayed on its body, all of this generates income. This dissertation addresses the theme of informal work with a focus on men and women who sell products at traffic lights in urban centers. Goiânia was the city chosen to carry out the research, as it is inserted in the context of the fragmentation of work with its corners, intersections of avenues and so many other places destined for traffic that (re)configure themselves. In order to understand the dynamics of changes in the world of work and how its fragmentation promotes informal work, it chose for analysis the category of vendors who work at traffic lights on important avenues in the capital. After a bibliographical survey to understand and learn about the theoretical part of informal work, he turned his gaze to the observation of the routine of these workers in some parts of the capital. It was from then on that the lives of men and women took shape, surprising each speech with a choked voice and a distant look. Aspects such as health, prejudice, the various reasons that led them to be there and dreams emerged in their narratives. These narratives were divided into three chapters, in which the transformations in the world of work are presented, followed by the health of informal workers at traffic lights and ending with reports on life, income and the territorialization of the places they appropriate.

Keywords: Precariousness. Narrated life. Informality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|---------------|--|----|
| Ilustração 01 | Mapa – Localização de Goiânia – GO | 18 |
| Ilustração 02 | Gráfico – Goiânia: Evolução da população – 1930 a 2010 | 19 |
| Ilustração 03 | Quadro bibliográfico – Precarização do trabalho | 24 |
| Ilustração 04 | Quadro bibliográfico – Saúde do trabalhador | 24 |
| Ilustração 05 | Quadro bibliográfico – Narrativas dos trabalhadores | 25 |
| Ilustração 06 | Quadro – Narrativas de vida | 29 |
| Ilustração 07 | Gráfico – Número de trabalhadores informais (2003) | 48 |
| Ilustração 08 | Gráfico – Número de dias trabalhados por mês | 48 |
| Ilustração 09 | Gráfico – Jornada diária de trabalho | 49 |
| Ilustração 10 | Gráfico – Distribuição dos trabalhadores informais | 50 |
| Ilustração 11 | Mapa – Região Norte de Goiânia: área de estudo | 51 |
| Ilustração 12 | Fotografia – Varal | 52 |
| Ilustração 13 | Fotografia – Redes | 53 |
| Ilustração 14 | Gráfico – Crescimento das notificações de acidentes de trabalho em Goiânia (2002-2018) | 68 |
| Ilustração 15 | Fotografia – A invisibilidade do ser | 69 |
| Ilustração 16 | Fotografia – O tempo do sinal | 74 |
| Ilustração 17 | Fotografia – Uniforme padrão | 78 |
| Ilustração 18 | Fotografia – A vida que se faz | 80 |
| Ilustração 19 | Fotografia – A tenda que sustenta | 81 |
| Ilustração 20 | Fotografia – O companheiro de lida | 86 |
| Ilustração 21 | Fotografia – A contabilidade | 86 |
| Ilustração 22 | Fotografia – Mercadoria | 88 |
| Ilustração 23 | Fotografia – Acomodações | 90 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 TRABALHO INFORMAL E A INFORMALIDADE: OS REARRANJOS DO MUNDO DO TRABALHO | 27 |
| 1.1 A contextualização da informalidade, mercado de trabalho e precarização | 38 |
| 1.2 Goiânia/Goiás, o trabalhador, a saúde a vida | 42 |
| 1.3 A cidade de Goiânia frente às novas configurações do trabalho | 46 |
| 2 A SAÚDE DO TRABALHADOR: DA INFORMALIDADE AO CONSULTÓRIO | 57 |
| 2.1 A lei orgânica 8080/1990 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) | 63 |
| 3 VIDA NOS SINAIS LUMINOSOS | 73 |
| 3.1 A vida narrada dos trabalhadores de semáforos | 76 |
| 3.2 A (re)funcionalização dos semáforos | 77 |
| 3.3 As vidas narradas: preconceito, reterritorialização, saúde, renda, o que passa o trabalhador | 82 |
| 3.3.1 O preconceito | 82 |
| 3.3.2 A territorialização | 84 |
| 3.3.3 A saúde | 89 |
| 3.3.4 A renda | 91 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 94 |
| REFERÊNCIAS | 99 |
| APÊNDICES | 104 |
| ANEXOS | 109 |

INTRODUÇÃO

“[...] O homem se humilha, se castram seu sonho
 Seu sonho é sua vida e vida é o trabalho
 E sem o seu trabalho o homem não tem honra
 E sem a sua honra se morre, se mata
 Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz
 Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz”.

(UM HOMEM, 1983)

O barulho no escuro é o mesmo de segunda a sábado, o despertador que grita acordando Dona Joana, é hora de ir trabalhar. O sentimento de que a noite foi curta se entrelaça com a necessidade de colocar a água ferver do para o café e comer o pão murcho compro há três dias na padaria. Um olhar no relógio e o susto, são 5h20 da manhã e o ônibus irá passar em pouco tempo, tem que correr porque se perder este, só depois de 1 hora. Esta é a uma rotina cotidiana na vida de homens e mulheres que trabalham em atividades informais.

O ser humano, ente histórico e social, se adapta, se constitui por diversas trajetórias as quais repercutem em seus desejos e também em seus sonhos. Sabe-se que na história da humanidade, as transformações pelas quais o ser humano passou e ainda passa, altera toda uma lógica social e econômica. Nunca se teve uma expectativa de vida tão grande; nunca se viajou tanto; nunca teve tanta assistência médica; nunca se teve tanta gente na universidade; nunca teve água tratada como agora.

A todo o momento a dinâmica de sobreviver se altera, os planos mudam e se desfazem, seguindo o que considera Berman (1986), de que tudo que é sólido se desmancha pelo ar. O ato de descartar objetos e pessoas torna-se constante na sociedade de consumo do atual momento que vivemos. Para Bauman (2001) o século XX é um mundo líquido-moderno, a solidez das relações interpessoais passa a ser momentânea.

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi à dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividade humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12, grifos do autor).

Iniciamos esta dissertação, a qual tem como temática o trabalho informal, com a fala de Berman (1986) e Bauman (2001), que apresentam em seus trabalhos a ideia do momento que se modifica, tendendo ao descartável, ao substituível. E, deste modo, chegamos ao mundo do trabalho contemporâneo. Apresentamos como abordagem, o recorte da informalidade promovida pela fragmentação e pela precarização do trabalho. Esse tema se iniciou a partir do uso e observações da cidade.

Ao caminhar pela cidade, no ponto aguardando o ônibus para ir à escola, à faculdade, ao trabalho, ao médico, tantos motivos para o uso da cidade, nota-se que há grandes transformações estruturais de ordem econômica e social. A via que se torna de mão dupla, o tempo do ônibus que corta vários bairros, permitindo conhecer as extremidades urbanas. A cidade vai se configurando e apresentando as contradições aos seus moradores.

Sabe-se que estas alterações sociais ocorridas nas cidades foram promovidas pelas transformações no mundo do trabalho. Tais ocorrências no âmbito do trabalho permitiram a ocupação das ruas como local de obtenção de rendimentos para a manutenção da vida. A divisão do trabalho entre formal e informal surge após mudanças históricas, processos estes que conhecemos por divisores de águas, iniciados por meio da expansão do capitalismo, como as revoluções industriais e tecnológicas, até chegar ao que conhecemos nos dias atuais como indústria 4.0.

Com isso, as demandas futuras ocasionam em suas essências, a necessidade de atender a força do capital. É essa força que promove e altera os ambientes conforme sua urgência e permite a (re) estruturação, utilização e configuração da ordem social, política e econômica vigente. Estes processos têm atingido a sociedade brasileira, promovendo intensas transformações que alcançam vários segmentos sociais.

No que diz respeito à economia nacional, o Brasil atravessa uma enorme crise econômica e um crescente desemprego. Por isto, é grande a necessidade de obtenção de ganhos financeiros por meio de trabalhos intermitentes. Deste modo, ocorre o direcionamento de parte da população aos setores informais, os chamados subempregos, como de diarista, guardadores de carro, motoristas de aplicativos, vendedores nos cruzamentos de vias da cidade, entre outros.

A cidade de Goiânia, localizada no coração do país, apresenta-se inclusive nesse processo de transformações e fragmentações do trabalho e redução de empregos formais. Os processos de fragmentação e precarização contribuem para a alteração da dinâmica socioespacial das cidades. Estas alterações promovem situações que fogem a

regra do que outrora era pré-estabelecido. Exemplo disso foi o crescente número de vendedores nos sinaleiros de Goiânia, cidade planejada da década de 1930 com formas arquitetônicas do estilo *Art-déco*.

Nascida às margens do Córrego Botafogo em 1933, Goiânia inicia-se em torno da sede administrativa da nova capital do estado de Goiás. Originalmente sendo projetada por Atílio Corrêa e Armando de Godoy para comportar cerca de 50 mil habitantes (hab), a região metropolitana expande-se hoje para uma população de 2.500.000hab. Boa parte desses eram funcionários públicos oriundos da Cidade de Goiás, anteriormente capital do estado, os quais foram seus primeiros moradores. Com a criação de Goiânia e a transferência do poder público para a nova capital, inúmeros foram os atrativos e oportunidades fornecidas para os setores de comércio e empregos.

Alguns anos depois, com a construção da estrada de ferro em 1951 nas imediações da nova cidade, aliada a política de interiorização de Getúlio Vargas, até então presidente do Brasil, Goiânia passa a ser um importante polo de abastecimento e serviços. Neste momento ocorre a sinalização para a construção da nova capital do país. Então, inicia-se o aumento no fluxo de migrantes, principalmente de regiões como Norte e Nordeste. Devido a sua localização estratégica (ilustração 01), com relevo que favorecia a expansão urbana da década de 1930, Goiânia se destacava nacionalmente.

Em 1954, com o início da construção de Brasília, Goiânia passa a contar com uma população de mais de 150 mil habitantes. Este crescimento exponencial deve-se a funcionalidade que a cidade teve para atender a construção da nova capital federal. Por já contar com a estrada de ferro, era através dela que parte dos materiais chegavam, especialmente vindos de São Paulo.

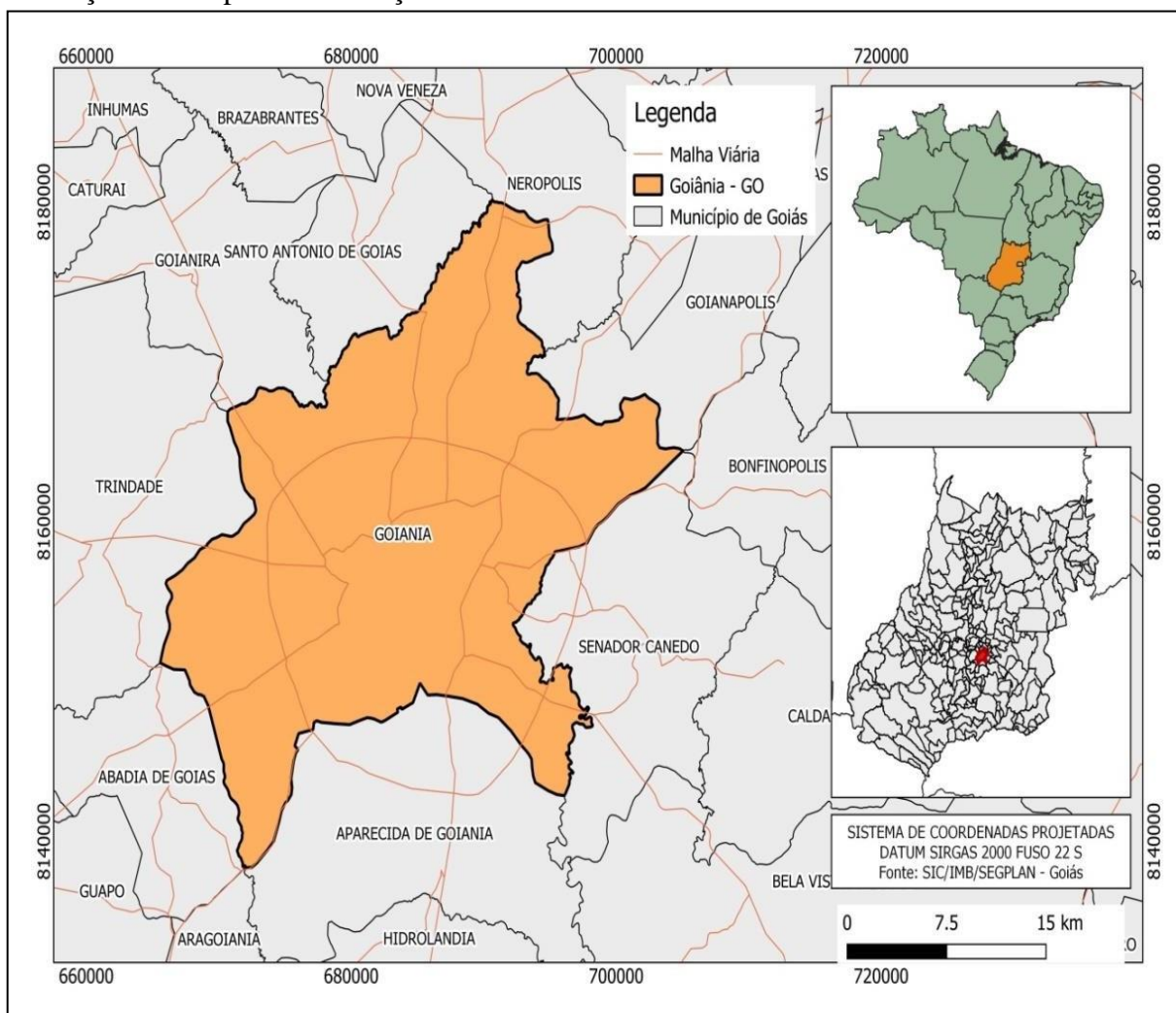
Todo esse processo fez com que o crescimento horizontal e populacional da cidade avançasse em grande velocidade. Devido a isso, se inicia o primeiro momento de alteração socioespacial da cidade, que ganha, em 1960, cerca de 125 bairros. Eram necessários, portanto, vários investimentos em infraestrutura, mobilidade e educação. Esses processos contribuíram com o aumento do fluxo de migrantes vindos de outros estados e regiões circunvizinhas de Goiânia, fomentado pela migração rural-urbana.

Até a década de 1960, a economia goianiense era majoritariamente constituída pelo setor primário, devido às influências da agropecuária, ainda forte no estado de Goiás. Boa parte dos empregos como vendedores e caixa de lojas, trabalhadores rurais, entre outros, eram gerados por este setor. Mas, a partir de 1970 este

cenário se modifica, com a intensificação do setor secundário e com a instalação de indústrias farmacêuticas, da construção civil e de confecção.

Com isso, proporcionou-se o crescimento populacional da cidade de Goiânia que atinge o *status* de metrópole e deve-se também à ditadura militar, período atravessado pelo país entre os anos de 1964 e 1985. Neste período o país teve o chamado milagre econômico (1969-1973), recebendo incentivos, equipamentos e maquinários de países estrangeiros.

Ilustração 01: Mapa – Localização de Goiânia – GO



Fonte: SIC/IMB/SEGPLAN – Goiás.

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020)¹.

Nesse momento, o mercado de trabalho em Goiânia já se apresentava estruturado, ofertando vagas em diversas áreas. As políticas promovidas para a

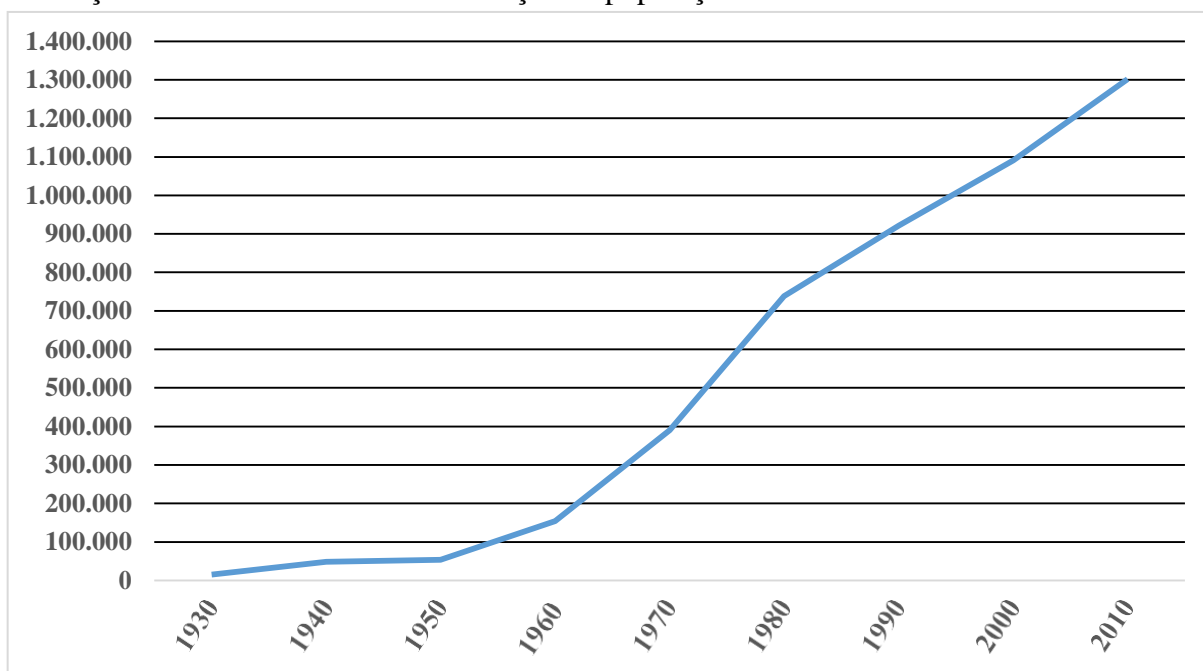
¹ Cabe ressaltar que às vezes em que aparecer Silva (2019, 2020, 2021) ao longo do trabalho estará se referindo à autora da dissertação.

manutenção da cidade e de setores de trabalho fizeram com que houvesse um inchaço populacional, com este aumento, notou-se uma variação significativa no quantitativo de habitantes.

Devido aos equipamentos e máquinas e adventos tecnológicos para a expansão e modernização da região central da cidade, foi necessária a contratação de mão de obra qualificada vinda de outros estados e países. Conforme dados do censo demográfico, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Goiânia que se iniciara com cerca de 15 mil habitantes e na década de 1970 contava com uma população de 389.784 mil pessoas.

Esse aumento se deu por meio da chegada de novos trabalhadores e seus familiares, tanto que, de acordo com o último censo demográfico, em 2010 já havia 1.302.00 habitantes. Contudo, estimativas apontam que atualmente esse número apresenta-se defasado, chegando à casa de 1.500.000 de pessoas. Esta variação pode ser visualizada no gráfico populacional (ilustração 02).

Ilustração 02: Gráfico – Goiânia: Evolução da população – 1930 a 2010



Fonte: Censo demográfico SIDRA (IBGE, 2010)
Elaboração e organização dos dados: Silva (2020)

De acordo com a ilustração 02, a população de Goiânia teve aumento significativo no quantitativo de moradores. A chegada de pessoas vindas principalmente da região Norte do país em busca de emprego contribuiu para isto. Devido às políticas de construção de Brasília e anos depois, os mutirões de moradia proporcionados pela

prefeitura de Goiânia, atraíram os trabalhadores e seus familiares. Com tamanho aumento populacional e as tecnologias recebidas, a cidade de Goiânia se insere no novo modelo de trabalho pós-ditadura.

Ainda na década de 1980, com o crescente significativo de habitantes a cidade e o país passam pelo declínio do regime militar, com o fim da ditadura e início da democracia. A partir da década de 1990, com a chegada de ventos neoliberais ao país, ocorre à reestruturação trabalhista, precarizando e fragmentando o mundo do trabalho.

A cidade de Goiânia a partir de então, se insere na era da globalização com seus produtos e redes. Os adventos proporcionados por este processo mundial se instalam no mercado trabalhista local. Essa nova configuração que debateremos mais adiante, amplia ainda mais a exclusão dos trabalhadores. A falta de pessoas capacitadas para ocuparem os novos pontos de emprego que surgiam, proporcionava o desligamento de vários trabalhadores das empresas.

Com isso, e em busca de sobrevivência, inúmeras pessoas foram destinadas a informalidade e ao empreendedorismo. Especificamente na década de 1990, vários produtos importados ganham espaço em território nacional fazendo com que as pessoas desempregadas pudessem obter renda os comercializando. Além de que, a pessoa poderia fazer sua própria carga horária diária e semanal.

A informalidade e o trabalho informal se distinguem do trabalho formal por uma série de fatores e normas. Estas práticas sempre margearam as atividades formais para aqueles que não possuem as qualificações desejadas pelo mercado de trabalho. Como meio de sobrevivência, segundo Cacciamali (1989), o trabalho informal surge para que os trabalhadores expulsos do mercado trabalhista possam se sustentar.

O mundo do trabalho vem se adaptando as novas modificações em escala internacional. Inovações tecnológicas, novas políticas sociais e econômicas, indústrias cada vez mais modernas, tanto estes, como outros motivos, fomentam tais modificações. Sabe-se que a prática da informalidade, já citada, permite com que pais de famílias, mulheres chefes de família e jovens sem qualificação possam obter renda para sobreviver.

A sobrevivência é replicada nas falas e atitudes das pessoas que se destinam a prática da informalidade. A redução dos postos de emprego gerados pelas modificações ocorridas no mundo contemporâneo fez com que o ato de sobreviver

honestamente se tornasse o principal motivo para enfrentamento de reações como timidez ou vergonha por comercializarem produtos em meio aos olhares críticos.

Com isso, a problemática desta pesquisa veio se construindo, o pensamento sobre as notícias do aumento do desemprego, redução dos postos de trabalho e as observações no percurso diário. A análise feita de modo neutro sempre se tendeu em compreender os motivos pelos quais homens e mulheres estão ali, se por opção ou extrema necessidade. Fato é que as novas configurações do trabalho em escala internacional demonstram que a força do capital determina os tipos, salários e trabalhadores que deseja. De modo a compreender toda esta dinâmica associada ao grande número de pessoas comercializando produtos nos sinaleiros em vários locais de Goiânia, surgiu o interesse por realizar esta pesquisa de mestrado.

A partir de observações no trajeto diário até chegar ao Campus II da Universidade Federal de Goiás (UFG), iniciaram-se, silenciosamente, algumas inquietações. Dentre estes questionamentos sobre compreender os motivos de estarem ali, a saúde do trabalhador, se o mercado de trabalho contribuiu para isso, entre outros. As exposições das mercadorias utilizando as árvores, postes e calçadas, o risco de meandrar entre os carros, agressões verbais, fazem parte do cotidiano destes trabalhadores. Juntando isso, aliando a territorialização e a relação de pertencimento ao lugar são algumas das práticas que surgem ao desenvolver a atividade informal.

O objetivo geral desta pesquisa é o de conhecer a vida cotidiana dos trabalhadores informais nos semáforos, e compreender o processo para obtenção da renda para sobrevivência, além de sua saúde e o uso do território enquanto ocupantes de locais públicos presentes nos centros urbanos. Os objetivos específicos: realizar levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, teses, dissertações, documentários entre outros, sobre a prática dos trabalhadores informais; apresentar a dinâmica dos trabalhadores informais que comercializam produtos nos semáforos; analisar as questões como saúde, renda, territorialização; e disponibilizar os resultados obtidos durante a pesquisa para que sirva futuramente como fonte bibliográfica para outros trabalhos que versem sobre o tema.

As reflexões até aqui apresentadas, da vida, da sobrevivência, do desemprego geraram sentido e problematizaram a escolha do tema desta pesquisa. Os questionamentos se dividiram em três capítulos, nos quais procuramos responder: Como ocorreu o processo de precarização e fragmentação do trabalho, aliando momentos históricos e dados do presente momento? A partir de estudos sobre a saúde do

trabalhador, tentaremos responder como estes trabalhadores informais destinam cuidados com seu bem estar e medidas de prevenção a acidentes devido à dinâmica do trabalho que exercem? Em virtude da dinâmica da reestruturação do emprego, como e qual é a relação do mercado de trabalho atual com o trabalho informal?

De modo a responder tais questionamentos, um rigoroso e amplo levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros, dissertações e teses foram empreendidos. Junto a isso, consultas em sites governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros, contribuíram com dados e informações para a presente discussão. As fotografias nos permitiram retratar a vivência cotidiana dos nossos parceiros entrevistados.

A consulta em nomes de autores como Antunes e Alves (2004), Pochmann (2016), Gaze (2011), Vasconcellos (2011), além dos trabalhadores entrevistados, proporcionaram uma gama de informações e histórias de vida. A luta destes trabalhadores que fora destinada para a informalidade, aliada as suas vivências diárias nos semáforos formam um quadro de narrativas que, em alguns momentos, se unem como um só corpo, principalmente por sofrerem os estigmas sociais. Os preconceitos sofridos pelos trabalhadores informais promovem o que Costa (2016) cita por situações e construções de imagens que boa parte da sociedade os atribui. Com isso, os estigmas sociais acabam interferindo em suas práticas diárias.

De modo a apresentar a realidade vivenciada por esses trabalhadores, os procedimentos teóricos e metodológicos se intercalaram no corpo da escrita, demonstrando os cenários e as narrativas das entrevistas. Com um total de dez entrevistas após a observação prévia dos trabalhadores, coletamos suas narrativas. A abordagem, conquistando a confiança de homens e mulheres, ocorreu de forma amigável em períodos distintos do dia, ora de manhã, e ora à tarde sob um sol escaldante.

As entrevistas aconteceram em três momentos e anos distintos. As duas primeiras com senhor Francisco e Diogo, aconteceram em 2019, enquanto a dissertação ainda dormia, pois estava na fase de cursar as disciplinas para obtenção dos créditos necessários. Uma conversa de uns 30 minutos que me ensinou muito para as entrevistas futuras. As quatro outras entrevistas foram em 2020 devido ao isolamento social e o aumento do risco de contaminação da Covid-19. Uma em maio na Avenida Perimetral Norte com um trabalhador que não permitiu que seu nome aparecesse na pesquisa, mas

permitiu que suas narrativas estivessem contidas na redação da pesquisa e na elaboração de um artigo já publicado na Revista Pegada².

As outras três entrevistas se deram em outubro, estava um calor muito acentuado, foi embaixo de uma tenda, onde levei Coca Cola para conversar com Tatiane e seu esposo, saindo dali, fui conversar com Dona Selma e Cristiano, novamente minha estratégia de levar Coca Cola para a conversa. Eu pensava que estava correto, porém descobri que eles evitam a ingestão de muito líquido para não ter vontade de ir ao banheiro, no decorrer da leitura irão compreender os motivos.

O terceiro momento para as entrevistas ocorreu em fevereiro de 2021, novamente após o isolamento social. Neste momento o diálogo foi com senhor Aécio, Fernando e João, para estas entrevistas, que ocorreram em dias e momentos distintos no mês de fevereiro de 2021 a estratégia foi diferente. Para o senhor Aécio, como foi no horário de almoço, e ele ainda não havia almoçado e o dinheiro da venda naquele dia estava pouquíssimo, comprei uma marmita e um suco, pois ele não tinha sequer uma garrafa de água, ganhei dele uma garrafa de intercapio como forma de agradecimento. Para o Fernando, cuja entrevista foi pela manhã, pedi ao meu pai para fazer biscoito de polvilho frito para levar para ele lanchar. Para o João não levei nada e o mesmo não me deixou comprar nada, foi uma conversa rápida, pois o fluxo estava intenso e ele necessitava realizar as suas vendas, o que é compreensível, visto que sua renda vem do comércio de seus produtos.

De modo a introduzir as vivências e experiências das entrevistas empregadas na pesquisa, organizamos para um primeiro momento explanar algumas intercorrências havidas historicamente no processo de fragmentação do trabalho. Para melhor compreensão apresentaram-se alguns conceitos referidos sobre as nomenclaturas da informalidade e sua definição, utilizando as narrativas dos trabalhadores informais dos sinaleiros de Goiânia. Para este momento levantamos a bibliografia pautada na Geografia, Economia e Sociologia, além da Filosofia. Alguns autores se apresentam no quadro demonstrativo que foi organizado (ilustração 03).

No segundo capítulo, foi apresentada a saúde desses trabalhadores e dos possíveis riscos que enfrentam diariamente. Utilizamos os aprendizados obtidos na realização de um curso de Vigilância em Saúde do Trabalhador ofertado pela Secretaria

² SILVA, Juliane Carla; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Narrativas de trabalhadores informais nas esquinas de Goiânia: corporeidade e luta pela vida. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 21, n. 3, p. 3-23, set./dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v21i3.7998>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7998>. Acesso em: 14 jun. 2021.

de Saúde de Goiás (SSG) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Para a construção de parte da bibliografia nesse capítulo, tivemos a contribuição de livros e sites governamentais como se apresentam no quadro (ilustração 04).

Ilustração 03: Quadro bibliográfico – Precarização do trabalho

| Obra | Autor(a) | Tipo de produção | Ano |
|---|----------------------------------|-------------------------|------------|
| A dinâmica do capitalismo | Fernand Braudel | Livro | 1985 |
| Capitalismo e urbanização | Maria Encarnação Beltrão Sposito | Livro | 2008 |
| O que é capitalismo | Afrânio Mendes Catani | Livro | 1995 |
| As novas faces da informalidade na região central de Goiânia | Edmar Aparecido de Barra e Lopes | Livro | 2012 |
| A situação da classe trabalhadora na Inglaterra | Friedrich Engels | Livro | 2010 |
| James Watt: a trajetória que levou ao desenvolvimento da máquina a vapor vista por seus biógrafos e homens da ciência | Luiz Alberto Tavares | Dissertação | 2008 |
| Sociedade do cansaço | Byung-Chul-Han | Livro | 2017 |

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

Ilustração 04: Quadro bibliográfico – Saúde do trabalhador

| Obra | Autor(a) | Tipo de produção | Ano |
|---|---|-------------------------|------------|
| Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória | Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos e Maria Helena Barros de Oliveira | Livro | 2011 |
| A exploração do corpo no trabalho ao longo da história Paulo G. L. | Pena Alessandra Rocha Gomes | Capítulo de livro | 2011 |
| As doenças dos trabalhadores | Bernardino Ramazzi | Livro | 2016 |
| Instituto Nacional de Seguro Social | Governo do Brasil | Site | 2018 |
| Ministério da Justiça | Governo do Brasil | Site | 2005 |

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

O terceiro capítulo foi destinado ao debate atual da precarização, fragmentação e degradação do trabalho e como estes processos geram o aumento no número de trabalhadores comercializando produtos nos semáforos. O recorte espacial para o estudo desta temática se dá na cidade de Goiânia, onde a pesquisadora reside e após observar o aumento de pessoas nestas condições, obteve a temática para realização desta dissertação. Em seguida estão apresentadas algumas bibliografias que trarei para a escrita, intercalando com as narrativas destes trabalhadores que precisam e querem ser ouvidos (ilustração 05).

Ilustração 05: Quadro bibliográfico – Narrativas dos trabalhadores

| Obra | Autor(a) | Tipo de produção | Ano |
|--|----------------------------------|-------------------------|------------|
| A sociedade dos adoecimentos no trabalho | Ricardo Antunes | Artigo | 2015 |
| As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital | Ricardo Antunes e Giovanni Alves | Artigo | 2004 |
| Magia e técnica, arte e política ensaios sobre literatura e história da cultura | Walter Benjamin | Livro | 1987 |
| As transformações no mundo do trabalho e a questão da saúde – algumas reflexões preliminares | Luciane Prado Kantorski | Artigo | 1997 |

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

Todas essas reflexões tiveram seu destaque na escrita que virá a seguir. De modo a não delongar mais, iniciamos este texto com o trecho de uma música que retrata os desejos de um trabalhador. No capítulo que dá início a dissertação, alguns destes trabalhadores ganham voz.

No capítulo um, em que iniciamos nossas reflexões sobre a temática da precarização do trabalho, a informalidade e seus desdobramentos o intitulamos como “Trabalho informal e a informalidade: os rearranjos do mundo do trabalho”. Nele apresentamos importantes bibliografias nas quais nos pautamos para expressar nossas reflexões que vão desde trabalhadores informais dos sinaleiros de Goiânia, a nomes como Engels (2010), Braudel (1987), Cacciomali (1989), Porchmann (2016), Antunes e

Alves (2004), Santana e Mendonça (2010), Thomaz Júnior (2002) que, em momentos distintos, abordaram a temática do trabalho.

1 TRABALHO INFORMAL E A INFORMALIDADE: OS REARRANJOS DO MUNDO DO TRABALHO

“Francisco da Silva, 42 anos, paraibano de Brejo da Cruz, há 15 anos residente em Goiânia. Divorciado, pai de dois filhos, um jovem de 20 anos e uma garotinha de quatro anos. Ambos residem com suas respectivas mães, pois ele aluga um quartinho nos fundos de uma loja. Filho de viúva, saiu de casa aos 12 anos para trabalhar de pescador com seu tio na Bahia. Intitula-se alfabetizado pela vida, pois aprendeu a ler sozinho para se virar em suas andanças dentro e fora do país”.

“Tatiane, natural de Goiânia, 38 anos, casada, mãe de quatro filhos com idades de 14, 17, 19 e 20 anos, prestes a ser avó. Há dois anos trabalhando na informalidade junto do esposo. Reside com a família em uma casa alugada por 600 reais mensais. Disse, com medo, que ela e o esposo são café pequeno e que há grandes empresários que colocam pessoas para trabalharem para eles pagando diárias”.

“Diogo Alves, 22 anos, morador da periferia de Goiânia, casado, pai de uma menina de um ano. Há oito meses trabalhando no sinal como vendedor de frutas terceirizado. Está neste trabalho porque precisa sustentar sua família, mas a qualquer hora troca “isso” por um emprego de carteira assinada. Recebe entre 10 e 20 reais por diária, depende da quantidade que vender. O patrão deixa uma garrafa de água, organiza a exposição das frutas e retorna no horário do almoço para levar a marmitta”.

“Dona Selma, 57 anos, natural de Belo Horizonte, viúva há 15 anos. Trabalhadora no sinal há dois anos, pois a pensão do marido não dá para sustentar a família. Cria um neto adolescente, pois a mãe faleceu de problemas cardíacos quando ele era criança. Diz que há muita injustiça nesta atividade [...] “tem muita gente ruim e que não precisa disso aqui, menina””.

As narrativas apresentadas são de vidas e experiências de pessoas que vivenciam diariamente a realidade do tempo do sinal. Em alguns momentos as falas se conectam, em outros, elas se calam. Por vários momentos durante as entrevistas os olhares iam longe e se perdiam observando os carros. As memórias, os desejos de uma vida com oportunidades diferentes apresentam-se de maneira discreta nos suspiros entre as pausas para as respostas.

Inúmeras são as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais de modo geral. O preconceito, o medo do “rapa”³, o desprezo de alguns, a incerteza, são alguns dos vários receios que envolvem os informais em sua atmosfera de trabalho. Aliadas a isto estão também às más condições de acomodação de suas mercadorias, que, geralmente, ficam no chão ou expostas em varais improvisados nas árvores e/ou postes. Ressaltam-se a má alimentação e as condições de saúde dos trabalhadores dos sinais,

³ “Rapa”, é uma fiscalização municipal composta por guardas municipais, fiscais da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) e fiscais da prefeitura que recolhem e prendem as mercadorias dos trabalhadores informais em Goiânia.

que vão desde o fato de evitar ingerir líquidos para não irem ao banheiro (pois os comerciantes locais não permitem) a alimentação precária composta por biscoitos ou marmitta fria, às vezes nem isso.

Os relatos desses trabalhadores informais são resultados do que ocorreu com o passar dos anos, a fragmentação do trabalho, que promove a precarização, e a intensa mecanização tecnológica da indústria 4.0. Fatores estes contributivos para a redução de empregos. Aliada a isto, tem-se uma precarização também dos direitos à saúde, à alimentação e à educação; mas isto é pauta para outro momento. Ocorre que as novas configurações do mundo do trabalho somam-se com a retirada e a flexibilização de direitos trabalhistas e o discurso do empreendedorismo. Tudo isso, ligado à urgência do capital, promovendo a redução e retiradas de empregos que poderiam ser destinados aos Franciscos, Tatianes, Diogos e Donas Selmas espalhados pelo Brasil.

O emprego com o passar dos anos tem se tornado cada vez mais escasso e excludente. Com isto, tem aumentado de forma exponencial sua precarização, degradação e fragmentação, permitindo o surgimento da informalidade. O dia dos trabalhadores informais inicia-se às 7h00 e muitas vezes vão até as 19h00, fazendo 12 horas ininterruptas de trabalho para adquirirem a renda do mês, e que muitas vezes, se divide em aluguel, alimentação, água, energia elétrica e internet (este é um luxo que poucos têm). A diária, muitas vezes é desgastante e cansativa, a exposição aos ruídos, poluição e insultos foram alguns dos pontos relatados pelos entrevistados.

No quadro da ilustração 06 uma representação das falas desses trabalhadores é apresentada, uma análise simples da vida que no terceiro capítulo será aprofundada. As falas, em alguns momentos se repetem, em outros são interrompidas por certo período de silêncio e o olhar distante, como se procurassem algo na memória, talvez sejam oportunidades desperdiçadas. O fato é que cada um dos trabalhadores é uma caixinha de surpresas, vivências e experiências que contribuíram para que se tornassem quem são, e chegassem aonde estão de forma honesta.

Ilustração 06: Quadro – Narrativas de vida

| NARRATIVAS DE VIDA | | |
|--------------------|-------|---|
| Trabalhadores | Idade | Narrativas |
| Francisco | 42 | <i>Moça, a vida no sinal é sofrida, mais tem gente boa que ajuda a gente.</i> |
| Tatiane | 38 | <i>Eu tô aqui porque preciso sabe, moça, por mim eu tava trabalhando de carteira assinada.</i> |
| Diogo | 22 | <i>O dono da banca traz a marmita pra mim almoçar e deixa uma garrafa grande de água, quando eu vendo aquelas caixa de fruta ali, tem que vender tudo sabe, eu ligo pra ele. Ele vem e paga a minha diária, tem dia que é 50 conto, tem dia que é só 20 porque eu vendo pouco sabe.</i> |
| Dona Selma | 57 | <i>Eu sou viúva sabe, a pensão que recebo não dá, eu crio um neto que a mãe dele, minha filha morreu do coração há 10 anos.</i> |
| Fernando | 29 | <i>Eu escolhi estar aqui, sou formado em Administração e técnico em música, mas eu queria ter meu horário pra estudar, que quero entrar pra polícia.</i> |
| Senhor Aécio | 59 | <i>Sabe, eu perdi as pontas do meu dedo trabalhando com marcenaria, aí não consegui ajuda do INSS, eu preciso ajudar meus filhos que moram com a mãe, o que ganho aqui vai quase tudo pra eles.</i> |
| Cristiano | 32 | <i>Não sou um vendedor de sinais, eu sou um empresário da rua. Eu já fui preso moça, as empresa não contrata quem já teve passagem pela polícia.</i> |

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

Em todos os casos há uma realidade que muitos desconhecem e para outros ela se torna alarmante. O fato é que, com o passar dos anos e as transformações no mundo do trabalho, acendeu a luz amarela de alerta, mas com a velocidade e urgência do capital, a luz vermelha toma espaço, acendendo o debate da precarização e fragmentação do trabalho, bem como a vida e saúde dos trabalhadores.

O trabalho sempre promoveu desenvolvimentos nas sociedades, algo que é tido como dignificador, humanizador e transformador de naturezas e realidades. Inserido diretamente nas pluralidades que permeiam o sistema econômico mundial e se apresentam constantemente em transmutação, está o trabalho, seja formal ou informal, esta prática mundial sempre foi alvo de especulações e desejos.

Marcado pelas relações de troca entre patrão e funcionário, de interação social como moeda de troca, o trabalho se ramifica e se articula devido a sua inserção nessas transformações escalares. Com isso, tende-se a penetrar na lógica do capital, em que tudo se transforma o tempo todo e a nível global. Essa lógica, com o passar dos anos, tem se tornado cada vez mais permanente, alterando os recursos econômicos de

diversos países. Atendendo a estas necessidades de inserção e ramificação, o mundo do trabalho se fragmenta, degrada e precariza, resultando na informalidade.

Ao acatar esta lógica, a sociedade como um todo abarca as transformações existentes na aplicação e instalação desses processos. Com o início do sistema capitalista, durante as revoluções industriais e tecnológicas, as cidades se tornaram fabris e toda sua organização se modificou, de modo a comportar esse processo. Portanto, desde o início do século XV as relações sociais, políticas e econômicas vem se transformando, afetando diretamente o trabalhador.

No centro desse processo modificador, apresenta-se o trabalho que mais tarde seria modificado em toda sua estrutura. O que antes se tratava de ofício para seu autoconsumo e qualidade de vida, mais tarde passaria a ser degradado. De acordo com Engels (2010, p. 45)

Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência [...].

O trabalho que atendia às necessidades da época era desenvolvido no núcleo familiar, geralmente realizado por famílias que residiam em vilarejos ou eram camponeses que residiam nas imediações das cidades. Durante sua jornada de trabalho, entre seis e sete horas diárias, destinava um tempo aos trabalhos manuais da terra. Com suas técnicas ainda rudimentares, cultivavam grãos e hortaliças para seu sustento, com isso também, promoviam qualidade de vida e lazer.

Assim, os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo. Em sua maioria, eram pessoas de compleição robusta, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos campônios. Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas (ENGELS, 2010, p. 46).

Essa realidade logo viria a ser substituída com a inclusão das máquinas movidas a vapor, algo que modernizaria a indústria e toda uma classe trabalhadora

dependente do capital. Os princípios do capitalismo durante o período feudal foram estruturados por Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-1883) que, segundo Catani (1995), defendem a religiosidade e força humana como elementos geradores deste sistema. Para Weber o trabalho é algo que dignifica o homem perante Deus, que surge a partir dos dons; vocação. Já para Marx o homem é o dono de sua força, debatia a detenção dos meios de produção, mais valia.

Para ambos o desenvolvimento de um ofício deve-se, em primeiro lugar, ser para proporcionar-lhe uma boa condição de vida e sobrevivência. Porém, ocorre à divisão de classes entre a burguesia (detentores dos meios de produção) e o proletariado (trabalhadores que vendiam sua força de trabalho), assim, toda uma estrutura social é alterada. Devido a essa divisão, o processo de produção de mercadorias se alterou, o que antes era destinado a servir a uma pequena parte passa a atender as necessidades dos que possuíam condições de “compra”.

O fato de que cada mercadoria a ser produzida demandava certa quantidade de hora para ficar pronta agregava valor ao produto. Assim, “[...] o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, e, assim sendo, no processo de troca não se tem a criação de um valor adicional” (CATANI, 1995, p. 28). Desse modo, o início do capitalismo por meio das trocas de especiarias e outros produtos passa a ser realizado por meio de negociações baseadas na validação e valor de tempo em horas da produção de cada mercadoria. O tempo gasto para produzir tais mercadorias variava em horas, dias, e até semanas, desse modo, os trabalhadores artesãos destinavam toda sua energia e tempo na produção.

Mas, como é sabido, no sistema capitalista o homem detém a força para realizar o trabalho, e para isso é necessário ter também as condições para que exerça tais funções. Portanto, Catani (1995, p. 29, grifos do autor) alega que

No caso da força de trabalho, esta não pode ser separada do operário a que pertence, sendo que a produção e a manutenção da força de trabalho é a produção e subsistência do próprio trabalhador. Marx é categórico a esse respeito ao afirmar que “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador”, ou seja, para que o conjunto de classe operária produza a sua força de trabalho é necessário que ela esteja e continue viva, isto é, que se alimente, durma, se agasalhe e se reproduza.

Nesse caso, as forças apresentadas por Marx se resumem a requisitos básicos para boas condições de vida. Porém, durante o capitalismo no período feudal, os trabalhadores não possuíam carga horária e condições de trabalho compatíveis às tarefas

realizadas. Com o passar dos tempos, e de modo a aumentar as produções e facilitar o trabalho, surge à necessidade de transformação.

A necessidade de melhoria das condições de trabalho não é algo recente. Os trabalhadores das minas de carvão na Europa durante a idade moderna encontravam-se em um ambiente insalubre e degradante. Como é fato conhecido, as ocasiões e períodos de crises fazem surgir grandes ideias, como o aprimoramento do uso do vapor em 1763 por James Watt. Isso permitiu ao homem que realizasse experiências, levando-o a criar máquinas que facilitariam e agilizariam o seu trabalho.

O trabalho nas minas de extração de carvão contribuiu para o desgaste físico dos trabalhadores. A saúde dos mesmos tornava-se cada vez mais debilitada. Além do ambiente de trabalho insalubre, os trabalhadores tinham que lidar com a peste, o tifo e tantas outras doenças existentes. Um aspecto que segue sendo desprezado é a saúde dos trabalhadores, com isso, ampliaremos este debate no próximo capítulo.

Com a precariedade dos ambientes de trabalho, a criação da bomba movida a vapor para retirada da água excedente das minas, surge a oportunidade de ampliação e utilização do vapor em outras áreas de ofício. Com o emprego dessa tecnologia revolucionária para aquele período, o aumento da produtividade se multiplica e o trabalho se transforma para aquela nova realidade. A utilização das tecnologias promoveu um novo ciclo produtivo, alterando toda a realidade. Atividades que antes se utilizavam da força humana e/ou animal para sua execução, já não promoveriam tantos desgastes físicos.

O desenvolvimento da indústria mecânica concentrada em grandes unidades produtoras teria sido impossível sem uma fonte de energia maior do que podiam oferecer as forças humana e animal e que independesse dos caprichos da natureza. A solução foi encontrada num novo transformador de energia - a máquina a vapor - que dependia da exploração, em escala extraordinária, do carvão como fonte de energia. A máquina a vapor foi fruto de uma série de aperfeiçoamento das bombas hidráulicas usadas nas minas de carvão, principal fonte de energia na época. Nas proximidades das áreas ricas em carvão, inclusive, foi onde surgiram as primeiras indústrias na Inglaterra. O sistema fabril não teria tido tão grande importância sem o aperfeiçoamento da máquina a vapor. As rodas hidráulicas eram vagarosas e nem sempre dispunham decursos de água com força suficiente para movê-las. Outras formas de energia foram experimentadas, com resultados menos satisfatórios. O tear mecânico original, inventado por Cartwright, era movido por uma vaca, ao passo que seus sucessores empregaram cavalos e até cachorros (TAVARES, 2008, p. 42-43).

Conforme apresentado pela explanação de Tavares (2008), nota-se que o trabalho exercido durante o início da consolidação do capitalismo europeu era

degradante. Com isso, os trabalhos fornecidos pelos donos dos meios de produção já possuíam o gérmen da degradação, que com o passar dos séculos se instalaria com grande perversidade.

A Revolução Industrial ocorrida no século XVIII permitiu a mecanização dos processos produtivos de mercadorias. Com isso, a força de trabalho humana deu espaço para algumas máquinas. A invenção do tear a vapor foi uma destas tecnologias substitutivas, com a intenção de aumento e redução do tempo de fabricação dos produtos. Todo esse processo ocorrido durante o século XVIII permitiu ao homem que se especializasse, conquistando seu lugar no mundo do trabalho moderno.

A coisa à primeira vista surpreendente é que a especialização, a divisão do trabalho, que não faz senão acentuar-se rapidamente à medida do progresso da economia de mercado, afeta toda essa sociedade mercantil, exceto em seu topo, ocupado pelos negociantes-capitalistas. Assim, o processo de fragmentação das funções, essa modernização, manifestou-se primeiro somente na base: os ofícios, os lojistas, até mesmo os mascates, especializaram-se (BRAUDEL, 1987, p. 51).

O sistema capitalista, no qual boa parte do mundo se insere, promove e proporciona mudanças que alteram processos de modo a atender unilateralmente sua necessidade. Nesse contexto, as mudanças ocorrem promovendo também a capacitação dos trabalhadores e sujeitos inseridos no processo. Dessa maneira, cada vez mais, o trabalho se fragmenta de modo a acompanhar a lógica capitalista que se baseia na inserção.

Ao se falar de lógica do capital e capitalismo, faz-se necessária uma apresentação sobre a significação destes termos. Como se sucede, de forma simplificada, seu funcionamento na prática. Conforme Braudel (1987, p. 43)

O capital, realidade tangível, massa de meios facilmente identificáveis, permanentemente em ação; capitalista, o homem que preside ou procura presidir à inserção do capital no processo incessante de produção a que todas as sociedades estão condenadas; o capitalismo é, grosso modo (mas só grosso modo), a forma como se conduz, para fins usualmente pouco altruístas, esse jogo constante de inserção.

Esta inserção, com o passar do tempo, apresentou ramificações distintas penetrando nas organizações sociais. Com isso, alterou os modos e formas de agir, pensar e desenvolver os processos sociais. Exemplo disso são os processos transformantes do trabalho humano. O que antes era destinado somente à obtenção de

alimentos para sua sobrevivência, passa a ser meio de acumulação de bens. O que excede na produção torna-se produto de venda.

Estas transformações promoveram também a fragmentação, degradação e precarização do trabalho. Com o passar do tempo e a inserção de máquinas cada vez mais precisas e autônomas, o homem foi perdendo espaço de trabalho nas fábricas e indústrias. A criação e instalação da *Jenny* deu início a esta alteração, pois, segundo Engels (2010, p. 48, grifos do autor)

A primeira invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores ingleses foi a *jenny*, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves, de Stanhill, junto de Blackburn, no Lancashire do Nortec. Essa máquina foi o antepassado rudimentar da *mule*, inventada mais tarde; funcionava manualmente, mas, ao invés de um só fuso, como na roda comum de fiar à mão, tinha dezesseis ou dezoito, acionados por um só operário. Dessa forma, tornou-se possível produzir muito mais fio: se antes um tecelão ocupava sempre três fiandeiras, não contava nunca com fio suficiente e tinha de esperar para ser abastecido, agora havia mais fio do que o número dos trabalhadores ocupados podia processar.

A partir da criação da *Jenny*, o trabalho de vários operários e operárias se apresenta suprimido pela inclusão da máquina, como ocorre nos dias atuais. Aos grandes capitalistas da época, a oportunidade de aumento de lucro se apresentava. Alugavam prédios e instalavam várias máquinas que podiam ser operadas por uma única pessoa, com isto o trabalhador produziria mais e em menos tempo. O que para a indústria de tecidos serviu de alavanca para a comercialização de seus produtos, permitindo a exportação dos excedentes. Surge então o domínio das máquinas nos postos de trabalho, substituindo em grande parte a força humana.

As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários [...] (ENGELS, 2010, p. 50).

Nota-se que a degradação, fragmentação e precarização não são atuais, apenas se amplificaram com a nova reformulação do trabalho a partir da instalação dos maquinários. As indústrias, cada vez mais, se equipavam com máquinas, que outrora eram a vapor e posteriormente foram substituídas pelas elétricas. A partir desse salto evolutivo, as indústrias e fábricas se alinham ao mercado mundial. O ambiente de

trabalho também se transforma. Inicia um processo de controle rígido, no qual o humano funciona no tempo e na rotina da máquina.

Passamos, a partir de um certo estágio do processo de industrialização, a usar máquinas como metáforas para nós mesmos e a moldar o mundo de acordo com princípios mecânicos. O trabalho nas fábricas passou a exigir horários rígidos, rotinas predefinidas, tarefas repetitivas e estreito controle. A vida humana sofreu profunda transformação. A produção manual deu lugar à produção em massa; a sociedade rural deu lugar à urbana e o humanismo cedeu ao racionalismo (WOOD JÚNIOR, 1992, p. 7).

O processo de trabalho passa a desprezar o sujeito em questão, pois suas necessidades básicas passam a depender do tempo da máquina. O fluxo produtivo intensivo das máquinas faz com que o orgânico se una à graxa. Nesse momento, o trabalho mais uma vez se submete a velocidade e a força do capital. Com a ampliação e utilização das máquinas, as fábricas e indústrias que ainda possuíam algum tipo de produção artesanal sucumbem. Os processos de fabricação de carros no início do século XX foram o resultado desta situação. Os métodos aplicados nestas fábricas polarizaram, estendendo-se a outras áreas de produção de bens e serviços.

O modelo de ação desenvolvido por Henry Ford, conhecido por Fordismo, se pautava na racionalização do tempo; os empregados das fábricas deveriam produzir em massa e em pouco tempo. Para que isso ocorresse, as funções eram parceladas, ou seja, cada empregado possuía uma função específica que deveria ser realizada no tempo da esteira rolante. A responsabilidade era algo que custava muito caro aos trabalhadores, pois o resultado final do processo dependia estritamente do cauteloso desempenho da função exercida. Todas estas vertentes eram utilizadas para consolidar a montagem do seu único modelo, o T. Este novo modelo de trabalho e produção expandiu-se para além das fábricas, sendo reaplicado em outras áreas.

De acordo com Santos (2009, p. 2, grifos do autor) esse modelo

[...] se espalhou para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho, que teve como elementos básicos a linha de montagem, produção em massa, produtos homogêneos, consumo de massa, controle do tempo e movimentos do operário, existência do trabalho parcelado, separação entre elaboração e execução no processo produtivo e desqualificação do trabalhador. E essa forma de organização do trabalho é a marca do período de crescimento e expansão do pós-guerra que vai de 1945-1973, conhecida como a “Era de Ouro” do capitalismo.

Porém, esse sistema totalmente burocrático e vertical produzia de forma significativa, era tudo que o capital precisava no pós-guerra. Mas, isto gerava a

estagnação dos trabalhadores por não haver condições de trabalho que os tratassem como o ser humano. Eles eram apenas o produto, um componente que fazia a engrenagem da produção em massa funcionar. Este sistema de trabalho engessava os trabalhadores que produziam à velocidade da esteira que trazia os componentes e peças para a montagem. À medida que o capital fabril aumentava, mais o trabalho se precarizava. Levando, anos mais tarde, ao surgimento de outro sistema de produção, caracterizado pela flexibilização e tudo feito na hora certa, o *Just in time*.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a indústria japonesa tinha a necessidade de crescimento e ampliação internacional. Seguindo a linha de fabricação de automóveis, o modelo japonês aprimorou o sistema aplicado pela montadora americana. O modelo japonês conhecido por Toyotismo, criado por Eiji Toyoda e Taiichi Ohno, utilizava princípios de sua cultura para aplicação. Neste sistema a flexibilização permeia de forma constante em todas as áreas de produção e desenvolvimento.

Sua constituição baseia-se em seis passos fundamentais: “1) crescimento pela demanda; 2) combate a qualquer tipo de desperdício; 3) flexibilidade do aparato produtivo; 4) instalação do método do *kanban*⁴; 5) diversificação dos produtos; 6) terceirização da produção” (SANTOS, 2009, p, 5, grifo do autor). Essa nova forma de trabalho permitia uma maior qualidade na linha de produção, além da redução de gastos, a indústria só produzia o que era comercializado. Gounet (1999) compara este sistema ao de supermercados onde o produto fica exposto na prateleira e, à medida que é vendido, faz-se a reposição. Isso evitou o gasto desnecessário com uma grande produção que ficaria encalhada nos depósitos das fábricas.

Nesse sistema, diferentemente do modelo Fordista, o trabalhador desempenhava várias funções de controle dos maquinários. Se a linha de produção estava direcionada a um produto e houvesse a necessidade de produzir outro, o mesmo funcionário deveria estar preparado. Tudo isso era supervisionado pelo próprio funcionário que, se notasse alguma falha, poderia parar toda a linha de produção, e de imediato resolver o problema. Essa prática foi adotada para que a qualidade dos produtos e eficiência dos trabalhadores estivesse sempre em sintonia, promovendo a aceitação dos automóveis pelo mercado internacional. Ainda no bojo deste sistema,

⁴ [...] o *kanban* serve antes de mais nada como senha de comando. Mas na organização flexível, puxada pela demanda, é um método rápido, fácil e essencial (GOUNET, 1999, p.27).

ocorre o processo de terceirização do trabalho, com a subcontratação de serviços de terceiros, de modo a reduzir custos com a mão de obra e capital.

A prática da flexibilização do trabalhador e do mercado de trabalho a partir do sistema *Just in Time* contribui diretamente para a fragmentação do trabalho formal. Esse processo, que viria a contribuir, ainda na década de 1970, para a precarização do trabalho, ampliou-se globalmente. Com isso o conceito do “na hora certa” promoveu a retirada de direitos dos trabalhadores, lhes direcionando a prática da informalidade.

As configurações tomadas pelo mercado de trabalho, seguindo os princípios citados da flexibilização, promoveu um sistema no qual os trabalhadores são destituídos de seus direitos. Com a instabilidade e incerteza, além da pouca valorização pela prática profissional, o sujeito se reduz à hora trabalhada.

[...] não há garantia alguma. Se houver trabalho, você terá uma parte daquilo que você veio a realizar. É uma total instabilidade [...]. Agora ele [trabalhador] não tem condições de garantir o pagamento da previdência se não sabe nem se vai receber salário. Está exposto a um contrato de zero hora que pode ter uma hora, duas horas, dez horas, sem garantia alguma. (POCHMANN, 2016, p. 16).

A perda dos direitos trabalhistas promove a redução dos postos de trabalho, e a nova forma de emprego é por hora. Os trabalhadores neste sistema sem direitos é o que Han (2017) chama por sujeito do desempenho. “O sujeito do desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência” (HAN, 2017, p. 25).

Surge a necessidade de criação de outras formas e meios de sobrevivência. Com o passar do tempo, os processos trabalhistas se adaptaram as mudanças. Porém, o desenvolvimento de tecnologias que viriam a ser melhoradas por seus sucessores acentuou a degradação do trabalho. O grande divisor de águas no mundo do trabalho foi, sem dúvidas, a primeira Revolução Industrial, na contramão desses processos, ocorre também a precarização e fragmentação do trabalho e dos trabalhadores envolvidos. E para que pudessem sobreviver, iniciaram as práticas de atividades não formalizadas perante a lei, neste momento, amplificam-se cada vez mais os trabalhos informais.

Sabe-se que a prática de atividades informais sempre permeou a história da humanidade, exemplo disso era a prática da pirataria, uma atividade de trabalho marginalizada e não formalizada, condenada por lei, que perdura até os dias atuais. Outra forma de trabalho informal que acompanha a história da humanidade é a da prostituição, na qual ocorre a troca de satisfação sexual por valores combinados entre as

partes envolvidas. Mas a informalidade que abordaremos de agora em diante, caracteriza-se em atividades laborais não registradas por lei, porém aceitas pela sociedade.

1.1 A contextualização da informalidade, mercado de trabalho e precarização

A palavra informalidade e sua aplicação na prática precisam ser explicadas, para isso, faz-se necessária uma consulta ao dicionário acerca do significado das palavras informal e informalidade. O significado de tais palavras apresentam-se como sendo: “**Informal**. Adj. 2g. Bras. Destituído de formalidade (2). **Informalidade**. S. f. Bras. Falta de formalidade (2)” (FERREIRA, 1988, p. 361, grifos do autor). Ou seja, as práticas desenvolvidas no meio informal não produzem ligação alguma com os setores formais. A prática de atividades que fugiam do padrão tradicional de trabalho encontrava-se margeando a formalidade.

O trabalho informal não possui uma nomenclatura própria que o represente, e nem o termo da informalidade, a não ser o que se apresenta no dicionário. O que se sabe sobre estas atividades é apresentado desse modo. Para Lopes (2012, p. 40)

O conceito de setor informal foi desenvolvido originalmente pela OIT e, a partir do início do decênio de 1970, se propagou internacionalmente. Tal organização considerava que as características principais do conceito eram a facilidade de entrada, o apoio em recursos locais, a propriedade familiar das empresas, a escala de operação pequena, a tecnologia adaptada e intensiva em força de trabalho e os mercados não-regulados e competitivos.

Seguindo a linha da significação e tentativa de explicação sobre a prática de atividades informais, e de modo a complementar a exposição de Lopes (2012) referindo-se às maneiras de ingresso neste meio, abordamos a reflexão apresentada pela OIT⁵ (2010, p. 9) que aborda a distinção existente entre estas práticas, portanto,

Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização. A definição de “setor informal urbano” no famoso estudo de 1972 sobre o Quênia tinha um caráter descritivo. Não existia um corpo teórico de investigação social que explicasse claramente o que constituía a informalidade, entendida como uma maneira de fazer as coisas.

⁵ Organização Internacional do Trabalho.

Devido à inexistência de uma nomenclatura que defina este tipo de atividade, ocorre uma divisão do Estado legal nas práticas consideradas formais (carteira assinada, pagamento de impostos e tributos). Ainda no contexto de significação do trabalho informal e informalidade em junção as transformações ocorridas no mundo do trabalho de modo macro escalar em todo o globo, permitiu a abertura ao denominado de terceiro setor. Antunes e Alves (2004, p. 339, grifo dos autores) afirmam que

Como desdobramento destas tendências anteriormente apontadas, vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, com predomínio daquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos, e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.

Ainda citando os referidos autores, eles abordam e exemplificam que

Em suma: se o “Terceiro Setor” vem incorporando trabalhadores(as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não-lucrativas, não-mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado seu traço positivo. Ao incorporar – ainda que de modo também precário – aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se vêem não mais como desempregados, plenamente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados (ANTUNES; ALVES 2004, p. 340, grifo dos autores).

O terceiro setor promove a aglutinação de sujeitos em diferentes etapas econômicas, sociais e com níveis educacionais variados, ele atende e comporta as necessidades dos trabalhadores em situação de informalidade. Devido a não especificidade do termo trabalho informal, surgem várias designações para o mesmo.

A combinação entre o desemprego em massa e permanente e a informalidade produz um efeito devastador no cotidiano do trabalho: uma situação de semi-emprego na qual, para a maior parte dos trabalhadores, desaparece a divisão entre uma situação de segurança (no emprego) e de insegurança, infundindo um sentimento de medo silencioso e constante entre os assalariados. É um processo que se retro-alimenta, um círculo vicioso difícil de ser quebrado: o medo permanente – e expectativa real – da perda do emprego, potencializado pela desestruturação do mercado de trabalho e pela falta de amparo estatal e sindical, impede, em boa medida, que a classe trabalhadora coloque freios à deterioração das condições e relações de trabalho, a qual, por sua vez, alimenta o medo e a conseqüente sensação de impotência dos trabalhadores. (SILVA, 2004, p. 6).

Ante a desestruturação do trabalho e a precarização do trabalho formal, a classe trabalhadora teve que se readaptar. Para muitos, a prática de atividade informal foi uma maneira de sobrevivência. Tal prática informal é tida por muitos como irregular, por não se adequar ao padrão estabelecido pelo mercado, distinguindo-se da economia subterrânea. A distinção das atividades se apresenta dividida entre informal e subterrânea, conforme expõe Cacciamali (1991, p. 131, grifos da autora):

A economia informal (diferenciada a partir da “forma de organização da produção”) e a economia subterrânea (diferenciada a partir da “ilegalidade”) representam dois fenômenos diversos e suas denominações devem permanecer separadas. Economia informal é um conjunto de atividades que operam com base no trabalho do proprietário dos meios de produção com a ajuda da família e/ou de alguns auxiliares e economia subterrânea é um conjunto de atividades socialmente aceitas, mas ilegais.

O desenvolvimento de atividades informais se dá por uma grande maioria composta de desempregados, empreendedores que buscam seu sustento e de suas famílias, por meio de sua força de trabalho e de pequenos investimentos. A prática de atividades destinadas à economia subterrânea se difere da informalidade, pois naquela se praticam atividades de contravenção e de cunho penal, contra a lei (tráfico, prostituição, e outros).

Sem esta distinção das atividades, muitos trabalhadores informais são tidos pela sociedade como marginais ou bandidos, o que não procede, pois não há como estabelecer tal generalização. Em sua grande maioria, os trabalhadores informais são pessoas com baixo ou nenhum estudo e que buscam meios de sobreviver. Cacciamali (1989, p. 28, grifos da autora) afirma que

As atividades informais estariam mais vinculadas a „estratégias de sobrevivência” e de „ascensão social” de uma parte da população com características específicas; ou seja, por um lado, trabalhadores que não têm qualificação, educação ou hábitos de trabalho apropriados às demandas do setor tipicamente capitalista, e, por outro lado, trabalhadores que não têm oportunidades ou não querem submeter-se às condições e aos salários oferecidos pelo setor formal.

As atividades informais são meios de sobrevivência que desempregados, microempreendedores, enfim, pessoas que buscam, de maneira honesta, levar o sustento para suas famílias. As mesmas cresceram de maneira significativa a partir da década de 1970, devido à iniciação tecnológica em massa nas indústrias no período pós Guerra Fria. Com isso, a força de trabalho humana que não possuía qualificação necessária foi

dispensada, a partir da inserção de maquinários e das modificações no mercado em nível internacional.

As tipologias do trabalho formal se alteraram, principalmente em países industrializados e considerados desenvolvidos, essa nova forma de trabalho se propagou e se estabeleceu. Ao passo que, em países ainda não industrializados, esta realidade leva tempo para adentrar em sua organização estrutural.

[...] nos países industrializados, os processos de mudanças estruturais expressam-se através de maiores taxas de desemprego e de desigualdade salarial, sendo a desigualdade salarial maior onde as taxas de desemprego são menores, como é o caso estadunidense, implicando o aumento dos índices de desigualdade na distribuição da renda. Nos países europeus, onde as taxas de desemprego são maiores e a desigualdade salarial é menor, a criação de empregos vem sendo estimulada por meio de novas formas de contrato no mercado de trabalho. Isto vem sendo implementado com base no diagnóstico de que a criação de empregos estaria sendo limitada pelos custos de transação – de contratação e de dispensa – envolvidos nos contratos de trabalho por tempo indeterminado e em período integral. Essas novas formas de contrato redirecionam o trabalho assalariado para empregos em tempo parcial e temporários e, em muitos países, constituem um componente expressivo da criação dos empregos [...] (CACCIAMALI, 2000, p 158-159).

Essa realidade se tornou mais perversa e definitiva na década de 1990, com o advento da globalização. De acordo com a OIT (2010, p. 7) “[...] o debate em torno do setor informal, que ganha expressão na década de 1970, foi redefinido nos anos 1990 e principalmente no começo da década atual, dando origem a um conceito mais abrangente: o de economia informal”. Essa economia baseia-se na prática de atividades nas quais os sujeitos são os donos de seu trabalho.

A prática do empreendedorismo e a flexibilização da carga de trabalho compõem esta transformação ocorrida durante a década de 1990 em parte significativa do mundo. Ao que se destina a força do capital, cabe ressaltar que a flexibilização surge como uma nova configuração do que viria por diante no mundo do trabalho.

O fenômeno da flexibilização dos direitos trabalhistas surgiu como forma de adequação entre os dinamismos das mudanças do mundo e o direito laboral. A flexibilização das condições de trabalho é um conjunto de regras que têm por objetivo instituir mecanismos tendentes a compatibilizar as mudanças de ordem econômica, tecnológica ou social existentes na relação entre o capital e o trabalho (MARTINS, 2008, p. 498).

Com isso, as mudanças que são geradas no mundo do trabalho tende-se a atender não apenas a força do capital, mas também a política. Trazendo o debate para a realidade nacional, durante a década de 1990, com a chegada dos ventos neoliberais na

economia, os processos e inovações vindos com a mundialização contribuíram, de maneira significativa, para a redução dos postos de emprego. Ramos e Reis (1997, p. 6) afirmam que

[...] é patente a deterioração da qualidade do emprego: há um aumento quase que constante na proporção de empregados sem carteira e trabalhadores autônomos, que correspondiam a cerca de 42% da PEA no início de 1991 e estavam no limiar de atingir 50% de acordo com a PME de agosto de 1996. Posto em termos de médias anuais, este índice de precariedade cresce continuamente, partindo de 0,428 em 1991, seguindo para 0,449, 0,458, 0,475 e 0,478 nos quatro anos seguintes, e alcançando 0,489 nos primeiros oito meses de 1996.

De acordo com a porcentagem apresentada, durante o início da década de 1990, ocorre de maneira massiva e intensa a deterioração e precarização do trabalho, devido a chegada de práticas neoliberais, abrindo os mercados econômicos nacionais. Com isso, a redução dos postos e ofertas de trabalho tornou-se crescente devido à abrangência dos processos advindos da globalização. A reestruturação econômica naquele período passava por um momento de crise, pois ainda instituía-se a forma democrática de governo.

Ou seja, com a reversão na tendência de crescimento do desemprego e manutenção do aumento na precariedade dos postos de trabalho, torna-se perfeitamente compreensível a recente mudança no foco de atenção do debate entre os especialistas em mercado de trabalho, isto é, da questão da quantidade para o problema da qualidade do emprego. Ou, posto de outra forma, a preocupação maior não seria em relação à capacidade de geração de empregos do mercado de trabalho, mas sim em relação à qualidade dos empregos gerados para absorver os trabalhadores egressos do setor “protegido” em função da reestruturação da economia (RAMOS; REIS, 1997, p. 7, grifo dos autores).

Com a inserção das transformações no mundo do trabalho, proporcionando sua degradação, tais adventos foram penetrando por todo o território brasileiro, intensificando-se em cidades industrialmente desenvolvidas, e se expandindo para outras regiões. Com isso, alcançou também a cidade de Goiânia, recorte geográfico deste trabalho.

1.2 Goiânia/Goiás, o trabalhador, a saúde, a vida

Antes de darmos sequência a uma reflexão introdutória da temática presente no capítulo um, apresentaremos o recorte escolhido para realização da pesquisa, a

cidade de Goiânia. Cidade esta que nasce em meio a interesses políticos que dariam espaço para futuramente se realizar a construção de Brasília, permitindo assim a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Intenção esta que se destinava ao processo expansionista conhecido nacionalmente como “Marcha para o Oeste”, que visava a ocupação da região central do país e, posteriormente, também da região norte, no intuito de realizar a exploração de minérios, entre outros produtos.

Nesse contexto, Goiânia se inicia as margens do Córrego Botafogo na fazenda de mesmo nome. Inicialmente, tendo o projeto modernista de cidade planejada, deveria alocar 50 mil habitantes, hoje a cidade possui cerca de 1.500.000 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), grande parte deles composta por migrantes. Goiânia possui características por ser conhecida como uma cidade acolhedora e receptiva, com oportunidades de emprego.

Mas, com as transformações ocorridas globalmente no mundo do trabalho, ela se encaixa na precarização, fragmentação e redução dos postos de trabalho, que cada vez mais se apresenta como excludente e seletivo. A precarização e a fragmentação que presenciamos hoje se inicia de maneira expressiva durante a primeira Revolução Industrial ocorrida na Europa, com este processo, todas as esferas sociais, políticas e econômicas são atingidas. Os trabalhadores das fábricas, das minas de carvão, são expostos a ambientes insalubres e condições precárias de trabalho.

O trabalhador antes de ingressar no processo de transformação levava uma vida simples, sociável, havia tempo. Engels (2010, p. 46) assinala que

[...] os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo.

Tais especificidades foram perdidas com o avanço das tecnologias empregadas nas fábricas e minas de carvão. Com isso, aumentou o tempo e as condições de trabalho foram suprimidas, atendendo de maneira unilateral um único sistema, o do capital. Nesse momento, os trabalhadores passam a ser sujeitos sem voz, a produtividade é a comandante que norteia a todos. O humano se entrelaça ao mecânico-tecnológico, desempenhando atividades e funções para o aumento da produtividade. “O

sujeito do desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência” (HAN, 2017, p. 25)

A partir de então, cada vez mais cresce a precarização das condições de trabalho, levando ao desgaste e invisibilidade do sujeito. Processos estes que serão abordados no segundo e terceiro capítulos desta dissertação. Já nos direcionando para o segundo capítulo que foi intitulado como “A saúde do trabalhador: da informalidade ao consultório”. Procuramos trazer bibliografias de autores como Gaze, Leão e Vasconcellos (2011); Ramazzini (2016); Matta *et al.* (2011), Leis nacionais para apresentar a saúde do trabalhador.

Debate esse que se inicia no século XIX, após intensos conflitos e lutas sociais por melhores condições trabalhistas, devido os trabalhadores se encontrarem em situação insalubre nas minas de carvão, expostos a riscos físicos e psicológicos.

Nas úmidas, que contêm água estagnada, as pernas dos cavouqueiros ficam estragadas, assim como as espessas e pesadas emanações, sobretudo quando caem na água fragmentos da rocha, movimentando as imundícies, como dizem, impedem a respiração dos operários, que caem desmaiados ou saem meio tontos. O próprio fogo, dominador de todos os venenos, que é usado para quebrar as pedras, provoca e põe em movimento as emanações pestíferas da matéria mineral [...] (RAMAZZINI, 2016, p. 31).

As condições nas fábricas de tecelagem também não se apresentavam distintas, inúmeras eram as más condições ergonômicas de trabalho. Riscos estes que se apresentavam em longo prazo, gerando problemas irreparáveis aos operários. A partir desses problemas e riscos que se apresentavam, os trabalhadores iniciam sua busca por melhores condições dos ambientes de trabalho e salários. Nesse contexto, é importante ressaltar que os sindicatos tiveram um papel fundamental na luta dos trabalhadores.

Gaze, Leão e Vasconcellos (2011, p. 264) pontuam que

[...] nos primórdios do sindicalismo, o caminho trilhado era o da luta pela expansão do direito do trabalho, que, por questões óbvias, seria o instrumento capaz de diminuir a exploração do trabalhador no espaço onde vendia sua força de trabalho, com o aumento dos salários, a diminuição da jornada, a folga semanal e, no limite, a preservação da família.

A venda da força de trabalho, a diminuição da jornada, as folgas, com o avançar dos anos, tiveram novas adaptações, acompanhando assim as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Em se tratando do sistema nacional, as lutas dos

trabalhadores que se iniciaram em solo europeu ganharam espaço na década de 1930, com a consolidação de leis trabalhistas, chegando a Constituição Federal de 1988.

A criação da Constituição de 1988 traz amparo legal à saúde do trabalhador e consolida os direitos trabalhistas. A partir de então, a formulação de leis específicas é iniciada. Logo, em 1990 é criada a Lei 8080, que já em seu primeiro parágrafo aborda de modo específico a saúde do trabalhador.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990, p. 1).

Dentre estes avanços, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) tem destaque, pois fornece acompanhamento médico de qualidade a população brasileira de forma gratuita. Outro destaque é para a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Esta rede engloba vários centros e especificidades voltados para a saúde dos trabalhadores visíveis e invisíveis perante o sistema que fomenta a lógica perversa do capital. Em se tratando dos trabalhadores visíveis e invisíveis que compõem a lógica capitalista. Trazemos uma proposta de debate sobre esta recém-surgida forma de trabalho, a flexibilidade.

O terceiro capítulo desta dissertação é intitulado “A vida no sinal luminoso”. Este capítulo foi destinado às falas dos trabalhadores informais que comercializam produtos nos semáforos, abordarmos como é a vivência, a saúde, a territorialização que se configuram a partir do discurso do empreendedorismo e a flexibilização do tempo.

Pretendemos trazer para o debate como estes processos ampliaram e contribuíram para a aceleração da degradação e precarização do trabalho. Buscaremos em Antunes e Alves (2004), Thomaz Júnior (2002), Santos (2009), Han (2017), Bauman (2001), com o auxílio da Rede Ceget, do Ministério Público do trabalho, entre outros.

A forma como estes trabalhadores se inserem nas plataformas que trazem a invisibilidade do sujeito, numa parceria na qual o mesmo faz seu tempo, porém arca com todo o custeio da produção da renda. Essas formas de trabalho e estratégias para a obtenção de uma renda para seu sustento e de sua família se configuram por dois vieses: um de baixa qualificação profissional, e outro de não adaptação à formalidade das empresas.

As atividades informais estariam mais vinculadas a „estratégias de sobrevivência“ e de „ascensão social“ de uma parte da população com características específicas; ou seja, por um lado, trabalhadores que não têm qualificação, educação ou hábitos de trabalho apropriados às demandas do setor tipicamente capitalista, por outro lado, trabalhadores que não têm oportunidades ou não querem submeter-se às condições e os salários oferecidos pelo setor formal (CACCIAMALI, 1989, p. 28, grifos da autora).

Nota-se, que tudo que se refere ao trabalhador e ao ambiente de trabalho se resume em luta. Luta esta para sobreviver, para dar e ter melhores condições de vida, de saúde e moradia. Todos estes direitos presentes na Constituição de 1988, mas, devido ao mercado e à sua força, se vão pelo ar. Dessa maneira, a problemática desta dissertação permeia o ambiente de trabalho, a rua e o hospital.

A fragmentação, precarização, degradação do mundo do trabalho tem crescido a números exorbitantes. Números recém divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) demonstram em território nacional o resultado das transformações no mundo do trabalho. A taxa de desocupação, ou seja, pessoas sem emprego foi de 14,4%, com o equivalente a cerca de 14 milhões de desempregados. O quantitativo apresentado reflete a força perversa do capital em relação aos trabalhadores. Para os trabalhadores por conta própria (informais) chegou a 38%, contabilizando 31 milhões de trabalhadores.

Dentre estes números e quantitativos divulgados nas pesquisas, estão inseridos os vendedores de sinaleiros dos centros metropolitanos. Inclusive os aqui da cidade de Goiânia, que fazem diariamente jornada de mais de 12 horas, muitas vezes sem condições de alimentação adequada, além de inúmeras limitações fisiológicas. Incluindo também o risco em serpentear entre os carros na velocidade do tempo do vermelho, amarelo e verde.

Seguimos...

1.3 A cidade de Goiânia frente às novas configurações do trabalho

Goiânia, com uma miscelânea de migrantes, composta por mais de 1.302.011 de habitantes, a metrópole com inúmeros problemas sociais e de geração de emprego e renda para sua população se encaixa ao *ranking* das grandes cidades que possuem os mesmos desafios. A partir de leituras do cotidiano e do crescente aumento de comércios informais nos cruzamentos de sinaleiros de Goiânia, surgiu a temática

para esta pesquisa. De modo específico, a área selecionada foi na região Norte da cidade. Em uma importante via urbana de Goiânia, a Avenida Perimetral Norte. Local este que compunha o trajeto diário da autora para ir à Universidade Federal de Goiás (UFG).

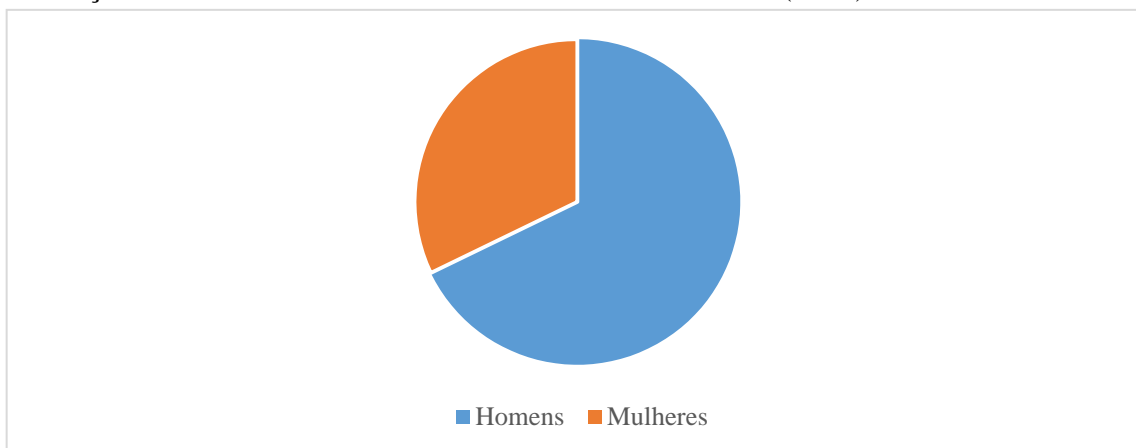
Aliada a observação, surgiu a necessidade de compreensão do trabalho informal e de como se dá a utilização destes locais destinados e pensados somente para fins de mobilidade automotora. Com a utilização, territorialização e complexidade ocorrida nestes locais, à cidade se reconfigura e se adapta as necessidades de seus moradores e usuários.

As cidades são partes representativas da complexidade que é o espaço geográfico. Os elementos móveis das cidades, ou seja, os fluxos são tão importantes como os fixos, ou seja, os que pertencem a elas. [...] Os fluxos também interagem, formam resistências, aceleram mudanças, criam expectativas, desconstroem o aparentemente rígido cenário urbano. Na maioria das vezes, nossa percepção não é total, mas parcial no tempo e no espaço. A cidade não é apenas um conjunto de elementos observados (fixos), mas o produto de muitos construtores (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 383).

Levando em consideração as relações existentes nas cidades realizadas por enquanto fluxos, muitas vezes passa despercebido por se agregarem à paisagem já acostuada do cotidiano. Com isso, os trabalhadores informais se misturam e utilizam os espaços dos canteiros de avenidas e calçadas como suas lojas, as árvores e postes neste momento tornam-se vitrines para a exposição das mercadorias.

O crescente aumento de população desocupada no Brasil, realizando algum tipo de trabalho informal, teve um salto significativo desde os processos ocorridos no país em 1990. Uma década depois, mais precisamente no ano de 2003, segundo dados do IBGE, a região Centro-Oeste já contava com cerca de 265.259 mil pessoas trabalhando por conta própria. Muitos desses trabalhos estendem a jornada e carga horária trabalhados, como está apresentado no gráfico da ilustração 07.

Ilustração 07: Gráfico – Número de trabalhadores informais (2003)

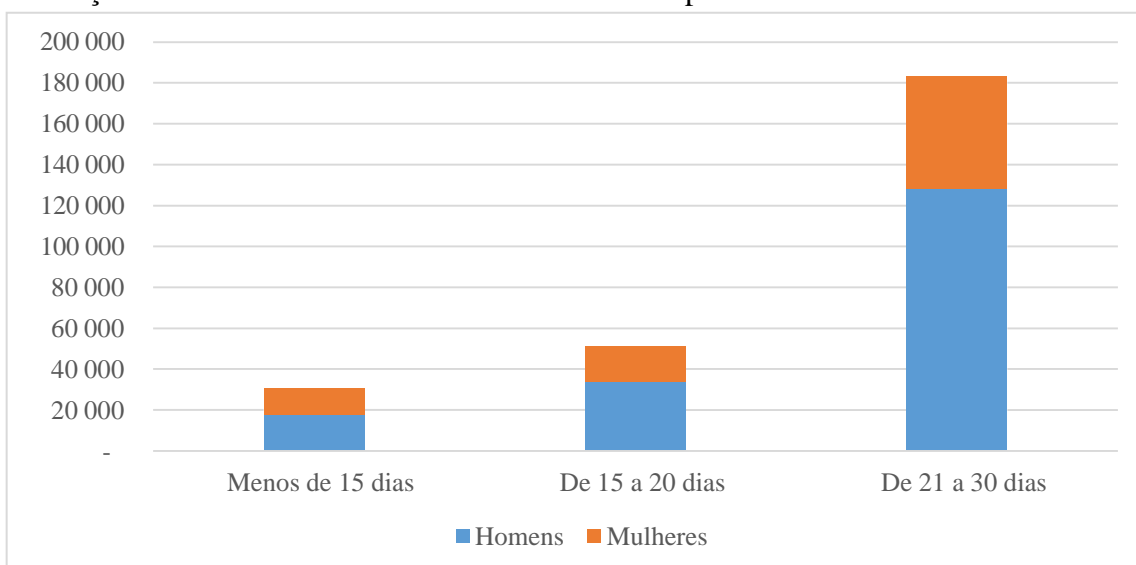


Fonte: IBGE (2003).

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

Nota-se que a população masculina é a grande maioria que desempenha esta atividade, pois, em muitos casos, eles são os responsáveis por levar renda aos familiares e suas esposas ficam em casa para cuidar dos filhos. Salvo casos como o da Tatiane, em que seu esposo a acompanha diariamente, visto que os dois trabalham juntos e conseguem vender mais produtos, o que a torna protegida de quaisquer imprevistos. Outro ponto a se destacar na rotina desses trabalhadores é o horário e dias trabalhados durante o mês. Como eles são os responsáveis pela manutenção do ponto, fidelização da clientela, comércio de seus produtos, as jornadas são de mais de 12 horas diárias e 26 dias mensais trabalhados.

Ilustração 08: Gráfico – Número de dias trabalhados por mês

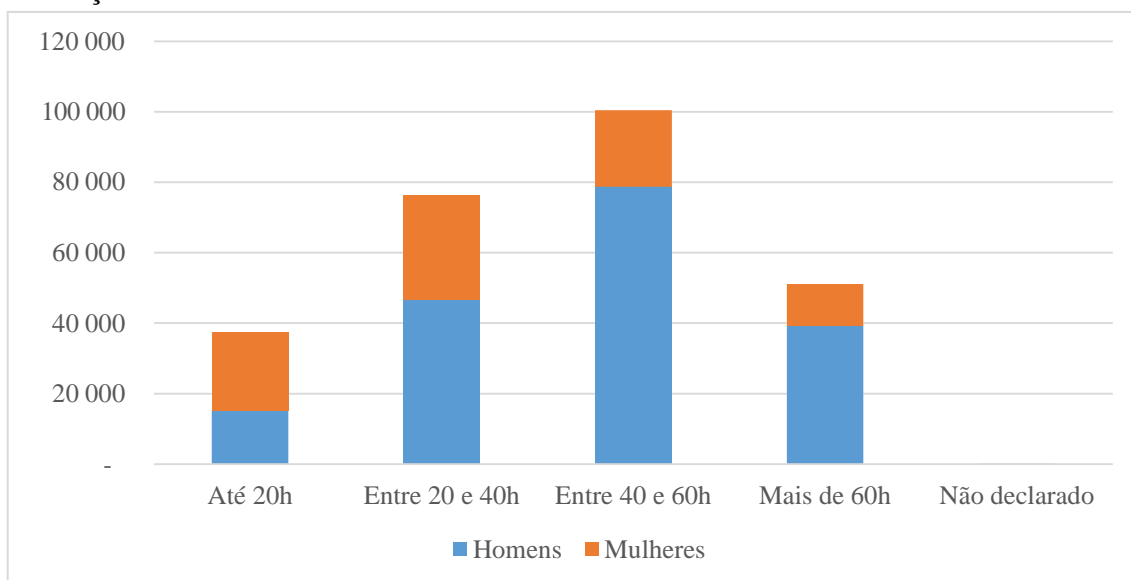


Fonte: IBGE (2003).

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

A jornada da carga horária mensal extrapola o limite de 44 horas semanais, pois o horário estipulado pela maioria dos trabalhadores é de 12 horas diárias. Em épocas festivas como Natal e Ano Novo esta realidade se altera e estende a 14 ou 15 horas diariamente.

Ilustração 09: Gráfico – Jornada diária de trabalho



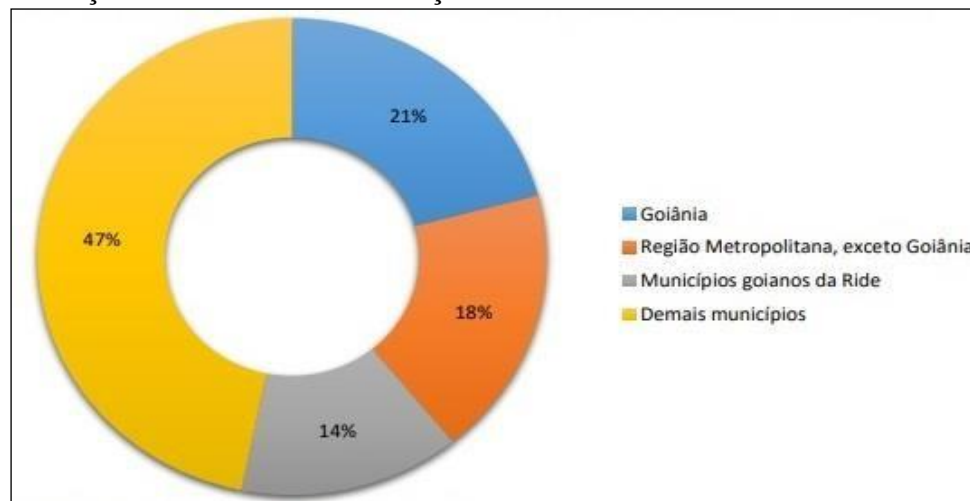
Fonte: IBGE (2003).

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

Por meio do demonstrativo acima, nota-se a precarização do trabalho realizado por homens e mulheres em busca do sustento familiar ou pela liberdade proporcionada em trabalhar por conta própria. O discurso do empreendedorismo, aliado ao alto número de desemprego em Goiás continuou a crescer de tal modo que, em 2019, esse quantitativo era de 1,4 milhões de trabalhadores informais, somando 41% da ocupação.

Se para o estado a proporção era de 41%, o capital, em tese, deveria estar comportando metade deste total, porém, os dados disponibilizados pelo Instituto Mauro Borges (IMB) demonstram outra realidade. A partir de análise e observações dos dados de Goiânia em 2019, percebe-se que a região metropolitana possui quase 40% relativo ao estado de Goiás. Esta discrepância pode ser notada no gráfico organizado pelo IMB sobre a distribuição dos trabalhadores informais no estado e em Goiânia (ver ilustração 10).

Ilustração 10: Gráfico – Distribuição dos trabalhadores informais

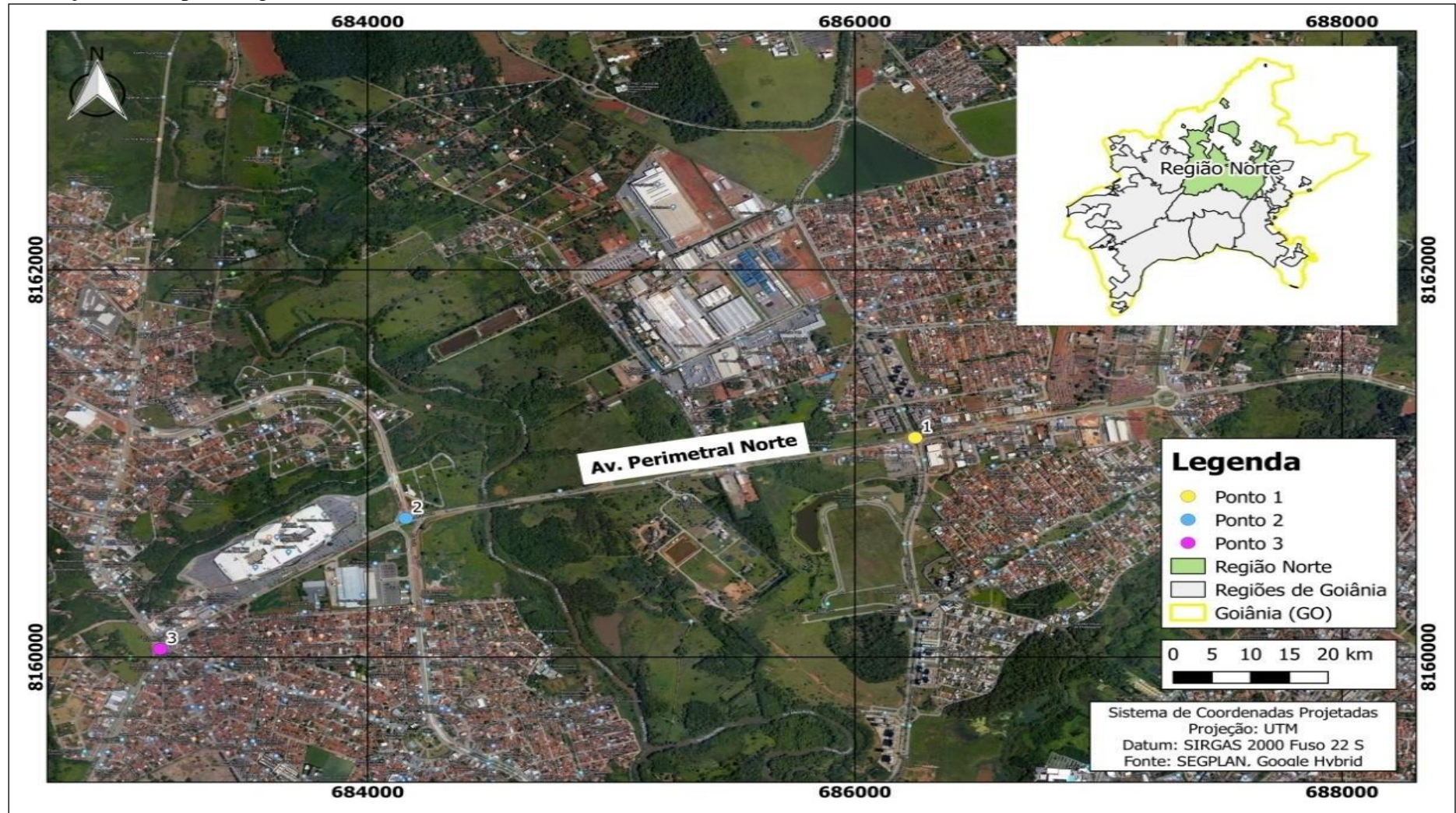


Fonte: Instituto Mauro Borges (2019).

Boa parte destes trabalhadores possui uma jornada diária de 10 horas, sendo expostos a perigos constantes. Destinamos como recorte da pesquisa as ocupações e territorializações ocorridas em três pontos da Avenida Perimetral Norte. Esta importante via urbana se estende por cerca de 25 km dentro de Goiânia, iniciando-se no setor Jardim Guanabara e encerrando-se no setor Jardim Floresta, e vice-versa. A escolha desta Avenida ocorreu não somente por fazer parte do trajeto diário da pesquisadora, mas também pelo significado que a acompanha. Por atravessar Goiânia de Leste a Oeste, a Avenida Perimetral Norte transporta não apenas cargas, mas histórias de vida de estudantes e trabalhadores. Ela serpenteia pela cidade com seus comércios e veículos, misturando a vida ao concreto duro das construções. Sua peculiaridade é a de transportar produtos de todos os tipos, que vão do alimento ao cimento, do fio ao condutor, para pulsar a economia nacional. Desta maneira, ela também é um braço que auxilia e contribui para interligar a região Norte brasileira às demais regiões do país.

Devido à importância para a cidade de Goiânia em retirar boa parte do tráfego das regiões centrais, funcionalidade destinada desde sua criação, a Avenida Perimetral Norte veio se adaptando a expansão da cidade, recebendo migrantes de todo o país, portanto, atualmente ela possui um significativo número de trabalhadores informais em seus sinaleiros. Este aumento de trabalhadores nos sinaleiros e cruzamentos proporcionou o recorte dentro de Goiânia para realizar a pesquisa apresentada. Os pontos selecionados foram os cruzamentos da Avenida Perimetral Norte com as Avenidas Engenheiro Pedro Paulo Correia, Goiás e Eurico Viana. Com a ideia de apresentar a extensão e capacidade de fluxo, o percurso escolhido se apresenta no mapa da ilustração 11.

Ilustração 11: Mapa – Região Norte de Goiânia: área de estudo



Fonte: SEGPLAN, Google Hybrid.

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

Devido às modificações existentes, os trabalhadores de sinal utilizam e se apropriam do lugar, adaptando-o para desenvolver em suas atividades. O poste, a árvore, a placa de sinalização, tudo serve como expositor das mercadorias. Os varais improvisados e as prateleiras são deixados fixados, já amarrados para o retorno diário ao ponto de vendas.

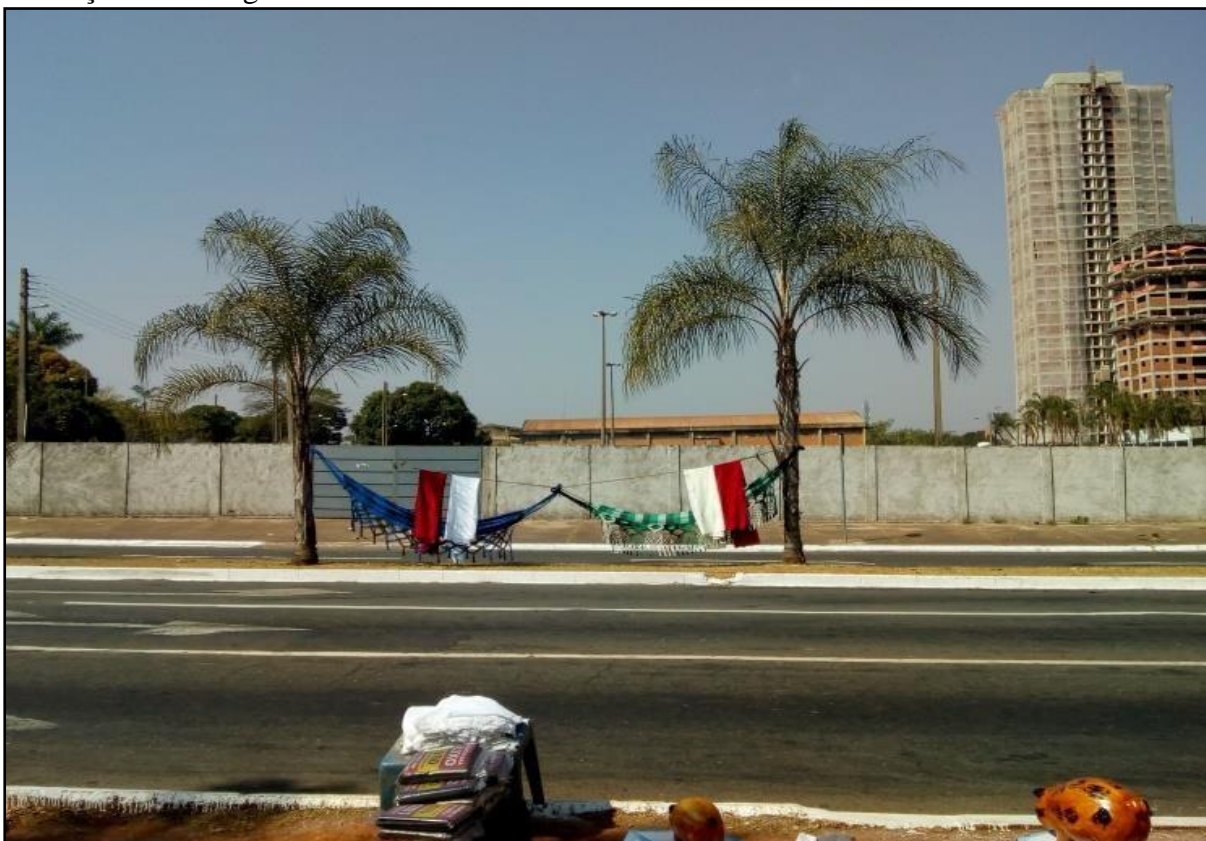
Ilustração 12: Fotografia – Varal



Fonte: Silva (2019)

Quando a calçada não é suficiente, os canteiros centrais que fazem a divisão das avenidas passam a ser também pertencentes aos trabalhadores.

Ilustração 13: Fotografia – Redes



Fonte: Silva (2019)

As práticas ali empregadas redefinem projetos e relações outrora deliberados para atenderem a determinados fins, causando alteração cotidiana na malha e nas vias urbanas. Estes espaços da cidade são redefinidos para que as vias sejam de rápida fluidez, e permitam aumentar o fluxo de veículos particulares e de transporte em massa, indo e vindo repleto, muitas vezes, de mão de obra trabalhadora.

Assim, ora mais ênfase à relação homem – meio, ora à organização espacial, a tessitura da sociedade vai sendo construída, sendo que o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico. Entendemos que a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações (THOMAZ JÚNIOR, 2002, s./p.).

Dentro da Geografia, inúmeras são as formas proporcionadas para a leitura do mundo e do cotidiano. A partir de então, ocorre a territorialização, na qual quem chega primeiro é o dono. Ao longo desta avenida, contabilizamos mais de 20 trabalhadores que se apropriaram do local público destinado ao trânsito. Desse modo, notamos a força do capital

inserindo seu germen transformante. O território como local de apropriação do capital é lido como agente integrador: quem o conquista detém o poder. Para Raffestin (1993, p. 150)

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação.

O território apresenta-se como local facilitador para que haja diversos tipos de produções que atendam ao capital, permitindo assim a formação de redes que contribuam para desenvolver e desenrolar toda uma estrutura primária empregada sobre o território. As ações ocorridas variam desde as econômicas e sociais até as de âmbito político, permitindo a configuração de uma geopolítica única adaptada à finalidade de promover a forma e atender as necessidades do capital no mundo do trabalho. Conforme vão conquistando espaço, essas urgências e alterações do capital fragmentam e desestabilizam toda uma cadeia anteriormente estabelecida e estruturada.

A reestruturação produtiva do capital desencadeada nas últimas décadas, tem provocado mudanças significativas na base territorial do capital e do trabalho, para o qual os desdobramentos são extremamente negativos. Percebe-se de forma mais generalizada o efeito do desemprego, da desterritorialização de milhares trabalhadores e famílias camponesas, da subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento do trabalho precário, informal e sem carteira (SANTANA; MENDONÇA, 2010, p. 2).

Os novos arranjos promovidos pelo capital desterritorializam e segregam histórias de vida e construções sociais.

A ordem espacial. Foi assim que denominamos a idéia de que há um arranjo físico das coisas, pessoas e fenômenos que é orientado seguindo um plano de dispersão sobre o espaço. Há coerência, lógicas, razões, que presidem essa distribuição. Há uma trama locacional que é parte essencial de alguns fenômenos (GOMES, 2009, p. 25).

Esses fenômenos promovem uma lógica pela qual o sujeito se vê obrigado a muitas vezes migrar de sua cidade, estado ou país em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Desse modo, a partir de uma leitura analítica e crítica, analisamos, nesta dissertação, a classe trabalhadora em atividades informais nos sinaleiros na grande Goiânia. Contemplando o eixo temático da pesquisa e unindo as reflexões sobre os caminhos metodológicos a serem traçados segundo Santos (2005) a totalidade do espaço promove

também a Formação Econômica e Social (FES). Essas formações abordam os sistemas sociais e econômicos que englobam toda uma sociedade.

É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais. (SANTOS, 2005, p. 25).

Essas estruturações e organizações se apresentam diretamente relacionadas com o objeto desta dissertação, pois uma das características da sociedade mundializada contemporânea é a profunda mudança na organização do trabalho. Decorre dessa mudança a fragmentação, precarização, terceirização, subcontratação e a heterogenização morfológica do trabalho. Além de potencializar e disseminar a ideia da indústria automatizada conhecida por 4.0, totalmente tecnológica, reduzindo drasticamente a quantidade de mão de obra humana nas fábricas e indústrias. Mas a indústria não existe sem o trabalhador, pois “[...] não há automatismo, inteligência artificial ou outro recurso similar capaz de substituir a atividade humana do trabalho. De alguma maneira, o sistema capitalista precisa remunerar, ainda que precariamente, o trabalhador, pois precisa de consumidores” (LIMA, 2015, p. 151).

Este perverso sistema se sustenta graças à existência de trabalhadores que, mesmo alçados a informalidade como meio de obtenção de renda e condições de sobrevivência ao perderem seus empregos, consomem os produtos do capital. Para Lima (2015, p. 152), com a redução de pontos de emprego é promovido

“[...] a diversificação do trabalho. Essa diversificação, ora sofisticando a sua operação, ora criando meios precários, gera uma complexidade do processo geral do trabalho. A diversificação, a precarização, a desterritorialização global do trabalho, os modos de enfrentar o desemprego estrutural são fatores que alteram a morfologia e o conteúdo do trabalho injetando novos temas para interpretar o assunto.

Essa diversificação apresentada pelo pesquisador contempla a nova morfologia do trabalho a partir da flexibilização presente no sistema do neoliberalismo. A nova forma de se trabalhar se atrela a condições insalubres, com baixos salários e percas de direitos trabalhistas. Para o trabalhador informal, que fica refém do tempo, esta condição é ainda mais perversa, pois enfrenta uma rotina árdua onde os estigmas sociais antecedem o possível cliente.

A sociedade mundializada tem dois grandes vetores estruturantes, um é seu modelo de acumulação rentista e o outro é a inserção de ciência e tecnologia no processo

produtivo. A acumulação rentista lança os capitais numa rede de cassino global a partir de negócios de papéis e *commodities* e também de bolsas; e a inserção de tecnologia e ciência aumenta a produtividade, recoloca as estratégias do processo produtivo, gerando como saldo o desemprego estrutural. Estas e outras questões que versam sobre essa dinâmica de empregos, subempregos, formais ou informais que reconfiguram não apenas a estrutura urbana, mas também toda uma ordem econômica, política e social nas metrópoles. Todas estas questões estão envoltas na trama regida pela força do capital.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho iniciado pelos camponeses que possuíam uma vida pacata, mas feliz até as indústrias 4.0 onde o funcionário é substituído por uma diversidade de máquinas, mostraram-se perversos com a classe trabalhadora. Os trabalhadores foram excluídos e deixados à margem dos avanços proporcionados pela força do capital. Com isso o que se pode notar é o quanto o trabalho informal tem crescido nos centros urbanos, alterando a paisagem cotidiana das cidades. As vias e calçadas, antes destinadas ao tráfego, hoje são pontos para o comércio de produtos diversos e prateleiras para exposição de mercadorias. Incluso no processo, a saúde dos trabalhadores informais se deteriora assim como o mundo do trabalho. Esta questão será apresentada no próximo capítulo que aborda a saúde do trabalhador ao consultório.

2 A SAÚDE DO TRABALHADOR: DA INFORMALIDADE AO CONSULTÓRIO

“Moça, praticamente todo dia eu chego em casa com dor de cabeça, daí eu banho, janto e tomo uma dipirona pra dormir e voltar no batente pro dia seguinte. Médico? A gente só vai quando tá ruim mesmo, no mais a gente vai se virando com os remédio que têm”.

Cristiano, 32 anos, natural de Belo Horizonte, há três anos trabalha no sinal, segundo ele é um empreendedor porque faz o que quer e trabalha como quer. A conversa durou em torno de 40 minutos, em pé e debaixo da árvore na „ilha” entre uma avenida e outra, às 14h20.

(Entrevista realizada dia 03 de outubro de 2020).

“Não vou mentir para você, moça, quando eu chego em casa, o que mais quero é tomar banho, comer comida de verdade e descansar, não ouço música e peço pros meus filhos não fazerem barulho. Quase sempre tem um zumbido no ouvido e dores nas costas, mas acho que é normal pela idade”.

Tatiane, 38 anos, casada e mãe de quatro filhos. Na ocasião estávamos conversando embaixo de sua tenda por volta das 10h30 da manhã, a conversa durou em torno de 50 minutos.

(Entrevista realizada dia 03 de outubro de 2020).

Os relatos são de trabalhadores informais, que de segunda a sábado estão nos cruzamentos das avenidas das 7h00 às 19h00, uma jornada que nem sempre permite as acomodações necessárias. O abrigo do sol escaldante de 37° C ou da chuva torrencial que chega de uma vez é praticamente inexistente para a maioria desses trabalhadores. Equipamentos de proteção como óculos escuros, luvas ou chapéu são essenciais, funcionando como um tipo de uniforme.

A realidade de homens e mulheres que se encontram nessa situação é desconhecida para grande parte da população brasileira. Durante as conversas, o choro e pesar conflitavam com a sensação de impotência perante o que relatavam. A grande maioria desses trabalhadores não mensura os riscos ergonômicos que ao longo do tempo podem adquirir. A falta de uma alimentação balanceada, a hidratação, o uso de filtro solar ou protetores auriculares não encaixam no orçamento apertado. A saúde se precariza e degrada, acompanhando o mercado de trabalho e a necessidade transformadora do capital.

Sabe-se que a saúde é um dos principais fatores para que as pessoas possam desenvolver suas atividades. A isto está associada qualidade de vida e bem estar, processos determinantes para a escolha do ofício. Ocorre que, com o avançar dos anos, inúmeras transformações ocorreram, inclusive no que se refere à saúde humana. Somente no século XIX, com a intensa atividade dos artesãos nas fábricas e dos mineiros é que ocorreu à preocupação com a saúde destes trabalhadores.

Os artesãos formavam as profissões que trabalhavam individualmente, em cooperativas ou nas manufaturas, antes da Revolução Industrial. Dessas organizações de artesãos saíram os marcos regulatórios resultantes nas regras de ofícios e costumes que determinavam a organização do trabalho, o uso de técnicas e os cuidados em relação aos riscos profissionais para proteção à saúde (PENA; GOMES, 2011, p. 89).

Foi a partir de então que se olhou para as necessidades dos trabalhadores dentro das fábricas. Em junção a esse mesmo período histórico, os trabalhadores das minas de extração de carvão permaneciam também em condições precárias. Não bastavam todas as doenças existentes como tifo, a peste, entre outras; os mineiros se expunham a riscos ergonômicos dos mais variados tipos.

Algumas minas são úmidas, a água fica estagnada no fundo, outras são secas, nas quais se precisa de fogo para quebrar as rochas. Nas úmidas, que contêm água estagnada, as pernas dos cavouqueiros ficam estragadas, assim como as espessas e pesadas emanações, sobretudo quando caem na água fragmentos da rocha, movimentando as imundícies, como dizem, impedem a respiração dos operários, que caem desmaiados ou saem meio tontos. O próprio fogo, dominador de todos os venenos, que é usado para quebrar as pedras, provoca e põe em movimento as emanações pestíferas da matéria mineral, pelo que os míseros cavouqueiros recebem todos os elementos infectos (RAMAZZINI, 2016, p. 31).

Nota-se que os mineiros expunham-se diretamente ao perigo, lidando com fogo para quebrar as rochas, além da água em suas pernas, que potencializava inúmeras doenças de pele. Aglutinadas a essa condição precária de trabalho, estavam doenças do trato respiratório, devido à inalação de poeira, riscos de picadas de insetos ou outros animais peçonhentos, deficiência de vitaminas, pois não se alimentavam adequadamente.

Mediante as análises, observações e principalmente a saúde debilitada dos trabalhadores que dependiam de sua força para executarem as atividades, no ano de 1700 ocorre a primeira mobilização teórica. A publicação do livro *De morbis artificum diatriba* que abordava a temática da medicina do trabalho. Foi nesse livro que Bernardino Ramazzini (1633-1714) fez conhecer as inúmeras doenças e os malefícios que alguns ofícios proporcionavam aos trabalhadores. É a partir dessa obra que acontece a propagação de estudos e programas que contemplam a situação da saúde do trabalhador.

Durante o século XIX, a necessidade de mão de obra saudável era premente. Foi a partir de então que surgiu, após várias lutas e reivindicações, a criação da norma trabalhista contratual. Essa funcionava como uma espécie de acordo entre as partes envolvidas para venda e compra da força de trabalho. A partir de então são garantidos os primeiros direitos

dos trabalhadores que, posteriormente, seriam instituídos por meio da criação de leis específicas.

O mercado de trabalho, assim como setores e fatores como a economia, cultura e sociedade se adaptam à necessidade do capital, que rege, regula e transforma todas estas e outras estruturas conforme sua vontade. Com isso, cabe ao Estado estabelecer normatizações para seu controle e proteção econômica, social e política. A saúde dos trabalhadores das fábricas e minas de carvão se deteriorava cada vez mais, e os riscos físicos se apresentavam constantes. A lida com o vapor quente, parte das pernas submersas e insetos contribuía para essa deterioração. Foi a partir disso que os operários das fábricas iniciaram um levante por melhores condições de trabalho, inúmeras revoltas foram iniciadas por melhores condições de trabalho, salário, entre outros aspectos.

Somente após revoltas como as organizadas por Ned Ludd, em 1811, conhecidas por quebrarem e incendiarem as máquinas das fábricas, que a causa trabalhadora foi reconhecida. Porém, essa revolta só teve seu fim devido ao parlamento inglês criar uma lei que condenava os manifestantes à morte. Após os levantes e muitos prejuízos ao capital, em 1824 cria-se a primeira lei que permitia a formação de sindicatos de trabalhadores. A partir dos sindicatos, a luta dos trabalhadores toma outro tom e se constitui enquanto direito social, as reivindicações pautadas agora estavam apoiadas na lei.

Mas, nos primórdios do sindicalismo, o caminho trilhado era o da luta pela expansão do direito do trabalho, que, por questões óbvias, seria o instrumento capaz de diminuir a exploração do trabalhador no espaço onde vendia sua força de trabalho, com o aumento dos salários, a diminuição da jornada, a folga semanal e, no limite, a preservação da família (GAZE; LEÃO; VASCONCELLOS, 2011. p. 264).

Os direitos adquiridos naquele momento tinham o objetivo de diminuir a exploração do corpo dos trabalhadores, parte essencial para o capital. Com isso o século XIX serviu como divisor entre estruturas organizadas no passado e as que seriam desenvolvidas no futuro. Foi neste século que tiveram início as grandes revoluções que tornaram o mundo em moderno, além do que Polanyi (2000) caracteriza como “proteção das sociedades”. Estrutura essa que depende ao Estado a obrigação de garantir e assegurar o que Matta, *et al.* (2011) apresenta como proteção social que englobava estabilidade e tranquilidade social e garantia da ordem pública. A partir de então, os trabalhadores dispunham de garantias sociais vindas do Estado.

Devido a isso, ocorre o surgimento das políticas de bem estar social. Esse modelo foi destinado a atender interesses diversos com o discurso de auxílio aos mais pobres. Porém, a estrutura utilizada pelo sistema liberal permitia ao mercado o que Matta, *et al.* (2011) chama de ampla abertura, o que beneficiava a implantação de contribuição social privada. Toda essa estrutura se utilizava do aparelhamento do Estado para se construir.

Ao lado da criação e aplicação na Europa do sistema liberal, surge também o sistema conservador desenvolvido por Otto Von Bismark na Alemanha. Esse sistema, diferentemente do liberal, propunha que a participação do Estado somente interferiria se a família do trabalhador não conseguisse suprir suas necessidades.

As propostas apresentadas se desenvolvem distintamente uma da outra. Para Matta, *et al.* (2011, p. 169-170)

Os regimes de bem-estar de corte liberal atuam numa linha de auxílio à pobreza – em que predominam mecanismos de seguro social modestos, com base em transferências estatais igualmente modestas –, e são voltados para uma clientela de baixa renda. [...] É um modelo fortemente corporativista, constituindo-se numa forma de seguro estatal compulsório. O financiamento é de base contributiva, pois o custeio do sistema se faz principalmente pela contribuição dos trabalhadores. Os benefícios auferidos dependem das regras de elegibilidade, em geral, socialmente setorizadas, diferenciadas por setores econômicos e grupos profissionais. A concessão de benefícios condiciona-se à contribuição e, portanto, ao emprego, que vincula o beneficiário a uma dada categoria profissional ou corporação.

O modelo utilizado para previdência nacional que abordaremos mais adiante se alicerça nos princípios do conservadorismo. Para o cenário nacional, o modelo previdenciário teve seu processo construído de modo lento, pois atravessava um processo interno de reformulação histórica, passando do trabalho escravo para o industrial. Devido a isso, o país que vinha de um histórico composto grandemente por mão de obra escrava e agrícola, vê-se frente ao desafio de capacitação para o modo de produção industrial.

Concomitante a lei europeia de 1824, que permitia a criação de sindicatos, no mesmo ano o Brasil ganha sua primeira Constituição, mas, nenhum dos seus 179 artigos propunha direito ao trabalhador. Nesse período o país estava inserido no processo de escravidão. Passados 67 anos, em 1891, o Brasil ganha sua segunda Constituição, a da República dos Estados Unidos do Brasil, nela já se asseguravam os direitos trabalhistas.

Sobreveio a República e com ela nossa segunda Constituição, a da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24.2.1891, elaborada por um congresso constituinte e contemporânea à Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, que lançou as bases da doutrina social da Igreja. Silenciou, contudo, sobre direito do trabalho. Profundamente individualista, nos moldes da Constituição americana que a

influenciou, limitou-se apenas a permitir a livre associação (art. 72, § 8º) e a garantir o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (§ 24), direitos conservados pela Emenda Constitucional de 3.9.1926, praticamente uma nova constituição (FRANCO FILHO, 2013, p. 2).

O parágrafo 8º da nova Constituição foi fundamental e decisivo para garantir aos trabalhadores escravos recém libertos pela Lei Áurea de 1888, o direito a exercer qualquer tipo de trabalho. Era notório que o aumento de acidentes trabalhistas ocorreriam com maior frequência e demasiadas gravidades. Um detalhe importante a ser ressaltado foi à criação da primeira lei de acidentes de trabalho, por meio do Decreto 3.724, de 1919. Com isso, a indústria nacional do período pós primeira grande guerra mundial se constituía no cenário nacional, em conjunto com o aporte dos trabalhadores.

À medida que o trabalho se ampliava em território nacional, era preciso que as leis e aportes aos trabalhadores acompanhassem esse crescimento. Mediante isso, durante a Era Vargas, já em 1934, houve a reformulação da Constituição, criando a Justiça do Trabalho, integrante do Poder Executivo. Em seu artigo 1º, vários benefícios aos trabalhadores foram providos.

[...] contemplava a isonomia salarial, o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas/dia, restrições ao trabalho do menor, repouso semanal, férias anuais remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa, assistência e previdência a maternidade, velhice, invalidez, acidente de trabalho e morte, regulamentação de todas as profissões e reconhecimento das convenções coletivas de trabalho (FRANCO FILHO, 2013, p. 3).

Tais benefícios para os trabalhadores deram o passo para a instalação efetiva da Justiça do Trabalho em 1941 e surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. A criação da CLT assegurava direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, garantindo-lhes as condições para exercer as funções às quais eram destinados. Esse foi um importante passo para o cenário nacional e o crescimento do período industrial no país.

De modo a garantir o futuro sustento dos trabalhadores, em 1960, cria-se a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), a fim de garantir o futuro sustento dos trabalhadores. Conforme Matta, *et al.* (2011) a LOPS abarcava os trabalhadores contratados mediante a CLT, excluindo uma pequena parcela que se constituía de trabalhadores rurais, domésticas, entre outros. O desconto para arrecadação da previdência na folha de pagamento era de 8%.

Em 1964, durante o período desenvolvimentista brasileiro, ocorre o Golpe Militar, instalando a ditadura no país, que se estendeu até 1985. Nesse período, em 1967, novamente a Constituição Nacional é alterada, porém com poucas modificações. Foi criado o Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nessa época o país teve um grande salto econômico. Trata-se de um momento histórico que permitiu com que o país passasse por um intenso processo de industrialização e crescimento, a chamada década de ouro.

Devido à força de trabalho nas indústrias e outras frentes expansionistas proporcionadas pela ditadura terem ocorrido de forma massiva, houve a necessidade de aprimoramento dos sistemas de saúde. Este deveria funcionar de modo que atendesse as necessidades laborais dos trabalhadores, para isso foram criadas leis, programas e projetos.

São também dessa década os primeiros movimentos em defesa da saúde pela melhoria das condições de trabalho. Uma iniciativa da assessoria técnica do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos do ABCD, foi fundamental para que o sindicato propusesse à Secretaria de Estado da Saúde (SES), no ano de 1984, o Programa de Saúde do Trabalhador Químico do ABC. Uma experiência pioneira com efetiva participação sindical em sua gestão¹¹. Posteriormente, foram criados Programas de Saúde do Trabalhador (PST) semelhantes na SES de São Paulo e em outros Estados, com diversos níveis de participação dos trabalhadores, inclusive na realização de ações de vigilância em algumas empresas. O próprio autor salienta que os PST foram influenciados pela posição da OIT e da própria OMS, quando, em 1983, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou o Programa de *Salud de los Trabajadores* e patrocinou um seminário, realizado, em 1984, em Campinas. Nesse seminário, discutiu-se a necessidade de se passar do conceito de saúde ocupacional para o de saúde dos trabalhadores, com vistas a enfrentar a problemática saúde-trabalho como um todo, numa conjugação de fatores econômicos, culturais e individuais (GOMES; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018, p. 1965, grifos dos autores).

Esses projetos contribuíram significativamente para que se atendesse a classe trabalhadora mundial. A última Constituição, que está em vigência, assegurando os direitos dos cidadãos brasileiros, foi a de 1988. No que diz respeito aos trabalhadores, ela se apresenta mais completa, garantindo direitos como 13º salário; salário-mínimo; salário família; jornada semanal reduzida para 44 horas; adicional de horas extras de no mínimo 50%; turno ininterrupto de revezamento com jornada de seis horas; licença paternidade; atividades insalubres, perigosas e penosas; assistência gratuita em creches e pré-escolas; garantia de acesso ao emprego para as pessoas com deficiência; entre outros.

Com essas garantias, a saúde era algo necessário para que o Brasil tivesse mão de obra para dar continuidade aos processos e novas configurações com o regime democrático que se constituiu. Vários seminários e encontros foram realizados para debater e aprimorar as políticas públicas para a saúde do trabalhador. Durante a 60ª Assembleia Mundial de Saúde, em 2007, dentre as principais pautas debatidas, constava a prevenção dos riscos aos quais os

trabalhadores estariam expostos. A saúde e a prevenção deveriam constar em primeiro lugar nos projetos a serem desenvolvidos.

La protección de la salud en el lugar de trabajo requiere, además, la promulgación de reglamentos y la adopción de un conjunto básico de normas de salud ocupacional a fin de asegurar que en todos los lugares de trabajo se cumplan los requisitos mínimos de protección de la salud y la seguridad mediante un nivel adecuado de aplicación, el fortalecimiento de la inspección sanitaria en el lugar de trabajo y el refuerzo de la colaboración entre los organismos normativos competentes, conforme a las circunstancias específicas de los países (OMS, 2007, p. 6).

Nesse trecho do documento se cobra, além da proteção ao trabalhador, a inspeção frequente e a integração entre os órgãos responsáveis pela saúde dos trabalhadores, conforme as especificidades de cada país. Mais adiante, o mesmo documento trata de adequações aos ambientes interno e externo dos locais de trabalho.

Las políticas de empleo también influyen en la salud; por lo tanto, es necesario promover la evaluación del impacto sanitario de las estrategias de empleo. Asimismo, se debe fortalecer la protección ambiental en relación con la salud de los trabajadores mediante, entre otras cosas, la aplicación de las medidas de reducción de riesgos previstas en el Plan de Acción Mundial del Enfoque Estratégico para la gestión de los productos químicos a nivel internacional y estudiando la manera en que se tratan aspectos relacionados con la salud de los trabajadores en los acuerdos ambientales multilaterales, las estrategias de mitigación, los sistemas de gestión ambiental y los planes de preparación y respuesta ante emergencias (OMS, 2007, p. 8).

Toda essa precaução é para conter os acidentes de trabalho. A medicina que contempla a saúde do trabalhador é preventiva. Devido a isso, as normatizações contam com leis, regras e protocolos específicos para cada ambiente de trabalho. Além de contar com protocolos de cuidado e prevenção para cada tipo de doença laboral existente. Com o olhar voltado para os cuidados para com a saúde dos trabalhadores, os riscos e acidentes de trabalho passaram a ser tratados com maior atenção.

2.1 A lei orgânica 8080/1990 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS)

A criação de leis específicas conduz à adoção de processos protetivos de garantia e da saúde dos trabalhadores. Em âmbito nacional, foi criada em 1990 a Lei Orgânica 8080, que traz em seu bojo regras protetivas e assistenciais aos trabalhadores. Válida em todo o território nacional, da lei mencionada se destacam os seguintes dispositivos: o 2º artigo e o

primeiro parágrafo tratam da seguridade dos direitos dos cidadãos e dever do Estado para com todos, independentemente da classe e ordem social.

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990, p. 1).

A função do Estado, enquanto governo cumpridor dos direitos dos cidadãos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, se apresenta em trechos dessa lei. De modo a validar e lembrar aos governantes de suas responsabilidades, enquanto representantes do Estado, a Lei 8080 de 1990 apresenta os critérios de amparo aos trabalhadores, além do dever do Estado para com a sociedade em geral, segundo consta no artigo 2º estrutura da lei.

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

~~Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.~~

[subtrair trecho de citação repetido] Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990, p. 1, grifos do autor).

Devido às responsabilidades do Estado elencadas no parágrafo 1º, a funcionalidade e obrigação se estendem pelos municípios e demais unidades da federação. A todo cidadão brasileiro, trabalhador ou não, é assegurado o atendimento médico. A referida lei ainda dispõe, no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º, sobre a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele oferece tratamentos médicos, medicamentos e diversas regulamentações, contemplando o bem estar social e a saúde dos brasileiros.

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar (BRASIL, 1990, p. 2).

Com a criação do SUS, o trabalhador passa a ter um local de acolhimento gratuito para cuidados de sua saúde e de sua família. Além do mais, o governo destina verbas para sua manutenção, sendo assim gratuito para todos. Constam no primeiro capítulo da referida lei as ações e objetivos do SUS. Deu-se destaque para alguns artigos e parágrafos específicos como o Art. 5º e 6º da referida Lei.

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;
III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores (BRASIL, 1990, p. 2).

Dentre todas as demandas referentes às competências do SUS, destacamos o terceiro parágrafo, que se refere diretamente à saúde do trabalhador. Nele constam os procedimentos, protocolos, especificações e significações quanto ao trato do trabalhador. Seja direta ou indiretamente, apresenta também a capacitação e desenvolvimento de estudos por meio do SUS, para melhoramento dos processos de trabalho.

A partir desse levantamento histórico, nota-se que o Brasil, por meio do SUS, destaca-se por oferecer tratamentos de saúde e amparo ao trabalhador e a população. No âmbito da saúde do trabalhador, no ano de 2002, por meio da Portaria nº 1.679/GM, de 19 de setembro de 2002, criou-se a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Que permite a articulação entre o Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde dos estados e municípios, bem como a do Distrito Federal. Mais tarde ampliada pela Portaria nº 2.437, de 7 de dezembro de 2005, que permite a criação de locais destinados exclusivamente à saúde dos trabalhadores.

Art. 1º Ampliar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – RENAST, que deverá ser implementada de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o envolvimento de órgãos de outros setores dessas esferas de poder, executores de ações na interface com a Saúde do Trabalhador, além de instituições colaboradoras nesta área.

§ 1º As ações em Saúde do Trabalhador, dispostas no art. 6º da Lei nº 8.080/90, deverão ser desenvolvidas de forma descentralizada e hierarquizada, em todos os níveis de atenção do SUS, incluindo as curativas, preventivas, de promoção e de reabilitação.

§ 2º A RENAST tem como principal objetivo integrar a rede de serviços do SUS, voltados à assistência e à vigilância, para o desenvolvimento das ações de Saúde do Trabalhador (BRASIL, 2005, p. 2).

A criação de uma rede que contemple, aglutine e dissemine a saúde do trabalhador permite o alcance de todo o território nacional. E, em sua essência, está destinada a regular ações de vigilância preventiva para a saúde dos trabalhadores. Conforme apresenta o sítio da RENAST (s/d, p. 1), “a Renast compreende uma rede nacional de informações e práticas de saúde, organizada com o propósito de implementar ações assistenciais, de vigilância, prevenção, e de promoção da saúde, na perspectiva da ST”.

A saúde dos trabalhadores se transforma em uma rede ampla, contando com a inserção de vários órgãos municipais e estaduais. A partir destas inclusões e regionalizações, criam-se os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que estão inseridos na RENAST. Eles são centros especializados em atender os trabalhadores. Ainda nos

pautando na Portaria nº 2.437, de dezembro de 2005, as funções atribuídas aos CERESTs apresentam-se da seguinte maneira.

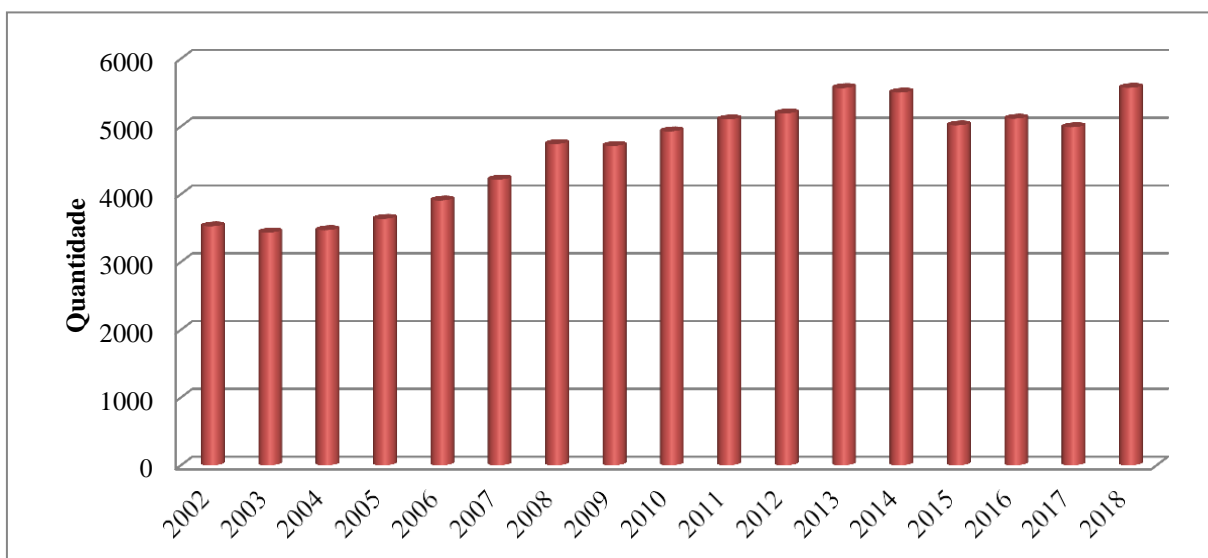
Art. 4º Recomendar a todos os Estados da Federação a necessidade de organização de serviço com a denominação de Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST.

§ 1º O CEREST tem por função o provimento de retaguarda técnica para o SUS, nas ações de prevenção, promoção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e vigilância em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais, independentemente do vínculo empregatício e do tipo de inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2005, p. 5).

Os CERESTs são compostos por enfermeiros, psicólogos, entre outros profissionais da saúde, que auxiliam diretamente nos processos de fiscalização e reabilitação dos trabalhadores. Ao se realizarem as vistorias e fiscalizações nos locais de trabalho onde o trabalhador se apresenta em condições insalubres, os protocolos são aplicados. Com a elaboração de mapas de áreas de risco, o fiscal consegue elaborar um laudo das possíveis causas do dano e notificar a empresa empregadora. Toda esta organização consta nos princípios da Lei 8080, a qual permitiu a criação de novas portarias, promovendo qualidade e saúde ao trabalhador. Aos estados e municípios são destinadas as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O estado de Goiás e a cidade de Goiânia se adequaram a essa necessidade, sendo referência no atendimento de algumas enfermidades. Devido a grande quantidade de trabalhadores nas construções, indústrias e comércios que a cidade comporta, Goiânia teve um aumento significativo de acidentes de trabalho registrados. Durante os 16 anos de verificação destes números, a cidade teve um salto de pouco mais de 3.526 mil notificações em 2002, para mais de 5.570 em 2018 (ver ilustração 14).

Ilustração 14: Gráfico – Crescimento das notificações de acidentes de trabalho em Goiânia (2002-2018)



Fonte: INSS (2018).

Elaboração e organização dos dados: Silva (2020).

A partir do aumento das notificações de acidentes de trabalho, a solicitação de afastamentos por auxílio-doença por acidente de trabalho em 2003 saltou de 13 concessões a cada 10 mil, para 59 a cada 10 mil em 2008, declinando para 37 a cada 10 mil em 2017. Esse processo tem ligação direta com os normativos e as políticas públicas da RENAST e dos CERESTs espalhados pelo país, realizando a medicina preventiva.

A medicina preventiva aplicada pelos fiscais do trabalho ainda encontra-se longe de alguns trabalhadores. Com a precarização do trabalho formal, muitas pessoas aderem ao trabalho informal, neste caso, nossos coadjuvantes de estudo. Olhando apressadamente para um semáforo instalado nos cruzamentos das avenidas por todas as cidades, ou em calçadas, eles tornam-se parte da paisagem, algo que se comprova pela fotografia da ilustração 15.

Ilustração 15: Fotografia – A invisibilidade do ser



Fonte: Silva (2020).

A fotografia apresenta o cenário que, cotidianamente, compõe a vida de muitos trabalhadores. A “ilha” de pouco mais de 1 metro abriga um empreendedor do sinal, como gosta de ser chamado. Cristiano é o nome do trabalhador invisível nesta representação, ele praticamente se funde a paisagem. Ocorre a união do trabalhador com seu lugar de trabalho e sua territorialização, que ocorre na ocupação de um local público, expondo sua mercadoria em varais improvisados no paisagismo urbano. A grande massa de trabalhadores informais que comercializa diversos produtos nos sinais está exposta a inúmeros riscos de ordens variadas. O constante risco de atropelamento, ou o desequilíbrio causado pelos veículos de grande porte que avançam o sinal em alta velocidade são alguns destes riscos.

Questionado sobre sua saúde, Cristiano diz que *“só tomo uma dipirona mesmo quando chego em casa, quase todo dia minha cabeça dói, acho que é do calor, né?”* Talvez sim, já que no dia da entrevista, o termômetro apontava 37°C em Goiânia às 14h15 da tarde. Porém, Cristiano parece ignorar que uma das possíveis causas de suas dores de cabeça diárias seja o barulho dos veículos, a má alimentação e baixa hidratação. Em muitas narrativas coletadas durante as entrevistas que realizamos, os trabalhadores relatam que possuem uma alimentação precária, pois o tempo do sinal não permite intervalo para as refeições.

Aliado a isso, faltam locais adequados para fazerem suas necessidades fisiológicas, ou são negados por alguns lojistas. Isso acarreta a hidratação deficiente do corpo, gerando espaço para outros problemas como cálculos renais. A falta de conhecimento dos riscos e problemas de saúde que virão com o tempo se verifica em todas as falas. Para os trabalhadores inclusos nesta atividade, a saúde fica em segundo plano ou quando o problema aperta. Como relata Tatiane, 38 anos:

Aqui é difícil demais, tem dia que eu e meu marido evita de tomar água pra não dar vontade de ir no banheiro, tem vez que eu só vou quando chego em casa. Pior de tudo é quando tô naqueles dias (menstruada), nem sempre os dono da loja deixa a gente usar. O gerente desse posto aqui mesmo, não deixa de jeito nenhum, mas quando ele não tá, os frentista deixa a gente usar. Aqui na frente tem essa farmácia, tá vendo, as meninas aí é muito gente boa, elas deixa eu e meu marido usar o banheiro, mas tem cliente que fica olhando torto pra gente.

Durante nossa conversa, Tatiane informou que uma de suas filhas tinha problema de saúde muito sério nos rins, devido a isso, precisou ficar três dias a acompanhando no médico para realizar consultas e exames. Nesse intervalo de tempo, outras pessoas passaram em seu ponto de trabalho e perguntaram aos lojistas se ela não retornaria mais a ocupar aquele local. Os lojistas, sabendo do que se passava, disseram que ela retornaria em breve e que não permitiriam que outra pessoa ocupasse seu lugar. A partir desse relato, pude observar que deve haver uma rede de afetividade, comunicação e respeito entre os trabalhadores de sinal e os empresários circunvizinhos. Outra fala que se atrela a de Tatiane, é a do jovem Diogo que trabalha por diária, ele relata:

Moça, eu até tenho água, o dono da banca deixa aquela garrafa térmica ali, cheia de água, ela deve dar uns 5 litros, mais eu num bebo. Sabe, tem dia que eu fico com vontade de beber muita água, mais evito porque num tem como ir no banheiro. Os dono das loja ali, de peça dos carro sabe, não gosta que a gente vai lá e pede para usar, eles fala eu espanta os cliente. Eu fico as vezes com dor nas costas, já até me deu febre uma vez, mais eu fui no médico e melhorei. Por causa do calor que faz aqui no sinal, quase todo dia eu chego com dor de cabeça em casa, deve ser por causa do calor e barulho né, eu num sei o que me dá isso, mais eu sinto.

Grande parte desses trabalhadores desconhecem possuir algum tipo de doença. A alimentação, que também é precária, pobre em nutrientes, contribui para que a saúde seja frágil mediante as exposições que estão suscetíveis. No relato de João, nota-se a alimentação precária:

Eu não tenho tempo pra comer, nem sempre eu tenho jeito de trazer marmita, não tem lugar pra guardar sabe, aí quando vai comer tá azeda a comida. Aqui também a gente tem que ser rápido pra comer porque o sinal fecha e o povo chama a gente pra saber preço e as vezes comprar. Mais quando eu chego em casa eu como janta, arroz, feijão e quando tem, uma carninha.

A ausência de uma alimentação balanceada fica pra segundo plano na lista de prioridades dos trabalhadores. O que acontece com João, afeta seu Aécio e tantos outros trabalhadores, ele me diz:

Moça, eu quando venho pra cá, de manhã cedinho, tomo café, leite e bolo, eu não fico sem comer meu pedaço de bolo com leite e café não. O almoço, as vez eu compro uma marmita ali no restaurante, mas normalmente eu num almoço não. O pessoal que sai das loja pra ir almoçar no restaurante ali, passa aqui e compra o intercapio pra lavar o carro, aí para os carro ali do outro lado da avenida e eu vou lá. De vez em quando eu ganho umas pêta do amigo que vende ali no outro sinal. Mais quando eu vou embora, lá pelas seis e meia da noite, eu passo ali no butequinho que é perto da minha casa e compro um espetinho e uma jantinha e como. Aí chego em casa, porque eu alugo um barraco no final dessa avenida, eu moro só, quase num fico em casa sabe, tenho pouca comida em casa. Tem vez que os menino da oficina aqui do lado, eles me dão uma cesta básica porque mais da metade de tudo que eu ganho, vai pra minha ex muié mais meus filho, eu tenho que ajudar eles né.

As narrativas dos trabalhadores se tornam uma quando se fala sobre a alimentação, a cesta básica presente na maioria das casas, nem sempre tem diversidades de frutas ou verduras, a carne também é quando sobra um pouco a mais de dinheiro. Geralmente a alimentação se resume ao velho e tradicional arroz, feijão, ovo e farinha de mandioca. Alimentação esta feita em casa no final do dia de trabalho porque eles não têm como armazenar a comida em local refrigerado. Para passar o dia, bolacha, biscoito, pêta ou um pão são o almoço e lanche desses trabalhadores. Uma vez ou outra, quando tem, uma fruta ajuda a driblar a fome junto com um pouco de água.

Para alguns trabalhadores, a situação só não é mais difícil, pois encontram empatia dos clientes que fazem algumas doações e de alguns comerciantes vizinhos. Para eles a ocupação de um lugar vai além de estar fixo, comercializando produtos; a relação da boa vizinhança permite a criação de uma rede de auxílio e cuidado. Os comerciantes vizinhos do Senhor Aécio e do jovem Fernando, possuem respeito, admiração e fornecem seus estabelecimentos para utilizarem, seja para ir ao banheiro, beber água, ou guardar suas mercadorias.

A saúde destas mulheres e homens que trabalham nos pontos estabelecidos nos semáforos é precária e acompanha a fragmentação do mundo do trabalho. O ambiente

insalubre, ora exposto a sol e temperatura escaldante, ora embaixo de chuva e frio, acompanhados sempre pelo barulho dos motores e fumaças de escapamentos lhes geram diversos problemas físicos.

A realidade dos trabalhadores informais das esquinas luminosas de Goiânia precisa ser oralizada, é necessário dar voz e vez aos trabalhadores. Além da saúde fragilizada relatada, o preconceito, a renda, a vida, os trabalhadores estão conversando com vocês no terceiro capítulo, ouçam com a voz do coração e utilizem a imaginação para encontrarem os cenários.

3 A VIDA NOS SINAIS LUMINOSOS

Não sei o que querem de mim essas árvores, essas velhas esquinas
para ficarem tão minhas só de as olhar um momento.

[...]

Meu Deus, que modo estranho de contar uma vida!

(Vida – Mário Quintana)

A vida apresentada pelo poeta das coisas simples, Mário Quintana, traz uma representatividade para a vida dos trabalhadores informais. As árvores que se tornam vitrines na exposição dos produtos, as ilhas e canteiros das avenidas recebem tendas, as folhas das árvores servem de abrigo do sol e da chuva. O modo como os trabalhadores informais dos semáforos se apropriam do local promovendo a territorialização gerada por este processo de posse do “ponto” do trabalho. A discriminação e preconceitos enfrentados por homens e mulheres diariamente enquanto trabalham estão presentes em boa parte das narrativas. Esses sujeitos estão expostos ao preconceito social, os estigmas territoriais que permeiam todas as esferas da sociedade.

Como estamos refletindo, a fragmentação e degradação que o mundo do trabalho está inserido promove uma migração do trabalho formal para o exercício de atividade informal. Ou seja, a retirada dos direitos, redução dos postos de emprego para conter gastos, a tecnologização das indústrias e fábricas presentes nas indústrias 4.0 fomentam essa realidade vivenciada cotidianamente nos centros urbanos.

Nessa categoria do trabalho, a figura do vendedor presente nos semáforos se associa a realidade perversa que a força do capital proporciona. Além desta realidade espacial, pois atinge todas as escalas espaciais, desde a local até a global, presentes em todas as falas dos entrevistados pode-se notar os suspiros e a voz embargada ao relatar alguns dos vários momentos de preconceito sofridos. Esses casos são denominados por estigmas sociais. Tais estigmas são acompanhados por um processo de poder que está enraizado na sociedade capitalista. Essa perpetuação do preconceito afeta diretamente a subjetividade dos trabalhadores informais. A invisibilidade e desprezo por uma parte que se considera superior e desconhece a realidade social, econômica e local dos centros urbanos, atenua a perda da subjetividade dos sujeitos.

A visualização desses efeitos proporcionados pelo capital configuram-se na fala de vários trabalhadores como o deste trabalhador envergonhado que não permitiu-nos aplicar seu nome, mas gentilmente nos relatou:

Eu vim pra cá purquê tentei arrumar emprego, fiquei tentano mais de seis mês, mas num consegui, as coisa tava muito ruim, passano humilhação, a minha mulher trabaivava de diarista, então um amigo, conterrâneo, falou pra tenta, ele me ajudou, então eu vim. Ele me ajudou no ponto, eu vim pra essa esquina, a gente que pagá, eu vim, a gente num sabe o quando vai ganhar, tem que enfrentá tudo, sol, chuva, gozação, falta de educação, tem muita gente que tá no carro e tem medo da gente, acha que a gente é ladrão, olha com a cara ruim, de deboche, olha cum descaso. Fazê o quê?

A realidade enfrentada por grande parte dos trabalhadores é a da humilhação e desprezo, desrespeito e juízos de valor, todos processos proporcionados pelos estigmas sociais. Aliados a isto, está o capital que tudo transforma quando chega até mesmo as relações de respeito para com o outro. A lógica capitalista e a luta de classes atreladas à divisão internacional do trabalho proporcionam, cotidianamente, cenas como as da ilustração 16. O trabalhador que recebe diretamente os estigmas sociais sobre sua fonte de renda, a precarização do trabalho formal, a redução dos pontos de emprego, a saúde e alimentação fragilizados, todos componentes de uma estrutura unilateral.

Ilustração 16: Fotografia – O tempo do sinal



Fonte: Silva (2020).

O trabalhador da ilustração anterior representa a fala de muitos, ser ignorado pelos motoristas diariamente, e a quase todo momento, é comum para eles, tendo se tornado rotina.

Inúmeros são os casos em que uma parcela da população é destinada, ou forçada a desenvolverem atividades informais. Nos relatos, o mais comum é a falta de pontos de emprego formal e capacitação, o que praticamente lança os trabalhadores em um mundo paralelo a realidade social conhecida, aquela que é noticiada e politizada. O Estado nesse caso se apresenta omissivo, pois não desenvolve políticas públicas que contemplem a todos os trabalhadores.

As instituições contribuem para o aumento do estigma social exercido sob os trabalhadores informais, com destaque para os que comercializam produtos em semáforos. Elas geram o que Costa (2016, p. 35) considera como sendo algo que

[...] ocorre quando um grupo de pessoas é alojado forçosa e compulsoriamente conforme sua relação e condição no espaço e convívio social. A construção da estigmatização identitária e territorial se dá pela gestão institucionalizada de poder que promove o agrupamento desses sujeitos e a construção de uma imagem a eles atribuídas.

Os trabalhadores informais que estão nos semáforos fazem parte deste grupo que sofre diariamente os estigmas sociais, tendo as janelas dos carros fechadas quando se aproximam, as críticas e os xingamentos. Tais práticas são também reproduzidas por nós, cidadãos de bem. Certa vez em conversa com a amiga Márcia Pelá, ela disse que nós somos produtores e produtos nessa relação dialética da subjetividade. Só compreendi depois que fui a campo e conheci a realidade dos trabalhadores informais dos semáforos.

Eles relataram nas entrevistas algumas situações recorrentes por estarem exercendo, além de uma atividade que lhes garantem uma renda, uma função social. Mas, ao entrevistá-los, o olhar distante e a voz embargada se misturam com o barulho do trânsito urgente de veículos que levam histórias de vidas. As vidas, contadas entre suspiros, com a pausa e o pedido de desculpa por ter que parar a conversa para atender o cliente e garantir a venda do dia, ou somente à especulação sobre o valor do pano de prato, da renda ou da rede expostos nos varais improvisados. Há também os jogos de tapetes, os jogos de mesa, ou o saco de lixo, a raquete elétrica, o cinto e meia, a água gelada, a fruta da estação, a bala para adoçar a vida, até mesmo o produto para lavar o carro.

As mercadorias são diversas, assim como as histórias das vidas presentes ali, naquele ponto escolhido para manter a vida, seja por necessidade ou escolha própria. Os motivos se apresentam em forma de miscelânea com as emoções e lembranças da família deixada em casa ou em outro estado. Fato é que, estes homens e mulheres desenvolvem um

serviço de grande funcionalidade, não somente para suas famílias, mas para a sociedade como um todo e eles nem sabem. Apresentaremos adiante os relatos de Fernandos, Tatianes, Aécios...

3.1 A vida narrada dos trabalhadores de semáforos

A palavra narrativa se atrela a capacidade oral de uma pessoa expor algo, apresentar uma lembrança. A representação da vida por meio de uma narração é um meio de aproximação que cria elo entre o sujeito que apresenta o relato e o que lê. Gera uma ligação ao qual se mergulha na vida do outro e abstrai o mais secreto dos segredos. Mergulho esse que traz lembranças do que se passou e as esperanças do que está por vir, que, na maioria das narrativas dos trabalhadores informais, é o respeito para com eles e com sua profissão. As pessoas ali por trás das mercadorias e dos cruzamentos das avenidas trazem consigo as marcas da vida, algumas destas sofridas, outras alegres, todas muito simples.

Os sentimentos e emoções que aparecem nas entrevistas demonstram, de forma visual, o que Freire (2018) em sua *Pedagogia do Oprimido* já dizia sobre o homem se fazer homem. “Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana” (FREIRE, 2018, p. 17). As palavras que saem do coração contam histórias de sonhos e vontades suprimidas por obra do destino ou que pelos acasos não se realizaram.

A consciência humana surge no momento em que muitos desses trabalhadores contam por quais motivos foram parar nos cruzamentos dos semáforos. As vozes que narram essas histórias da vida dos sinais luminosos de Goiânia são embargadas, alegres e tristes ao mesmo tempo, carregadas de saudosismo, timidez, receio de quem se aproxima, e a fé que nunca falta. Deus sempre se apresenta na fala destas pessoas que diariamente enfrentam uma jornada de 12 horas ou mais, em busca de garantir seu sustento e de sua família de forma honesta e digna.

Em seu livro “*Magia e técnica, arte e política*”, Walter Benjamin apresenta várias formas de como se apresentar à narrativa, como ela nasce e também alguns de seus objetivos. O autor afirma que

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele (BENJAMIN, 1987, p. 205, grifos do autor).

Nesse trecho da obra de Benjamin (1987), o autor expressa que a narrativa nasce em meio a ambientes simples com a forma artesanal de comunicação. Estrutura esta que foram encontradas nas falas dos trabalhadores entrevistados. A maneira simples de expressar demonstra uma carga de emoções que em um momento ou outro da vida foram privados de virem à tona. A privação que retrata na fala, demonstra-se no modo receoso quando foram realizadas as abordagens para iniciar o diálogo. O medo de ser prejudicado e retirado do ponto de trabalho onde se obtém o sustento familiar. Há também o medo de falar demais, pois há os “donos” de ponto que são alugados ou terceirizam o trabalho de vendas nos semáforos. Inúmeros são os sentimentos, as emoções e as histórias de vidas colhidas mediante o mergulho de 25 a 50 minutos de conversa pausados pelos 35; 40; 60 segundos cronometrados para a venda serpenteante de seus produtos entre os veículos.

3.2 A (re)funcionalização dos semáforos

O primeiro semáforo que se tem registro foi criado em 1868, contendo luzes verdes e vermelhas, servia para controle de carruagens e pedestres nas esquinas de Londres. A funcionalidade desta criação do século XVIII, que foi o divisor de águas na história da humanidade se destina somente ao controle. A funcionalidade desses controladores de tráfego dispõe de uma organização lógica de instalação e estudos técnicos. Desse modo os locais onde estão instalados não é destinado a permanência de pessoas, pois o trânsito torna-se cada vez mais feroz e veloz. As calçadas, as ilhas, os canteiros centrais onde são instalados possuem diâmetro e metragens específicas para comportar somente o semáforo. Mas a necessidade de sobrevivência ou a vontade de se tornar livre do patrão, leva homens e mulheres de várias idades a ocuparem estes locais. Esta ocupação gera conflitos, pois promove a disputa pelo cliente, por visibilidade e pela territorialização do local.

Os locais onde esses semáforos estão dispostos entre os cruzamentos de avenidas com grande fluxo e circulação de veículos permite boas vendas. Com isso, permite que os trabalhadores informais que ali estão para que consigam um bom valor. Para isso, iniciam suas jornadas as 7h00 manhã, organizando o ponto com as mercadorias e pegando o horário de pico, e encerram por volta das 19h00. As mangas de tecido para proteção do sol, um boné ou chapéu, calça surrada e um sapato fechado, às vezes um óculos escuro, constituem o uniforme desses trabalhadores.

Ilustração 17: Fotografia – Uniforme padrão



Fonte: Silva (2020).

As jornadas de 12 horas diárias de trabalho, de segunda a sábado, às vezes no domingo, extrapolam o limite de 44 horas de trabalho permitido pela legislação nacional, fazendo com que as roupas utilizadas para o trabalho sejam surradas, velhas, rasgadas. A única regra de vestimenta por eles utilizada é um chapéu ou boné para esconder do sol, blusas de manga compridas, pois nem sempre sobra dinheiro para adquirir as luvas de proteção contra os raios solares. Protetor solar e óculos são artigos de luxo que, na maioria dos casos, são deixados de lado, como se pode notar na fala do nosso trabalhador gentil.

Eu acordo cedo, moro muito longe, pego três ônibus, venho pra cá prá aproveitar o horário de pico dos carro, cedo é melhor, mais fresco, mais o sol vai esquentano, a gente sofre, trago a água ou pego no posto. Tem gente que fala que tem perigo de câncer de pele, eu não tenho condições de comprar protetor. Quando o sol tá quente demais, rachando, eu corro para debaixo de uma árvore ali, mas não adianta. Trago a comida e como fria mesma. Tem que ser assim...

As rotinas diárias nas calçadas e canteiros centrais que estão acomodando os semáforos rende aos trabalhadores o sustento do mês. Este que se divide entre pagamentos de alugueis, reposição de mercadorias, despesas de alimentação, água, luz e um luxo, o *Wi-fi* que lhes permite navegar na rede. Com isso, o contato com fornecedores e amigos que desempenham a mesma atividade em outras cidades se organiza na rede de troca de

conhecimentos, qual produto tem melhor saída, o que há de novidade, até mesmo a venda online pode ser realizada. Esta última geralmente acontece com os vendedores de enxovais e tapetes.

Entretanto, há uma realidade perversa nesse meio, sobretudo nos locais onde se estabelecem os pontos para comércio. Em uma das entrevistas, o medo da denúncia para o rapa chega a ser maior do que um atropelo por veículo desgovernado. Outro receio que possuem é o de não se darem bem com a vizinhança, este foi um dos relatos presenciados durante a entrevista com uma trabalhadora.

O ponto no semáforo passa a ser o lugar da construção e da posse, uma relação de poder se estabelece. O cruzamento, a calçada, o canteiro central passa a ser propriedade de quem “chegou primeiro, se instalou primeiro” seja para o trabalhador ou o comerciante e lojista. Associados a isso, ocorre à ameaça, muitas vezes velada que ocorre por parte de alguns comerciantes. Em uma das entrevistas, uma das trabalhadoras chamada Tatiane relatou que o dono de um posto de combustíveis a proibiu de utilizar todas as árvores que se encontravam em um cruzamento onde ela monta sua tenda e vende os enxovais. Durante nossa conversa, ela olha para trás e diz:

Moça, o dono daquele posto ali atrás, não me deixa usar mais que esse espaço das três árvores que você está vendo aqui. Ele mandou eu colocar só os panos de prato ou os tapete no varal pra não atrapalhar ele. Você tá vendo esse forro aqui no redor da tenda? Eu não posso colocar lá, aberto pros motorista vê, ele disse que se eu fazer isso, vai chamar o rapa pra mim.

Nesse momento perguntei o porquê desta atitude que ele tomara, novamente olhando para trás, se assegurando de que ele não estava nos vigiando, diz: “*Moça, ele falou que nós atrapalha ele, se eu colocar os forro lá, no varal, vai atrapalhar de ver os preço e a entrada do posto*”. As mercadorias geralmente estão penduradas nos quatro cantos da tenda e penduradas no varal improvisado amarrado nas árvores. Devido o receio da ameaça, a imagem não pode ser tirada pois ela não permitiu.

Noutro ponto de trabalho informal, a entrevista é realizada embaixo de uma árvore, a temperatura beirando os 30°C, o senhor José nos relata alguns dos perigos encontrados. Segundo ele, que também utiliza a tenda para expor suas mercadorias, divide um pequeno espaço com pouco mais de 1,70 centímetros com os carros. Ele diz que, devido à pandemia e as aulas *online*, seu filho está desanimado com os estudos e assim leva seu filho de 11 anos para ajudá-lo.

No decorrer da entrevista ele diz que reside ali perto e guarda as mercadorias numa loja próximo, onde os proprietários são seus conhecidos. Diz que sabe que é importante seu filho assistir as aulas e que esta realidade não é o que deseja para ele. A fala envergonhada diz:

Moça, quando ele vem, dá pra ganhar um pouco mais entende, porque ele vai dum lado e eu do ôto, mais sei que ele devia tá estudando, mais olha, quando voltar ao normal, ele vai pra escola sim. Ele faz as tarefa e manda pra professora, ela aceita do jeito que tá, mais ele num aprende muito porque falta as aula e tá desanimado.

Na ilustração 18 foi possível fazer o registro do cotidiano do trabalhador entrevistado. A fotografia foi tirada de dentro do carro ao ir embora, foi a forma encontrada para demonstrar a forma como são vistos por nós.

Ilustração 18: Fotografia – A vida que se faz



Fonte: Silva (2021).

A maioria desses trabalhadores se apropria dos locais públicos destinados à circulação dos veículos onde promove o deslocamento e o fluxo dos fixos. Com a apropriação e utilização desses espaços como lojas improvisadas onde expõem suas mercadorias, alguns

deles ocupam as calçadas, as ilhas nos meios das avenidas, as árvores, os postes, além de seus corpos. Ou seja, tudo que pode ser utilizado para apresentar o produto para venda.

Há os que se instalam no encontro das avenidas e com isso, ficam desprotegidos das sombras das árvores, como a grande maioria faz. Mas, batalham e com uma ajudinha daqui e dali, como eles dizem, conquistam suas tendas, onde ficam mais protegidos da radiação e intenso calor do sol e até mesmo de chuvas. Além de acomodarem as mercadorias para que a poluição dos escapamentos e poeira não sujem as fontes de renda que possuem. Na ilustração 19 está um demonstrativo que em algum dia, durante a ida e vinda do trabalho, escola, consultas médicas, as pessoas já avistaram, mas com a correria do dia a dia e do tempo veloz dos semáforos acabou passando despercebida.

Ilustração 19: Fotografia – A tenda que sustenta



Fonte: Silva (2020).

Na fotografia é possível perceber a (re)funcionalidade que o semáforo fornece a esses trabalhadores. A placa indicando a conversão proibida no local e os veículos que reduzem drasticamente a velocidade, sendo forçados a esperar o tempo do sinal. Assim como tantos trabalhadores informais que comercializam seus produtos nos cruzamentos de importantes avenidas Brasil a fora. O risco eminente de um atropelamento, a poluição soprada

pelos escapamentos dos veículos, o calor intenso e a radiação solar, o frio e ventos tragos pela chuva, o preconceito e desprezo. Esses são alguns dos problemas que os trabalhadores enfrentam em suas jornadas.

3.3 As vidas narradas: preconceito, territorialização, saúde, renda, o que passa o trabalhador

O trânsito que leva e traz, com sua urgência transporta a vida das pessoas que o utilizam e veem. As histórias narradas que serão apresentadas trazem consigo a carga de vidas com seus momentos de alegria, tristeza, saudade e esperança(s). Inúmeros são os sentimentos contados. Os trechos das entrevistas apresentados no capítulo um somarão aos outros entrevistados, permitindo o mergulho em histórias surpreendentes.

3.3.1 O preconceito

Francisco, homem pardo, 42 anos, migrante de Brejo do Cruz na Paraíba, filho de viúva, saiu de casa aos 12 anos para iniciar o trabalho de pescador com seu tio em Salvador-BA. Daí por diante, ganhou o Brasil, e outros países vizinhos. Com sua vida de caminhante, Francisco teve dois casamentos mal sucedidos, aos quais resultaram dois filhos que residem com suas mães. Sua caminhada não permitiu realizar o sonho de estudar em uma escola.

Homem simples e com a fala alegre, revelou que certa vez sofrera preconceito por parte de uma professora. Na ocasião, ela passava todos os dias no cruzamento onde ele trabalhava e sempre a via carregando livros, até que tomou coragem para puxar assunto. A perguntou se era professora, ela respondeu que sim, mas não dando continuidade ao assunto. Ele curioso, querendo saber se na escola onde ela lecionava havia programa para alfabetização de adultos, mas, novamente ela desconversou. Foi então que decidiu questioná-la o porquê de pessoas com estudo tratarem os outros tão mal. A resposta foi porque ela tinha estudado e conhecia mais coisas que ele.

Moça, eu queria ir pra escola né, sentar e aprender, mas num deu, mais eu aprendi a ler, aqui no sinal mesmo, um amigo e outro, os vizim das loja me ensinaro. Eu moro ali na esquina debaixo daquele prédim lá (me apontando um prédio comercial), num quartim que alugo, o aluguel é até barato, R\$400 reais pra mim tá bom né, nem fico lá direito. Eu venho todo dia pra cá 6h30 da manhã e tem veiz que fico até 20h00. Porque é os horários de pico sabe, o povo sai tudo pro trabalho no

mesmo horário, tudo apressado. Esses dias eu quase fui atropelado, um passou vuando aqui.

Nesse momento a entrevista toma outro sentido, o olhar vigia o sinaleiro trocando de cor e o cliente já se aproxima o chamando, me pede licença e diz que já volta, “*mim espera tá moça*”. Fico observando sua esperteza e habilidade de meandrar entre os carros, a fala simples e alegre ao abordar os clientes. Já retornando para a calçada onde eu o aguardava, ele me diz que dessa vez não deu sucesso e já engata. “*Aqui eu já cheguei a ganhar mil reais num dia, mas era quando tava só eu, aqui esse ponto é meu, tem uns quatro ano que eu tô aqui, mais depois veio aquele menino ali das fruta, o patrão dele me perguntou se podia pôr uma banca de fruta, eu deixei né moça, porque aqui tem espaço e tá todo mundo apertado*”.

Dando continuidade às narrativas, a voz da Tatiane, já apresentada, faz-se presenta agora. Tatiane, 38 anos, casada, mãe de quatro filhos, residente em um bairro vizinho onde tem seu ponto. O aluguel pago é de R\$ 600,00 reais e o rendimento do sinal fica entre R\$ 1.000,00 e 1.500,00.

Moça, aqui eu chego 7h00 da manhã e só saio 19h00 da noite, todo dia, só não venho no domingo porque é dia de organizar a casa e ficar com os filhos. Agora mesmo, eu tô aqui, mas com o coração na mão, minha filha do meio tá com problema de rins, até ontem que nem vim porque tava na UPA⁶ com ela. Mais qualquer coisa eu saio e meu marido fica aqui no ponto, eu ligo pro meu irmão me buscar.

(Tatiane e o esposo dependem do cunhado para levar de carro as mercadorias e a tenda para o local do ponto).

Nascida e criada em Goiânia, Tatiane revela que seu sonho é trabalhar de carteira assinada devido aos benefícios. Revela que se surgir qualquer um de auxiliar de limpeza, seu antigo emprego, que aceitaria de imediato. Neste momento, a fala se interrompe e ela olha para o sinal e dispara:

Moça, a gente que trabalha aqui é muito humilhada sabe, esses dias um homem passou e falou pra mim tomar vergonha na cara e trabalhar de verdade, me chamou de vagabunda. Sabe, eu não sou vagabunda, e não tô aqui porque quero, mais é por cauda dos meus filhos, a gente precisa comer. Eu vou ser avó, meu filho mais velho engravidou a namorada aí eu tenho que ajudar ele, ele trabalha na horta que tem lá perto de casa. Tudo que eu ganho é pras despesa moça, meus outros filhos tão tendo aula pelo celular, aí eu não tenho internet em casa, minha vizinha tem, e cobra R\$20,00 pra os meninos usarem a dela pra assistir as aula.

⁶ Unidade de Pronto Atendimento.

O cotidiano de quem trabalha nos semáforos dos centros urbanos é perverso, pois há muito preconceito por parte dos motoristas. A discriminação se expressa com xingamentos até fechar os vidros das janelas dos carros ocorrem. Os insultos para deixarem o ponto e não depender do governo são constantes. Mas, segundo eles, há pessoas boas que se tornam clientes e amigos, um bom dia humorado que recebe aqui, um trocado sem a aquisição do produto; são as pequenas, mas grandes recompensas que recebem.

3.3.2 A territorialização

Conforme foi enunciado, o território sempre esteve associado a disputas e demonstrações de poder. Quem domina o território, detém o poder. Desse modo, os trabalhadores informais dos semáforos estão sujeitos a certa hierarquia de tempo para utilização desses espaços públicos que recebem nova função. A territorialização e ocupação, o domínio de poder é fato corriqueiro nesta categoria. Para se estabelecer naquele determinado ponto, já havendo outro vendedor nem sempre é fácil, em muitas ocasiões é necessário pedir autorização de quem já ocupa o local anteriormente. Em todas as entrevistas a fala se repete, o dono do ponto é quem chegou primeiro e tem sim que pedir permissão para colocar mercadoria ali. A exigência que se faz é para que seja exposto um produto diferente. Caso não seja respeitada a regra, implica-se na negação para ocupar o local e proximidades até a ameaça de denúncias ao temido rapa.

A concorrência desleal, a venda dos pontos, a separação entre “café grandes e café pequenos” para indicar os proprietários de lojas que também possuem pontos nos cruzamentos onde terceirizam as vendas. Outros pontos interessantes a serem explanados são a venda do ponto ou aluguel do mesmo. Ocorre que, em bairros nobres ou de boa localização e com grande fluxo de veículos, um ponto chega a custar 12 mil reais, geralmente estes estão na área central de Goiânia e Avenida 44.

Os contrastes dos locais em que os trabalhadores dos semáforos encontram-se refletem em suas falas sobre a posse do ponto. Quem chega primeiro se torna o dono e organiza o local conforme suas necessidades de ocupação. Alguns utilizam de árvores para exposição, prateleiras improvisadas, além de carrinhos que servem de transporte para os produtos e expositor da mercadoria.

A escolha do ponto para realização do trabalho ocorre por meio de observações do fluxo de veículos ou mesmo pela proximidade de casa. Pois, quanto mais movimentado e

próximo a sua residência melhor é porque não gera necessidade de gastar com passagem de ônibus ou combustível para deslocamento. Ou seja, quanto menos gastos tiverem, maior será o ganho da venda das mercadorias. Estes motivos se apresentam nas falas do senhor Aécio e da dona Selma que residem próximo aos locais de trabalho. A escolha do ponto proporciona a ida e volta sem que haja a necessidade de transporte. Suas mercadorias geralmente estão dentro dos carrinhos que se tornam também expositores para impulsionar a venda.

A funcionalidade do carrinho para transportar as mercadorias esconde algo mais. Como se fosse a caixa de Pandora, dentro deles está guardado alguns pertences preciosos como a documentação pessoal. Sim, caso ocorra uma abordagem policial, os documentos pessoais os acompanham. Há também dentro de alguns desses carrinhos o dinheiro, notas grandes, de um período trabalhado além do caderno da contabilidade com a caneta para anotar as vendas feitas. Com este controle de entrada e saída, eles fazem a análise do que vende mais rápido e o que precisa ser repostado.

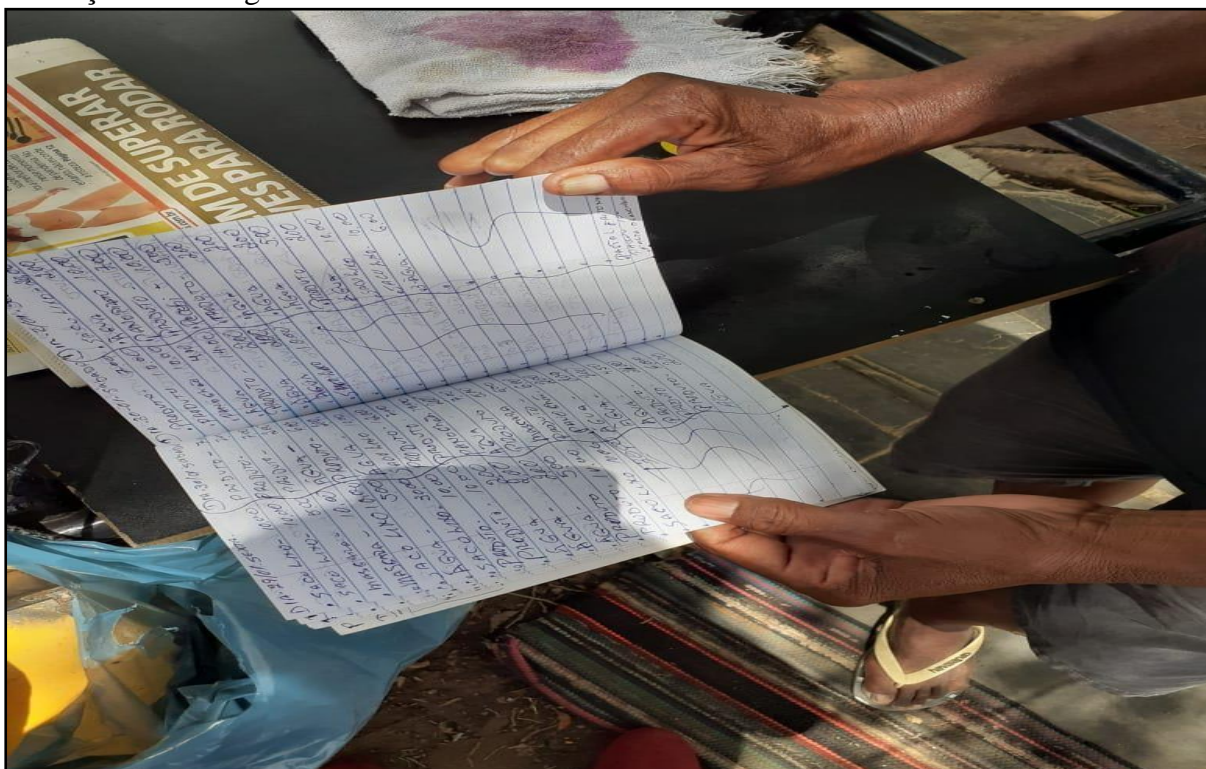
O carrinho é um companheiro desses trabalhadores, pois além de transportar as mercadorias, leva também as esperanças de vendas boas, e a identidade de ser um(a) vendedor(a) nos semáforos. O dinheiro para pagar o boleto e o aluguel e as conta de água e luz pega carona no carrinho puxado devagar, pois a idade já não permite tanto esforço. Para os trabalhadores que tem este carrinho, ele evita que as pessoas que o utilizam não peguem tanto peso, porém, como algumas mercadorias são pesadas, o risco ergonômico se torna eminente.

Ilustração 20: Fotografia – O companheiro de lida



Fonte: Silva (2021).

Ilustração 21: Fotografia – A contabilidade



Fonte: Silva (2021).

Nas ilustrações 20 e 21 visualizamos o carrinho e o caderninho do senhor Aécio, um viúvo, cuiabano de 60 anos que fez questão de me afirmar que sabe ler e escrever, mas que a letra não é bonita. Nota-se, além da mão calejada, as pontas dos dedos da mão direita que foram perdidos no trabalho com marcenaria quando veio para Goiânia há dois anos e meio em busca de oportunidade de trabalho. Após a separação de sua segunda companheira, ele passou a morar de aluguel num quartinho próximo ao cruzamento onde trabalha de segunda a sábado.

O senhor Aécio é pai de cinco filhos, parte da renda que obtém vendendo um produto conhecido como pretinho ou intercapio para lavar carros, é destinada a ex-companheira, aos filhos e para se sustentar. Nesse momento o questionei se conseguia se manter, ele me disse que ganhava ajuda e cesta básica dos comerciantes ali perto. No decorrer da conversa, aos poucos foi pegando confiança e revelou, de forma envergonhada, que não havia almoçado, isso já era 13h30 da tarde, a voz embargada relatava que as vendas do dia não tinham sido boas. Disse-me que todos os dias de manhã era sagrado tomar leite com café e bolo, o almoço passava sem, mas na hora de ir embora comprava um espetinho num botequinho no caminho de casa. A difícil realidade vivenciada por ele que tem seu ponto de trabalho em meio ao barulho dos veículos e fumaça de escapamentos, sob uma árvore onde barra um pouco da radiação solar, une a dos demais trabalhadores.

Juntando-se ao seu Aécio, Dona Selma e outros que trabalham comercializando produtos nos cruzamentos dos sinais em alguns locais de Goiânia, encontramos o Fernando Santana. Um jovem de 29 anos, natural de Goiânia, formado em Administração e Música, que escolheu estar desenvolvendo a atividade informal por vontade de ser o dono de seu tempo. Com o intuito de conciliar os estudos para concurso da Polícia Federal e poder flexibilizar os seus horários, aplicou na escolha do ponto e horários para realizar sua atividade.

De acordo com Fernando há muitas vagas e propostas em sua área de formação, mas não permitia a ele ter seus horários e tempo de estudos adequados. Revelou ainda que por seis anos, enquanto estava fazendo faculdade, trabalhava com *Callcenter* em uma empresa de telefonia de Goiânia. Após ter concluído seus estudos, saiu do emprego e tirou um ano sabático podendo fazer um curso de Música para aprimorar seus domínios de violão, podendo assim ministrar aulas particulares.

A vida seguiu seu curso e Fernando me relata que gastou suas economias durante o ano sabático, pois ajudava a custear a faculdade de uma ex-namorada. A solução que surgiu para ele, para obter renda e ter o controle do seu próprio tempo foi o de empregar seus

conhecimentos em administração na prática de se tornar um vendedor de guloseimas no semáforo. Fernando revelou que chega a tirar entre R\$ 800,00 e R\$ 1.000,00, valor que divide entre reposição de mercadorias, ajudar algum amigo que necessite e custear alguma necessidade própria. Por residir com os pais, não paga aluguel e ajuda com uma conta ou outra, desse modo ele se diz satisfeito com sua escolha.

Ilustração 22: Fotografia – Mercadoria



Fonte: Silva (2021)

À bala, o chiclete, a rede, o tapete, a água, a fruta, a meia, o carregador para celular, o pano de prato, o saco de lixo, todas são mercadorias que geram renda, matam a fome e pagam as contas. Atrelados a isso, estão as subjetividades dos corpos, muitas vezes surrados devido a exposição às condições climáticas adversas e necessidade de sobrevivência.

Tem dia que não vende quase nada, e o lucro é muito pequeno, tudo é muito barato, mas a gente vende, tem que insistir. Já aconteceu de eu vender os panos de prato do valor de custo porque eu precisava de dinheiro para comer. Tem gente que compra pra ajudá a gente. A gente vê na cara das pessoas. Um dia uma mulher falou assim: “eu tô comprando porque ocê não tá roubando, ocê tá trabalhando, lutando pela vida”. Essa é uma recompensa, eu num tô roubando.

O cotidiano diário para uma vida honesta, direita perante a sociedade capitalista, faz com que os trabalhadores das grandes jornadas de trabalho estejam sempre em alerta. A rapidez e sagacidade para se fazer uma conta e voltar o troco correto ao cliente antes que a luz verde apareça. O meandar entre os carros com cuidado para não ser atropelado ou danificar um veículo. A redução no valor da mercadoria para que se consiga vender e adquirir o dinheiro para quitar as contas do mês associado à rotina de se alimentar e hidratar mal, a exposição a poluentes sonoros e químicos com a queima de combustíveis, tudo isso potencializa os danos para a saúde desses trabalhadores.

3.3.3 A Saúde

A saúde, a alimentação precária e deficiente em nutrientes para acompanhar a rotina de trabalho diário. A falta de um local adequado para armazenar o alimento, o tempo do sinal que não permite uma refeição tranquila, o pouco dinheiro para comprar o alimento. Todas essas palavras saíram das bocas dos entrevistados, homens e mulheres, que por muitas vezes nem sabem que sua rotina de trabalho está destinando a eles doenças e problemas de saúde em longo prazo.

A falta de conhecimento e as condições inadequadas causam riscos ergonômicos desconhecidos para os trabalhadores. A exposição às fumaças liberadas pelos escapamentos dos veículos, o intenso barulho do trânsito de veículos leves e pesados, a hidratação inadequada, a pele exposta, todos potencializam o surgimento de problemas de saúde graves. O teto que abriga da radiação intensa, muitas vezes são os galhos das árvores em canteiros centrais rodeados por grama que, com a falta de manutenção do poder público, dão lugar a matagais.

A insalubridade dos locais só não se torna mais precária porque os trabalhadores se encarregam de torná-lo mais agradável colocando tábuas, concretos. Um dos entrevistados relatou, com uma gargalhada que *“moça, aqui nossos companheiro fiel é os mosquito, tem da dengue, muriçoca, pernilongo, burraxudo, o que cê precisar, aqui nós tem, um companhêro lá do ponto perto do posto pegou dengue esses dias”*.

Ilustração 23: Fotografia – Acomodações



Fonte: Silva (2021).

O local onde se abrigam é o mesmo que traz a doença, as dores de cabeça, o zumbido no ouvido, as dores nas costas e infecção de urina, os cálculos renais e o cansaço por ficar embaixo da tenda. Novamente, estas são alguns mal estar que os acompanham. O Cristiano já apresentado, disse *“moça, todo dia eu tomo dipirona pra poder dormir, eu num guênto a dor de cabeça sabe, e tem dia que dá uns zumbido no ouvido”*.

O barulho que lateja nos ouvidos e cabeça faz com que os trabalhadores, como Tatiane, ao chegar em casa exija dos filhos silêncio absoluto, o volume da TV deve ser o mais baixo possível. Emendando a esta fala da Tatiane, como sua declaração do porque não tomar muita água e não levar o almoço para o seu ponto. Ela diz *“moça, o dono do posto nem*

sempre deixa a gente usar o banheiro, mais as meninas da farmácia deixam, mais eu fico sem jeito de ir lá toda hora porque os clientes olha estranho pra gente.”

A relação com a vizinhança para alguns nem sempre é a melhor, há alguns comerciantes que não gostam da presença dos trabalhadores, pois, segundo eles, espanta os clientes ou gera uma concorrência desleal. Salvo alguns casos como o do senhor Aécio e do Fernando que os comerciantes os acolheram com carinho os fornecendo água, banheiro, lugar para guardarem os carrinhos e/ou mercadorias.

O ato de transportar as mercadorias puxando o carrinho pesado, ou utilizando os braços e mãos como expositores, contribuem para as dores musculares, além das rupturas de tendões e torções de pé ao correr para sair de entre os carros quando a luz verde acende. O risco eminente de ser atropelado quando isso ocorre ou por um veículo em alta velocidade furando o sinal e até mesmo a perda de controle do veículo numa batida somam aos problemas de saúde a curto, médio e longo prazo.

3.3.4 A renda

A arrecadação de um dia para o outro, de uma época do ano, pode ter uma grande variação no resultado final. Levando em consideração os gastos com despesas básicas como aluguel, alimentação, água, energia, recebem uma grande fatia do que é obtido nas jornadas de trabalho, nem sempre se consegue chegar ao fim do mês com as contas quitadas.

No trabalho informal desenvolvido pelos vendedores nos semáforos, a renda sempre é uma incógnita de um mês para o outro. Os trabalhadores contam com valores que variam de R\$ 10,00 a R\$ 150,00 reais em um dia, como também lidam com valores que nem chegam a R\$50,00 por dia. Esses valores em alguns casos nem pagam as mercadorias encomendadas aos fornecedores.

Há ainda o trabalhador terceirizado como é o caso dos vendedores de frutas que trabalham por diária, fato este revelado pelo já apresentado, Diogo. Que relatou na entrevista que grande parte das pessoas que vendem frutas recebe diárias de R\$20,00 a R\$50,00 reais, dependendo da quantidade de caixas ou quilos de frutas vendidos. Na ocasião ele diz o seguinte:

Moça, o dono da banca, aqui do ponto onde eu vendo morango, tem mias três bancas fora essa, aí ele pede a gente pra chegar aqui 7h00 da manhã e eu ajudo ele a montar a banca, tá vendo aquela garrafa ali? É água que ele deixa, mais eu não bebo pra não ir no banheiro, na hora do almoço ele vem e traz a marmita. Nem

sempre eu como direito porque ela vem fria e os cliente fica chamando nós, aí eu tenho que vender né. Vê te dar um exemplo, se eu vender aquelas caixas ali, (eram umas 25 caixas de morango com quatro bandejas dentro), antes das 16h00, eu posso ligar pra ele vim recolher o dinheiro do dia e eu posso ir embora, ele me da o Sitpass do ônibus de vim e voltá.

No caso do trabalhador terceirizado nos cruzamentos dos semáforos, a obtenção da renda fica, de certa maneira, estagnada, raras são às vezes, geralmente na época natalina que vem um agrado a mais no valor da diária. Já os trabalhadores porque são os donos dos pontos, o valor pode variar para mais ou menos em relação aos terceirizados. Mas, na maioria das falas dos entrevistados os valores e a carga horária se repetem.

Um dos trabalhadores, o Cristiano, que se intitula empresário das ruas, diz que trabalha de segunda a sexta no seu ponto, e aos finais de semana vai pra feira vender seus produtos. Na ocasião ele diz que não fica num ponto fixo na feira porque tem que pagar, mas fica andando entre as barraquinhas vendendo. Com isso, e para dar conta de pagara pensão dos filhos, ele chega a ganhar entre R\$ 2.500,00 e R\$ 3.000,00 reais mensais. Diferentemente dos outros trabalhadores que relataram obter entre R\$800,00 e R\$1.500,00 mensais. Ele diz que dá pra tirar um bom dinheiro se o “*cabra trabalhar direitinho e tratar bem os cliente, eles tem vez que dá gorjeta pra gente sem compra os produto*”. Isso mostra que a atividade por eles exercida, além de deteriorar a saúde física e mental, está englobada na precariedade do trabalho proporcionada pelo capital.

Com a degradação e fragmentação do mundo do trabalho formal; assalariado, cada vez mais os jovens seguem com certo desânimo em permanecer em ambientes cujas suas necessidades e ambições são saciadas. Algumas das pessoas entrevistadas que optaram por comercializar produtos nos semáforos dizem que suas vidas não podem ser medidas pelo tempo do relógio do escritório, da fábrica ou da loja.

Com as narrativas apresentadas, nota-se que os trabalhadores ali representados são mais que corpos queimados expostos a condições climáticas adversas e a poluição sonora e dos escapamentos. São homens e mulheres, velhos e jovens que se dispõem ao enfrentamento quase que diário a locais onde suas vidas estão em risco para obterem renda e levarem uma vida mais digna possível, mediante as transformações proporcionadas pelo capital e sua força.

E, para não finalizar a escrita, reforço o papel social que esses trabalhadores dos sinais luminosos têm, pois nem sempre dá tempo de comprar um água na loja, ou ter uma fruta ou algo para matar a fome, visto que a pressa da vida não permite. Ela também não

permite que as lojas te espere sair do trabalho para comprar um pano de prato, uma toalha de mesa para uma ocasião especial ou para presentear alguém.

O trabalho informal não irá desaparecer, mas tende há crescer cada dia mais. Os trabalhadores informais que estão nas esquinas ou em meio às avenidas, muitas vezes se tornando parte da paisagem, também não irão desaparecer. O que se ressalta é que, além do comércio de produtos, estão vidas que merecem o respeito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que um dos problemas sociais vivenciados em pleno século XXI é de ordem do trabalho e econômica. No Brasil há cerca de 14,7 milhões de pessoas desocupadas, fruto de intensas modificações e afunilações do trabalho e emprego para atender a força do capital. A nova configuração do trabalho se remete a um intenso processo de fragmentação e degradação de direitos trabalhistas. Tais processos contribuem para a segregação espacial, a seletividade dos trabalhadores que se apresenta. A intensa jornada de trabalho alterada, diferentemente da apresentada por ENGELS (2010) com duração de seis, sete horas diárias em que a vida tinha sentido.

As relações com os vizinhos e a participação na sociedade estavam articuladas com o bem estar dos trabalhadores. A pequena propriedade onde se podiam cultivar os alimentos e dividir com a vizinhança trazia a qualidade de vida e garantia de boa saúde e bem estar aos trabalhadores. Diferentemente do que vivenciamos hoje, em que as vidas dos trabalhadores giram de acordo com os ponteiros do relógio. Com isso, o processo de fragmentação do mundo trabalho atende a força transformadora do capital, exemplo disso foi a Revolução Industrial, que promoveu inúmeros avanços para a humanidade, mas que prejudicou os trabalhadores e sua saúde. Fato é que desde que se estabeleceu o trabalhador no chão da fábrica, a perda de direitos e desvalorização de sua força de trabalho caminha lado a lado. O que antes era destinado ao bem estar social transformou-se em algo para enriquecer o patronado e realizar as necessidades expansionistas do capital.

Com isso, a saúde do trabalhador entra num abismo de constantes lutas para se estabelecer. Os sindicatos iniciam sua luta pela classe trabalhadora com direitos trabalhistas e condições humanizadas para garantir o básico de condições de saúde adequadas. A vida e a saúde do trabalhador passam a ter atenção e vez nas políticas públicas. A busca pelos direitos dos trabalhadores e as políticas voltadas para eles, garantiram melhores condições de sobrevivência e bem estar social. Mas, com o avanço das mudanças que ocorrem à velocidade da luz no mundo moderno, a fragmentação e degradação do trabalho pelo sistema econômico do neoliberalismo a nível internacional. Tal política econômica contempla uma pequena parcela da população, a qual possui melhores condições financeiras e capacitação para ocuparem cargos de destaque nas empresas.

As narrativas dos trabalhadores apresentados no decorrer da redação da pesquisa corroboram para que se conheça a realidade de pessoas, homens e mulheres pais de família

para manterem uma vida digna e honesta. Essas pessoas são trabalhadores que foram excluídas do mercado de trabalho, pois não atendiam as necessidades do mesmo. A automação das indústrias as tornando e transformando no sistema 4.0, em que é totalmente automatizada, requer mão de obra altamente capacitada e especializada. Nesse novo sistema onde a máquina substitui grande porcentagem de trabalhadores humanos, os direitos trabalhistas são reduzidos.

A vida de inúmeros trabalhadores informais, assim como os que comercializam produtos nos semáforos nas esquinas urbanas de Goiânia, se soma a tantos outros milhares espalhados mundo a fora. Esses homens e mulheres se apropriam de calçadas, árvores, espaços e locais públicos e revelam a realidade de muitos outros brasileiros. A vida que acontece entre 10s, 30s e 70s do tempo voraz do sinal. Uma realidade que retrata como a fragmentação, degradação e precarização do trabalho é perversa e excludente.

Muitos desses trabalhadores informais, ao serem questionados por quais motivos escolheram esta atividade, dizem que foi para se manter de forma honesta após a perda do emprego formal. Inúmeros são os casos de pessoas que foram demitidos de seus empregos e acabaram sendo destinadas à prática da informalidade. Grande parte desses trabalhadores revelam que se houvessem uma possibilidade de conseguir um emprego formal, nas normas da CLT, deixariam de imediato a vida de vendas nos semáforos. A realidade vivenciada e informada por eles é perversa, pois a saúde, a renda, a territorialização, o preconceito ocorrem diariamente durante aproximadamente 12 horas de exposição e trabalho.

Presente em todas as falas, o estigma social que muitas pessoas possuem em relação aos trabalhadores informais engloba todas estas pessoas. O preconceito por meio de vidros fechados, xingamentos do tipo “vai trabalhar vagabundo” ou “você está nas custas do governo, seu safado” são diários. A falta de respeito de alguns é compensada também pela empatia de outros, que desejam de um bom dia, até se tornarem clientes fiéis desses trabalhadores sofridos que recebem ajuda em forma de cesta básica ou uma gorjeta.

Mas, há também algumas barreiras, ameaças que podem ocorrer entre eles e a vizinhança. Nesse meio, há alguns comerciantes que possuem pontos nas esquinas onde o fluxo de movimento é significativo, terceirizando pessoas para venderem seus produtos. Ocorre também à venda dos pontos, em alguns lugares chegam a valores inimagináveis por se tratar de um local público e que pertence ao Estado.

A questão da territorialização enfrentada por esses trabalhadores é uma das mais difíceis, pois depende da autorização do vendedor mais antigo na região, e quando ela

acontece, tem que ser com outro produto. Caso a pessoa insista em comercializar o mesmo produto, denúncias anônimas são feitas para o serviço de fiscalização da prefeitura que leva a mercadoria presa aplica multa de cerca de R\$300,00 para liberação, pois grande parte destes vendedores que trabalham na informalidade não possuem notas fiscais das mercadorias.

Há também o caso dos comerciantes vizinhos que possuem lojas ou outro tipo de estabelecimento comercial legalizado e dentro das normas de impostos da prefeitura. Eles acabam impedindo os trabalhadores de exporem seus produtos em determinados locais para que não polua a faixa de seus comércios, caso o façam, a ameaça de fiscalização vem em seguida.

Com a tensão que vivenciam e a saúde fragilizada, os trabalhadores passam por constantes crises. Um dos casos relatados por um dos trabalhadores é de que sua esposa já não queria ir trabalhar porque teve início de síndrome do pânico após uma discussão com um dono de ponto. Na ocasião, cada um de um lado da avenida vendiam o mesmo enxoval, porém ela vendia o seu com desconto, sofreu ameaça de denúncia caso não retornasse ao preço normal, ouviu um “a coisa vai ficar feia pro seu lado, principalmente quando seu marido não tiver com você”. A ocorrência na delegacia foi registrada como ameaça, a delegada desprezou o caso e disse à vendedora que ela deveria conversar com seu vizinho para que estabelecessem um acordo, disse ainda que aquilo não era coisa de se levar à polícia. Nota-se então o despreparo do Estado, a sua posição de neutralidade para com os cidadãos que necessitam de seus serviços.

A perversidade que os trabalhadores sofrem para levar uma vida digna, honesta e obter o sustento necessário à vida é cruel. A saúde de muitos é totalmente frágil, sobretudo por não terem o costume de ir ao médico, se curam com chás e dipirona, pois o ponto não pode ficar só, pois podem perder a garantia do alimento e dinheiro para quitar as contas. Nem sempre este dinheiro permite a eles uma alimentação balanceada com frutas, verduras e proteínas necessárias para fortalecimento do corpo.

Nos relatos, praticamente todos os dias sentem uma dor de cabeça, nas costas, uma tosse, os olhos vermelhos e cansaço do corpo são tidos como “um dia pesado de trabalho”. Porém, a poluição dos escapamentos que chega aos olhos, boca, nariz, pele, a poluição sonora pelo barulho dos motores pesados, buzinas e freadas bruscas entram pelos ouvidos em forma de zumbidos que incomodam. As dores no corpo e de cabeça são interpretadas como “o jeito que eu fico” ziguezagueando entre os carros, a tenda de lona que esquenta, a falta de água para hidratação do corpo e controle da pressão e o bom

funcionamento dos órgãos , tudo isso é deixado de lado, porque o banheiro não é acessível, portanto a ingestão de líquido, normalmente, fica para quando chegar em casa.

A renda obtida por eles, muitas vezes varia entre um e dois salários mínimos e divide-se em pagamento de aluguel, pagamento das contas de água, luz, compra de alimentos, às vezes compra de material escolar, roupa e calçados para os filhos. Alguns destes trabalhadores ainda pagam pensão às ex-esposas, o que torna a vida bem regrada. Nem sempre o mês fecha sem estar no vermelho, pois além das contas fixas, devem deixar parte da renda obtida para reposição da mercadoria que vai de enxovais, a raquetes, água, guloseimas, produtos para limpeza de veículos e casa, frutas, entre outros.

A partir do contato com estes homens e mulheres pude notar o quão perverso e excludente se tornou o mercado do trabalho. A fala de pessoas simples, grande parte deles com baixa ou nenhuma escolaridade, mas com uma experiência de vida impressionante. Por diversos momentos, os olhares deles procuravam coisas na memória e quando retornavam a mim, estavam brilhando com a lágrima que não podia cair. Junto a isso, as vozes embargadas que eram disfarçadas por uma tosse.

Estar ali me proporcionou um grande aprendizado, tanto na escuta, quanto em reflexões para minha vida. Nas despedidas, sempre ficava o convite de volta mais vezes pra gente conversar. Quando eu entrava no carro para vir embora e relatava para meu pai o que ouvira deles, as lágrimas caíam copiosamente na ânsia e incapacidade de ajudar eles com pedidos como “moça, leva essa pesquisa pra prefeitura liberar a gente e legalizar nossa profissão”. Eu, enquanto geógrafa e conhecendo sobre cidades, estruturas de vias urbanas destinadas exclusivamente para carros, dizia, “vamos ver o que podemos fazer”. Sabendo que a prática que eles chamam de trabalho é irregular, pois estão suscetíveis a atropelamentos e ingestão de altos níveis de poluentes.

A vida nem sempre é justa com as pessoas, o capitalismo perverso e que tende a se preocupar somente com sua lógica transformante, segrega, exclui e precariza a dignidade humana, aborta seus direitos em terem uma vida digna, um bom salário e alimentação saudável. Fica ao governo a sugestão para cursos de capacitação que atendam a essa população, um levantamento dessa população para criação de uma associação que una estes tantos trabalhadores que realmente necessitam de arriscar suas vidas para continuarem vivos.

A pesquisa em nível teórico, o contato com os trabalhadores e com as trabalhadoras nos sinais, os diálogos com pesquisadores, sindicalistas, gente do movimento social, do CEREST, da SUVISA; a participação em dois grupos de estudos, Dona Alzira, e

multiplicadores de VISAT, bem como o levantamento de fontes, estão presentes neste trabalho. Mas estão mais presentes no meu modo de ver as relações sociais contemporâneas, a penúria dos trabalhadores e o sofrimento de quem produz riqueza no país.

Especificamente o vínculo entre trabalho informal nas metrópoles brasileiras, em geral, e, em Goiânia, em particular, e a saúde, aponta um problema grave: os trabalhadores para sobreviverem desgastam o seu corpo, o seu organismo, a sua emoção. Pode-se dizer que existe um necrotrabalho. Contudo, o trabalho, como se sabe, produz a vida humana. Isso esclarece que há que se lutar contra a exploração do trabalhador e recolocar a importância do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 10 maio de 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política ensaios sobre literatura e história da cultura** – obras escolhidas. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 19 out. de 2020.
- BRASIL. **Portaria nº 2.437, de 7 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST no Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2437_07_12_2005.html. Acesso em: 19 set. de 2020.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Marcio; GIAMBIAGI, Fábio (org.). **Distribuição de renda no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 121-143.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, n. especial, p. 25-48, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157620>. Acesso em: 2 jul. 2020.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 14, p. 153-174, jun., 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 3, p. 381-389, jul./set., 2013. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2241>. Acesso em: 2 jul. 2020.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COSTA, Lucas Felício. **Poder, memórias e estigmas: ponte entre Ceres e Rialma**. 2016. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade), Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5949>. Acesso em: 2 jul. 2020.

DONA. Intérprete: Roupas Nova. Compositores: Luiz Carlos Pereira de Sá e Guttemberg Nery Guarabyra Filho. In: Mega hits Roupas Nova, 1985 (4 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c5jH_5KQn58. Acesso em: 16 jun. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. Rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Direitos trabalhistas constitucionalizados: de 1824 a 1988 e 25 anos depois**. LexMagister, 2013. Disponível em: <http://www.lex.com.br>. Acesso em: 11 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GAZE, Rosângela; LEÃO, Luís Henrique da Costa; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel. A Organização Internacional do Trabalho: a saúde fora do lugar. In: VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de (org.). **Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Educam, 2011, p. 201-256.

GOMES, Paulo César da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco *et al.* (org.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009, p. 13-30.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Gianchini. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES. **A taxa de desocupação em Goiás atingiu 10,4% no 4º trimestre de 2019**. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/estudos/pesquisas-conjunturais/pnad-continua-pesquisa-nacional-trabalho>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LIMA, Valdivino Borges de. **A espacialidade da indústria em Goiás:** a nova “marcha para o oeste” – o exemplo de Catalão. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em:

[https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4721/5/Tese%20-](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4721/5/Tese%20-%20Valdivino%20Borges%20de%20Lima%20-%202015.pdf)

[%20Valdivino%20Borges%20de%20Lima%20-%202015.pdf](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4721/5/Tese%20-%20Valdivino%20Borges%20de%20Lima%20-%202015.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

LOPES, Edmar Aparecido de Barra e. **As novas faces da informalidade na região central de Goiânia:** os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho. Goiânia: Editora Vieira, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho.** 24. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTA, Jairo da, *et al.* Legislação previdenciária e seus significados: reparação irreparável da saúde perdida. *In:* VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de (org.). **Saúde, trabalho e direito:** uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011, p. 165-200.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Economia informal:** aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Salud de los trabajadores:** proyecto de plan de acción mundial. *In:* ASSEMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD, 60., 2007, Genebra. Genebra, p. 1-9, 2007. Disponível em:

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/salud_los_trabajadores.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; GOMES, Alessandra Rocha. A exploração do corpo no trabalho ao longo da história. *In:* VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de (org.). **Saúde, trabalho e direito:** uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011, p. 85-123.

POCHMANN, Marcio. A Uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores. **Revista POLI**, Rio de Janeiro, ano IX, nº 48, p. 16-19, nov./dez., 2016. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poliweb48.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores.** Tradução de Raimundo Estrêla. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. Emprego no Brasil nos anos 90. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Rio de Janeiro, n. 468, p. 1-28, 1997. Disponível

em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1988/1/td_0468.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2020.

RENAST - REDE NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO TRABALHADOR. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST)**. S./d. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/rede-nacional-atencao-integral-saude-trabalhador-renast>. Acesso: 6 nov. 2020.

SANTANA, Alex. Tristão de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Geografia e Trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE, 7, 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, p. 1-16, 2010. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alex_Tristao_de_Santana_e_Marcelo_Rodrigues_Mendonca_GEOGRAFIA_e_TRABALHO.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS NAS SEÇÕES DE COMUNICAÇÕES, 6., 2009, Campinas. **Anais [...]**. Campinas, Universidade de Campinas, p. 1-9, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf. Acesso em: 6 ago. 2020.

SANTOS. Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS. Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Sidartha Sória e. Desemprego e precarização do trabalho: os efeitos sobre o mundo do trabalho uberlandense e as respostas dos sindicatos. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11, 2004, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina, Universidade Federal de Minas Gerais, s/p., 2004. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/publicacoes/diamantina-2004/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

TAVARES, Luiz Alberto. **James Watt**: a trajetória que levou ao desenvolvimento da máquina a vapor vista por seus biógrafos e homens de ciências. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13407#preview-link0>. Acesso em: 20 jul. 2020.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por uma Geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, s./p., 2002. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/786/809>. Acesso em: 10 jul. 2019.

UM HOMEM também chora (guerreiro menino). Intérprete: Gonzaguinha. Compositor: Luiz Gonzaga Júnior. In: Alô Alô Brasil, 1983 (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7UAIDBgOqLc>. Acesso em: 16 jun. 2021.

WOOD JÚNIOR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 4, p.

6-18, set./out., 1992. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol32-num4-1992/fordismo-toyotismo-volvismo-caminhos-industria-em-busca-tempo-perdido>. Acesso em: 10 jun. 2020.

APÊNDICES

Apêndice 01: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Incluir aqui no nome da Unidade Acadêmica de vinculação da
pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE¹

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “TRABALHADORES JOVENS ENTRE O VERMELHO, AMARELO E O VERDE: O TRABALHO INFORMAL NAS ESQUINAS URBANAS DA REGIÃO CENTRAL DE GOIÂNIA”. A nível de mestrado pelo programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo/IESA/UFG), do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ela tem por objetivo a obtenção de informações e dados sobre a realidade e perfil social dos atores que desenvolvem atividades de trabalho informais nos semáforos da região noroeste de Goiânia. Reiteramos que todas as informações compartilhadas neste questionário serão tratadas de acordo com os preceitos legais e éticos.

Meu nome é Juliane Carla Silva, sou a pesquisadora responsável e sou mestranda em Geografia pelo (PPGeo/IESA/UFG). Esclareço que se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail juliane-cs@hotmail.com ou por meio de ligação à cobrar para o número: 99196-0163. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Devido às novas configurações mundiais, o trabalho tem sido transformado gradativamente permitindo a sua precarização. O aumento do desemprego e as crises financeiras pelos quais o país tem passado desde 2014, contribuiram para o surgimento das atividades de trabalhos informais. Devido a isto, nossa pesquisa tem por objetivo compreender estas novas configurações por meio das atividades prestadas pelos vendedores de produtos nos sinaleiros dos cruzamentos em avenidas da grande Goiânia. Procuraremos identificar suas condições de trabalho, de saúde, entre outras para traçar um perfil socioeconômico e social destes (as) trabalhadores (as).

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo, que assegure a privacidade e o anonimato. Haverá a divulgação do seu nome, quando for de interesse, solicito que assine na opção desejada:

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

¹Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Av. Esperança, s/n - Samambaia, Goiânia - GO, 74001-970. Telefone: (62) 3521-1184.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Incluir aqui no nome da Unidade Acadêmica de vinculação da
pesquisa



() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “ TRABALHADORES JOVENS ENTRE O VERMELHO, AMARELO E O VERDE: O TRABALHO INFORMAL NAS ESQUINAS URBANAS DA REGIÃO CENTRAL DE GOIÂNIA”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Juliane Carla Silva sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do (a) participante

Assinatura por extenso do (a) pesquisador (a) responsável

Endereço e telefone da instituição a que o/a pesquisador/a está vinculado

Apêndice 02: Questionário – Perfil socioeconômico de vendedores nos semáforos da região noroeste de Goiânia



PERFIL SOCIOECONÔMICO DE VENDEDORES NOS SEMÁFOROS DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

Este questionário está sendo desenvolvido âmbito da pesquisa intitulada **TRABALHADORES JOVENS ENTRE O VERMELHO, AMARELO E O VERDE: O TRABALHO INFORMAL NAS ESQUINAS URBANAS DA REGIÃO CENTRAL DE GOIÂNIA**, em nível mestrado pelo programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ele tem por objetivo a obtenção de informações e dados sobre a realidade e o perfil social dos atores que desenvolvem atividades de trabalho informais nos semáforos da região noroeste de Goiânia. Reiteramos que todas as informações compartilhadas neste questionário serão tratadas de acordo com os preceitos legais e éticos.

1- Qual a sua idade?

2- Qual seu gênero sexual?

Feminino Masculino

3- Qual a sua tonalidade (cor) de pele?

- Pardo
 Negro
 Branco
 Indígena
 Não sabe responder

4- É natural de Goiânia, se não, qual a sua cidade de origem?

5 - Qual é o seu grau de escolaridade?

- Sem escolaridade
 Fundamental incompleto

- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo

6 - Possui filhos?

- Sim Não

Se sim, quantos? _____

7 - Quantas pessoas residem com você?

8 – Por qual motivo optou por desenvolver esta atividade?

- Desemprego
- Vontade própria
- Flexibilização de horários
- Se tornar um empreendedor
- Falta de oportunidade de emprego

9 - Como ocorreu a escolha do ponto?

10 – Pratica esta atividade diariamente e por quantas horas?

11 - Qual é a sua renda mensal?

- Zero a R\$ 1.000,00
- R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
- R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00
- R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00

12 – Você considera que sua atividade lhe traga algum risco de saúde? Qual?

ANEXOS

Anexo 01: Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRABALHADORES JOVENS ENTRE O VERMELHO, AMARELO E O VERDE: O TRABALHO INFORMAL NAS ESQUINAS URBANAS DA REGIÃO CENTRAL DE GOIÂNIA.

Pesquisador: JULIANE CARLA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26753019.5.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.979.233

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa, cuja responsável é JULIANE CARLA SILVA foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), nível de mestrado da Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de pesquisa sobre Dinâmica Socioespacial, é orientada pelo Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

A pesquisa tem por base a compreensão do trabalho informal realizado pelos vendedores de sinaleiros de Goiânia. Nela serão abordadas questões sobre a saúde do trabalhador, estudo, renda condições sociais. Na cauda do desemprego estrutural e, a partir da reestruturação produtiva do capital, aumenta-se a informalidade do trabalho e, um processo vertiginoso de precarização. A partir dessa interpretação, faz-se-á a pesquisa dos trabalhadores informais das esquinas urbanas da metrópole de Goiânia. Precisamente ver-se-á três elementos: a sociabilidade desse trabalhador, a sua renda e a sua disposição ambiental ligada à saúde.

Hipótese: Sabe-se que é crescente o número de desempregados em território nacional, deste modo as práticas informais para obtenção de renda tem crescido a números alarmantes. Devido a isso é constante o surgimento de novas práticas de trabalho levando a uma série de novas profissões.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.979.233

Objetivo da Pesquisa:

objetivo Geral : Interpretar o modo pelo qual o trabalhador jovem que atua nos semáforos estabelece, a partir das relações de trabalho informal, vínculos socioespaciais no campo da renda, da saúde e do ambiente.

Específicos:

- Analisar a relação entre trabalho informal da juventude goianiense, o contexto brasileiro e sua ligação com o sistema-mundo.
- Compreender a origem dos jovens trabalhadores informais e sua relação de trabalho nos semáforos.
- Perceber as relações socioespaciais dos trabalhadores jovens dos semáforos de Goiânia no campo da renda, do ambiente e da saúde.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possíveis riscos de negativa dos participantes a darem informações bem como a de localização de seu ambiente de trabalho devido ao fato de estarem em avenidas movimentadas de região metropolitana de Goiânia. Salientamos que estes riscos apontados pela pesquisadora não são riscos para o participante da pesquisa.

Benefícios:

Trazer informações e colocar em pauta a realidade gerada e produzida pelo desemprego estrutural que tem tomado conta do país após, principalmente as alterações nas leis trabalhistas e cenário político atual.

Comentários da relatoria: no TCLE garantem o sigilo da identificação do participante, e há um box oportunizando, também o direito de optar ou não pela identificação. Com isso o risco da identificação é assegurado pela liberdade da opção do participante em querer ou não ser identificado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Para o desenvolvimento do projeto serão realizadas entrevistas com vendedores de sinaleiros de Goiânia, maiores de 18 anos, abordando questões sobre a saúde do trabalhador, estudo, renda condições sociais para a compreensão da relação destes trabalhadores informais em diferentes eixos sócio-econômico, demográfico, que até o momento são dados desconhecidos.

| |
|--|
| Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2 |
| Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970 |
| UF: GO Município: GOIANIA |
| Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com |



Continuação do Parecer: 3.979.233

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Informações básicas do projeto;
- Projeto detalhado;
- Modelo de TCLE;
- Folha de rosto;
- Termo de compromisso assinado pelos pesquisadores;
- Questionário;
- Declaração de anuência do IESA, assinada pelo Diretor.

Recomendações:

Reelaborar, em função da Pandemia do COVID-19, o cronograma em relação as datas para o início da pesquisa. A pesquisa deve iniciar somente após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Refazer o cronograma e colocar a provável data para envio do relatório ao CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Determina-se que sejam acrescentados no TCLE possíveis riscos emocionais e de constrangimento ao responder as questões e que seja permitido ao participante não responder a qualquer pergunta que lhe cause algum desconforto.

Determina-se também à pesquisadora fazer correções, no relatório final, em relação as datas de início da pesquisa, pois esta só poderá iniciar após aprovação pelo CEP.

Após análise, por se tratar de um projeto que não apresenta óbices éticos, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO deste procolo de pesquisa, s.m.j.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para fevereiro de 2021.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.979.233

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|---------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1468775.pdf | 08/12/2019 21:35:39 | | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | Modelo_Termo_Comp.pdf | 08/12/2019 21:32:35 | JULIANE CARLA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_atualizado.pdf | 08/12/2019 21:32:03 | JULIANE CARLA SILVA | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRosto.pdf | 18/11/2019 22:56:21 | JULIANE CARLA SILVA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | projeto_juliane.pdf | 10/11/2019 21:05:46 | JULIANE CARLA SILVA | Aceito |
| Outros | questionario_juliane.pdf | 10/11/2019 21:01:38 | JULIANE CARLA SILVA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | termo_anu.pdf | 10/11/2019 21:00:00 | JULIANE CARLA SILVA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 18 de Abril de 2020

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com